

ISSN 0100-199X

ANPOCS

bib

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

34

Neste número:

Partidos, Eleições e Comportamento Político

Sociologia da Educação: Estados Unidos e Inglaterra

Computadores & Análise Qualitativa

RELUME



DUMARÁ

O **BIB** — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no País. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do País.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Alexandrina Saldanha S. de Moura (Fundaj-UFPe)

Ary Minella (UFSC)

Charles Pessanha (Iuperj-UFRJ)

Jorge Osvaldo Romano (UFRRJ)

José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional-UFRJ)

Ondina Fachel Leal (UFRGS)

Rosa Acevedo (UFPA)

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

Editoria do BIB

Largo de São Francisco, 01/Sala 408

20051 Rio de Janeiro — RJ

Tel.: (021) 242-5390

Fax : (021) 252-8623

Direitos reservados para esta edição

RELUME DUMARÁ / ANPOCS

Publicação e Comercialização

DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.

Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202

22011-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (021) 542-0248

Fax : (021) 275-0294

Impresso no Brasil

Editoração Eletrônica

MMFREIRE – Editoração e Arte

Sumário

**A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e
Comportamento Político: Balanço Bibliográfico** 3

Olavo Brasil de Lima Junior
Rogério Augusto Schmitt
Jairo César Marconi Nicolau

**O Desenvolvimento da Sociologia da Educação
em Diferentes Contextos Históricos** 67

Arabela Campos Oliven

**O Uso de Computadores na Análise Qualitativa:
Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica** 83

Wilma Mangabeira

Colaboram neste número:

Arabela Campos Oliven é Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS.

Jairo César Marconi Nicolau é Doutorando em Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — IUPERJ.

Olavo Brasil de Lima Junior é Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG.

Rogério Augusto Schmitt é Doutorando em Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — IUPERJ.

Wilma Mangabeira é Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico*

*Olavo Brasil de Lima Junior
Rogério Augusto Schmitt
Jairo César Marconi Nicolau*

1. Procedimentos Utilizados

Em 1978, o *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, então editado como suplemento da revista *Dados*, publicou resenha bibliográfica intitulada *Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978*, de autoria de Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo (*BIB*, n.º 5, 1978). Os autores, além de compilarem 249 títulos, publicados, sobretudo, a partir de 1950, que incluem livros (Brasil e exterior), teses universitárias e artigos publicados em revistas especializadas (no Brasil), classificaram os textos em cinco categorias, dependendo do assunto tratado: paradigmas e principais fontes de referência; representação-aspectos institucionais; representação-recrutamento político e atuação parlamentar dos partidos; partidos-organização e ideologia; e comportamento eleitoral e atitudes políticas.

Optamos por um caminho ligeiramente diverso. Em primeiro lugar, privilegiamos textos (livros, teses e artigos) publicados no Brasil de 1978 em diante, cobrindo, assim, o período imediatamente posterior à publicação da bibliografia elaborada por Lamounier e Kinzo, sem, no entanto, classificá-los. Cada referência é seguida de um resumo.

No que se refere a artigos, consultamos todos os volumes do *Índice de Ciências Sociais*, publicado pelo IUPERJ, relativos ao período pós-1978: julho de 1979; fevereiro de

1980; novembro de 1981; março de 1982; agosto de 1982; junho de 1983; dezembro de 1983; novembro de 1984; junho de 1985; números 1 e 2 de 1986; números 1 e 2 de 1987; números 1 e 2 de 1988; volumes 9, 10 e 11, de 1989, 1990 e 1991, respectivamente. Os resumos aqui incluídos constituem-se nos mesmos resumos já publicados no *Índice*, perfazendo um total de 26 diferentes periódicos nacionais selecionados.

Em relação aos livros, além de termos recorrido aos principais centros de pesquisa e de pós-graduação em Ciência Política, procedeu-se a levantamento bibliográfico nos próprios livros, à medida que iam sendo resumidos (notas de pé-de-página e bibliografia, quando existente).

As fontes utilizadas para o levantamento das teses foram, fundamentalmente, as bibliotecas especializadas, onde a consulta foi feita diretamente: Biblioteca do IUPERJ; Biblioteca do Centro de Apoio à Pesquisa em História (USP); Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Unicamp); e Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Acreditamos que cerca de 90% das teses relativas ao tema e aprovadas no período, nos vários programas de Ciência Política, tenham sido incluídas. Além das bibliotecas mencionadas foram consultados catálogos de teses e publicações dos programas. Teses publicadas co-

* Os autores agradecem o apoio recebido do IUPERJ, da Fundação Ford e da Anpocs, além dos centros de pesquisa e de pós-graduação em Ciência Política.

mo livros estão arroladas também sob esta última categoria.

Em segundo lugar, sempre que possível, optamos por incluir apenas títulos de Ciência Política — a lista de publicações encaminhada pela maioria dos centros e programas de Ciência Política constituiu-se em nosso critério. Textos jurídicos, jornalísticos, memorialísticos e publicações dos próprios partidos políticos foram sistematicamente excluídos, bem como fontes de dados e compilações da legislação partidária e eleitoral.

2. Caracterização Geral da Produção

O Quadro 1 dá uma idéia geral da produção brasileira recente sobre partidos e eleições, privilegiando certos aspectos que nos parecem essenciais. Trata-se, é preciso deixar claro, de produção bastante diversificada no que se refere ao seu próprio mérito. São 54 livros, em que é freqüente a co-autoria, 50 dissertações (de mestrado e doutorado) e 121 artigos originalmente publicados de forma dispersa em 26 diferentes periódicos regidos por normas próprias de publicação. De toda forma, o número de referências é bastante elevado, se comparado com o total de referências do *BIB*, n.º 5 (1978), que cobriu um período mais longo: são 225 textos, no período pós-1978, e 249, no período 1950-78 (grosso modo, pois há títulos publicados bem antes).

Como se pode observar, ainda no Quadro 1, os textos, em geral, referem-se a um só período, correspondendo a uma configuração específica de sistema partidário: 152 títulos tratam ou do período 1945-64, ou daquele que abrange 1964-79, ou de 1979 em diante, correspondendo a 67% do total publicado. Individualmente, a fase subsequente à reforma partidária de 1979 é a mais estudada (31,6% dos títulos); além disso, esta última fase é também incluída em análises que tratam de dois ou três períodos históricos.

Em 1978, Lamounier e Kinzo assim se expressaram no que diz respeito à produção sobre partidos e eleições:

“Deve-se também lembrar, e isto é particularmente válido no tocante à análise de

Quadro 1
Produção Publicada no Brasil
entre 1978 e 1982
(225 Títulos)

Indicadores	N	%
Tipo de Publicação		
Livros	54	24,0
Teses	50	22,2
Artigos	121	53,8
Período coberto		
Sem referência	3	1,3
1945-64	45	20,0
1964-79	36	16,0
1979-92	71	31,6
1945-79	21	9,3
1945-64 e 1979-92	3	1,3
1964-92	22	9,8
1945-92	24	10,7
Material empírico		
Nenhum	27	12,0
Dados qualitativos	49	21,8
Pesquisa de opinião pública	8	3,6
Resultados oficiais	15	6,7
Dados quantitativos	25	11,1
Dados quantitativos e qualitativos	101	44,9
Período de publicação		
1978-80	35	15,6
1981-85	87	38,7
1986-90	90	40,0
1991-92	13	5,8

dados eleitorais, que as diferenças de qualidade são aqui consideráveis. Tratando-se de um campo de estudos com pouca tradição no Brasil, não dispomos ainda de análises exaustivas e metodologicamente padronizadas dos dados existentes” (*BIB*, n.º 5, 1978, p. 11).

Pois bem, se tomarmos a utilização do material empírico como indicador do estado das artes, hoje, 14 anos depois que as ressalvas acima referidas foram feitas, o panorama não parece ser radicalmente diverso, sobretudo se considerarmos os avanços meto-

dológicos no campo da análise do sistema partidário e do comportamento eleitoral.

Freqüentes são os estudos de cunho eminentemente ensaístico, e até mesmo puramente opinativos; freqüentes são os estudos que se utilizam apenas de material partidário e referências legais. De fato, apenas em torno de 21% dos textos se apoiam em material quantitativo (pesquisas de opinião pública, resultados eleitorais oficiais e outros dados agregados), enquanto cerca de 45% usam material qualitativo e quantitativo, simultaneamente. Ressalte-se a baixa incidência de estudos baseados exclusivamente em pesquisas de opinião pública (8) ou nos próprios resultados oficiais das eleições (15).

Finalmente, observe-se que em todo o período (1978 a 1992) foram publicados, por ano, em média, 15 trabalhos, exceto nos dois últimos anos; neste caso, os valores estão subestimados, pois a pesquisa realizada encerrou-se ainda no primeiro semestre de 1992. Só ocasionalmente, textos publicados neste primeiro semestre foram incluídos.

2.1 Livros

Embora predominantemente de autoria individual, há 4 volumes em co-autoria e 18 constituem coletâneas.

Alguns temas são tratados de forma mais assídua do que outros, como é natural. Destacaremos o subconjunto temático, que segue, em função de sua relevância substantiva e maior incidência no conjunto de livros. Em primeiro lugar, ressaltam análises centradas em partidos específicos, sobretudo no Partido dos Trabalhadores — PT, no Partido Comunista Brasileiro — PCB, no Movimento Democrático Brasileiro — MDB/PMDB, e na União Democrática Nacional — UDN (Pichia, 1980; Picaluga, 1980; Spindel, 1980; Benevides, 1981; Sampaio, 1982; Vinhas, 1982; Sadek, 1986; Kinzo, 1988; Souza, 1988; Benevides, 1989; Salgado, 1989; Gaddoti e Pereira, 1989; e Meneghello, 1989).

Em segundo lugar, há um certo conjunto de abordagens que intentam, a partir da análise do sistema partidário, compreender o funcionamento do sistema político como um todo. Tais estudos incluem sistemas partidá-

rios específicos, como o multipartidarismo do regime de 1945, o bipartidarismo e o período de transição política sob a égide do novo sistema multipartidário (Reis, 1978; Lamounier, 1980; Diniz, 1982; Lima Junior, 1983; Alves, 1984; Hippólito, 1985; Lamounier e Meneghello, 1986; Santos, 1986 e 1987; Kinzo, 1988; e Lamounier, 1989, 1990 e 1991).

Em terceiro lugar, os estudos, com freqüência, dedicam-se a períodos históricos bem mais curtos (o segundo governo Vargas, por exemplo), se restringem a certas eleições (1982, 1986, 1989) ou, ainda, a uma unidade federada específica — Mato Grosso, Pernambuco, São Paulo (Baquero, 1982; D'Araújo, 1982; Fleischer, 1982; Pandolfi, 1984; Falcão, 1985; Lavareda e Sá, 1986; Lavareda, 1987; Neves, 1988; Sadek, 1989; e Cotrim, 1990).

Finalmente, há uns poucos textos comprometidos com a análise institucional propriamente dita, inclusive a legislação eleitoral e suas conseqüências políticas (Kinzo, 1980; Porto, 1989; Braga, 1990; e Lima Junior, 1990 e 1991), com o comportamento eleitoral (Avelar, 1989; e Figueiredo, 1991), e com a história dos partidos (Chacon, 1981).

Ressalte-se que, com segurança, no mínimo 17 dos livros resenhados têm como matriz dissertações de mestrado e teses de doutorado.

2.2 Teses e Dissertações

A distribuição das teses por curso e instituição encontra-se no Quadro 2, na página seguinte.

As dissertações e teses, tematicamente, não se afastam em demasia da classificação que se fez para os livros. No entanto, salvo umas tantas teses (Kinzo, 1978; Hippólito, 1984; Faria, 1988; Lavareda, 1990; e Anastasia, 1992), em geral de doutorado, caracterizam-se explicitamente pela adesão ao recorte geográfico-histórico como recurso para a problematização do fenômeno sob estudo, seja o comportamento de segmentos do eleitorado, seja uma eleição específica, seja um partido. Trata-se de trabalhos eminentemente descritivos, localizados no tempo e no espaço, e com pouco rigor analítico-metodológico.

Quadro 2
Teses e Dissertações, por Instituição

Instituição	Cursos		Total
	Mestrado	Doutorado	
Universidade de São Paulo	8	8	16
IUPERJ	8	4	12
Universidade Federal de Minas Gerais	6	—	6
Universidade de Campinas	5	—	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	5	—	5
Universidade de Brasília	3	—	3
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2	1	3
Total	37	13	59

2.3 Artigos

Qualquer tentativa de classificação temática dos artigos pareceu-nos infrutífera, dada a própria natureza da produção, ora essencialmente ensaístico-opinativa, ora baseada em pesquisa de fontes secundárias e primárias — em proporção mínima, como já se salientou — ora, ainda, em entrevistas. São incluídas, também, resenhas e debates acadêmicos. Esta diversidade e, certamente, grande desigualdade do ponto de vista qualitativo, cremos, decorre da igual diversidade dos periódicos indexados, que possuem polí-

ticas editoriais também distintas. De fato, a relação de periódicos inclui tanto revistas essencialmente acadêmicas quanto revistas voltadas para um público mais amplo.

3. Períodos Históricos, Material Empírico e Período de Publicação

Considerando o tipo de publicação segundo o período histórico sob análise, as seguintes observações podem ser feitas (Tabela 1):

a) O período mais freqüentemente estudado é o mais recente, de 1979 em diante, que coincide com a fase de redemocratiza-

Tabela 1
Tipo de Publicação segundo o Período Coberto

Período	Livro		Tipo Tese		Artigo		
		%		%		%	
Sem referência	—	—	—	—	3	2,5	(3)
1945-64	16	29,6	19	38,0	10	8,3	(45)
1964-79	6	11,1	5	10,0	25	20,7	(36)
1979-92	14	25,9	13	26,0	44	36,4	(71)
1945-79	7	13,0	4	8,0	10	8,3	(21)
1945-64 e 1979-92	1	1,9	—	—	2	1,7	(3)
1964-92	4	7,4	4	8,0	14	11,6	(22)
1945-92	6	11,1	5	10,0	13	10,7	(24)
Total	(54)		(50)		(121)		(225)

ção do país, seguido do período relativo ao ensaio democrático do regime de 1945.

b) Poucos estudos abrangem dois períodos (46), e um número bem menor ocupa-se do período de 1945 em diante (24); nestes casos, a inclusão do pós-1979 reforça a idéia de que o interesse pelo campo de estudo se amplia por conta da redemocratização do país.

c) A produção de teses e de livros centraliza-se em dois períodos (1945-64 e 1979-92): cerca de 55% dos livros e 64% das teses. Já os artigos se concentram no período 1964-79 e 1979-92: cerca de 57%.

A análise dos dados da Tabela 2, tipo de publicação segundo o material empírico utilizado, leva-nos a considerações bastante desconcertantes, uma vez que estamos diante de uma área da *Ciência Política em que os avanços do conhecimento são enormes*. Como se sabe, trata-se de uma área em que predominam interpretações com razoável grau de formalização e o instrumental metodológico disponível é bastante sofisticado. Além disso, a área caracteriza-se por acentuada intersubjetividade e o material empírico de base é periodicamente produzido por fontes oficiais. Em anos recentes, ressalte-se, além do material gerado por instituições acadêmicas, é elevado o número de pesquisas de opinião pública levadas a efeito por institutos-empresas; tais resultados não são de difícil acesso.

No entanto, a incidência de trabalhos que não se utilizam de material empírico de espécie alguma não é desprezível (27, ou se-

ja, cerca de 10%); além disso, é freqüente o recurso permanente às fontes documentais (arquivos, jornais, material partidário, legislação etc.): 49, ou seja, aproximadamente 21%.

A inclusão das publicações que se utilizam de dados documentais e quantitativos não melhora o quadro, pois, de fato, nesse caso, o material consiste, em geral, apenas dos resultados das eleições oficiais e divulgados pela imprensa escrita: são 101 trabalhos, isto é, 44% dos casos.

Embora os artigos tendam a ser menos ricos que os livros e as teses — dado o material utilizado —, nem os livros nem as teses estão a salvo do caráter ensaístico-opinativo a que já se aludiu. Basta, para tanto, referir-se ao uso, praticamente desprezível, de pesquisas de opinião pública (8 casos), de dados exclusivamente oficiais (15) e de dados quantitativos de mais de uma fonte, além de resultados oficiais (25).

A Tabela 3 apresenta a distribuição do período histórico coberto pelos trabalhos segundo a data de publicação do texto (ou de defesa da tese/dissertação).

A distribuição dos textos pela época de publicação é particularmente instigante no que se refere a cada um dos três períodos históricos cobertos. Observa-se que o interesse pela fase 1945-64 permanece constante; a incidência de publicações referentes ao regime autoritário decresce à medida que nos aproximamos de anos mais recentes; a recorrência de publicações referentes ao pe-

Tabela 2
Tipo de Publicação segundo o Material Empírico Utilizado

Material	Livro		Tese		Artigo		
		%		%		%	
Nenhum	1	1,9	1	2,0	25	20,7	(27)
Dado(s) qualitativos(s)	9	16,7	9	18,0	31	25,6	(49)
Pesquisa de opinião pública	—	—	—	—	8	6,6	(8)
Resultados eleitorais oficiais	1	1,9	2	4,0	12	9,9	(15)
Dados quantitativos (mais de uma fonte)	6	11,1	5	10,0	14	11,6	(25)
Dados quantitativos e qualitativos	37	68,5	33	66,0	31	25,6	(101)
Total	(54)		(50)		(121)		(225)

riodo pós-1979 é crescente ao longo do tempo. Assim, parece fazer sentido atribuir à fase 1964-79 um interesse apenas conjuntural, enquanto o interesse pelos períodos 1945-64 e pós-1979 aparenta ser mais permanente e atraente, pois possibilita análise mais abrangente do fenômeno partidário-eleitoral, isto é, no contexto de consolidação da democracia.

Esse aspecto, se associado à frequência baixa do material empírico mais diretamente relacionado à reflexão sobre a estrutura e o

de trabalhos essencialmente ensaístico-opinativos é grande.

Nesse sentido, a produção ora revisada divide-se em duas grandes linhas. Em primeiro lugar, há um grupo, minoritário, de trabalhos que tratam de forma analítica e metodologicamente mais adequada o fenômeno partidário e eleitoral; trata-se de textos com razoável base empírica. De outro, há um grupo maior de estudos que incluem a reflexão sobre partidos e eleições em contex-

Tabela 3
Período Coberto segundo o Período de Publicação

Período Histórico	1978-80		1981-85		1986-90		1991-92		
		%		%		%		%	
Sem referência	—	—	2	66,7	1	33,3	—	—	(3)
1945-64	8	17,8	17	37,8	17	37,8	3	6,7	(45)
1964-79	18	50,0	10	27,8	7	19,4	1	2,8	(36)
1979-92	1	1,4	29	40,8	36	50,7	5	7,0	(71)
1945-79	7	33,3	9	42,9	5	23,8	—	—	(21)
1945-64 e 1979-92	—	—	—	—	2	66,7	1	33,3	(3)
1964-92	1	4,5	11	50,0	10	45,5	—	—	(22)
1945-92	—	—	9	37,5	12	50,0	3	12,5	(24)
Total	(35)		(87)		(90)		(13)		(225)

funcionamento do sistema partidário e à análise conjuntural de eleições — tal como visto no Quadro 1 (material empírico e na Tabela 2 — parece indicar que o campo de análise *stricto sensu* do sistema partidário e de eleições entre nós é ainda pouco institucionalizado, a julgar pela natureza das publicações. De fato, aquelas que lidam com os fenômenos em questão têm escopo ou, no mínimo, a pretensão de abranger fenômenos mais gerais. Esta interpretação é consistente com a constatação feita de que a incidência

tos mais abrangentes mas que, em geral, não tratam adequadamente os fenômenos a partir dos quais a reflexão é feita.

Ao que tudo indica, tais tendências não parecem se alterar quando o tipo de material empírico é contrastado com o período de publicação (Tabela 4): a distribuição dos trabalhos por tipo de material utilizado não se altera muito ao longo do tempo, exceto por ligeira redução na incidência de textos que se utilizam apenas de dados qualitativos.

Tabela 4
Material Empírico segundo o Período de Publicação

Período	Nenhum		Dado(s) Qualitativo(s)		Pesquisa de Opinião		Resultados Oficiais		Dados Quantitativos		Dados Qualit. e Quantit.		
		%		%		%		%		%		%	
1978-80	2	5,7	11	31,4	—	—	6	17,1	2	5,7	14	40,0	(35)
1981-85	12	13,8	17	19,5	4	4,6	4	4,6	14	16,1	36	41,4	(87)
1986-90	13	14,4	20	22,2	4	4,4	4	4,4	9	10,0	40	44,4	(90)
1991-92	—	—	1	7,7	—	—	1	7,7	—	—	11	84,6	(13)
Total	(27)		(49)		(8)		(15)		(25)		(101)		(225)

BIBLIOGRAFIA

I – Livros

Alves, Maria Helena Moreira.

1984 *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes.

Analisa o regime autoritário brasileiro (1964-1984), sugerindo que ele se organizou a partir de ciclos de repressão e liberalização. A partir da análise da doutrina de Segurança Nacional, mostra os vários mecanismos de luta da oposição contra o autoritarismo e pela redemocratização do país. Apresenta dados sobre as eleições no período autoritário e analisa o surgimento dos novos partidos em 1980 e desempenho destes nas eleições de 1982.

Avelar, Lúcia.

1989 *O Segundo Eleitorado: Tendências do Voto Feminino no Brasil*. Campinas, Unicamp.

Procura fundamentar a discussão sobre o modo de votar das mulheres no Brasil, levando em conta as novas situações de vida e de trabalho que deram origem a uma ampla constelação de papéis sociais que atingiram homens e mulheres indistintamente. Examina as reiteradas teses do apoliticismo e do conservadorismo feminino, e discute a diversidade dos universos políticos das mulheres conforme a situação de classe e de sua entrada na força de trabalho. A variável "sexo" leva em conta a comparação das atitudes e posições políticas dos homens, das mulheres que trabalham fora e das mulheres donas-de-casa, em uma abordagem metodológica que evidencia o papel político inovador das mulheres que trabalham fora no conjunto do eleitorado brasileiro. Vai além da análise da participação feminina enquanto tal, tentando compreender a persistência da despolitização de grande parte do eleitorado brasileiro.

Baquero, Marcello (org.).

1984 *Abertura Política e Comportamento Eleitoral nas Eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, UFRGS.

Coletânea sobre as eleições de 1982 no Rio Grande do Sul resultante de seminários realizados no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS no ano seguinte. Baseado em *survey* do eleitorado de Porto Alegre, busca explicar o comportamento eleitoral no estado. Marcello Baquero discute analiticamente os objetivos e o impacto dos pacotes eleitorais nos partidos de oposição. Carlos Arturi traça o perfil eleitoral dos vários partidos na capital gaúcha, enfatizando também o perfil dos indecisos e as várias modalidades do voto. Carmem M. Frauzom, supondo a existência de uma determinante sócio-econômica na identificação partidária, discute a participação e a representação política de grupos sociais através do sistema partidário vigente. Enídia F. da Silva analisa o elemento catalisador do voto em Porto Alegre em 1982, o personalismo, apontando a necessidade dos partidos tornarem-se mais efetivos e solidamente estruturados. Telmo Moura procura mostrar que o ceticismo quanto à eficácia da política afeta de forma significativa as percepções e atitudes dos eleitores sobre assuntos políticos. Maria Inês Stamatto analisa as razões do voto em branco e dos votos nulos. Finalmente, Adir Ferreira examina a participação política dos entrevistados na campanha eleitoral de 1982.

Benevides, Maria Victória de Mesquita.

1981 *A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Análise da atuação da UDN, importante partido político do período 1945-64. O estudo se divide em três partes. A primeira descreve a história da UDN, a partir das lutas contra o Estado Novo, dando ênfase à participação do partido nas sucessões presidenciais. A segunda

apresenta a organização e a vida interna, a atuação parlamentar e o programa do partido. Aqui dois pontos merecem destaque especial: o antigetulismo e as especificidades da UDN em cada estado. A última parte trata do “udenismo”, discutindo a identificação do partido com temas como o moralismo, o elitismo e o liberalismo.

Benevides, Maria Victória de Mesquita.

1989 *O PTB e o Trabalhismo: Partido e Sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo, Brasiliense.

Analisa a atuação da seção paulista do PTB no período 1945-1964. Na primeira parte descreve o cenário partidário nacional, o getulismo, e ainda apresenta as especificidades do trabalhismo paulista. Na segunda parte apresenta a história eleitoral do PTB paulista dando ênfase à relação deste com as figuras de Jânio Quadros, Adhemar de Barros e Getúlio Vargas. Mostra ainda o papel proeminente que teve a deputada Ivete Vargas no partido a partir de meados dos anos cinquenta. Na terceira parte descreve a relação do PTB com os sindicatos paulistas. Um dos pontos centrais do livro é a tentativa de explicar as razões da fragilidade do PTB no estado com maior concentração operária do país.

Braga, Hilda Soares.

1990 *Sistemas Eleitorais do Brasil (1821- 1988)*. Brasília, Senado Federal.

Analisa a evolução dos sistemas eleitorais na história política brasileira, desde o final do período colonial até a Nova República, verificando suas principais características e suas consequências políticas, ou seja, os resultados das manipulações elaboradas pela engenharia eleitoral. Divide a história do Brasil em períodos e determina os marcos mais importantes da legislação eleitoral em cada um deles. Considera que a democracia exige dois pressupostos: participação e representação políticas. Quanto ao primeiro pressuposto, conclui que o direito à participação foi sendo ampliado progressivamente, de modo que a Constituição atual somente exclui do direito ao voto os menores de 16 anos e os conscritos durante o serviço militar. Quanto ao sistema representativo, observa duas distorções: uma referente à distribuição de cadeiras entre as unidades da federação, e a outra à desproporção do número de cadeiras dos partidos em relação aos votos obtidos. Remete a permanência dessas distorções ao subdesenvolvimento e às desigualdades regionais e de classe. Afirma que as modificações na legislação eleitoral sempre foram realizadas em nome do aperfeiçoamento do sistema eleitoral mas, na realidade, atendiam aos interesses continuístas dos grupos hegemônicos da sociedade. Observa que a sociedade sempre lutou contra os casuísmos, seja reivindicando voto secreto, voto feminino, eleições diretas, seja se manifestando através das urnas. Afirma que sempre houve uma tendência ao voto oposicionista, principalmente nas grandes cidades. Conclui que eleições livres é o melhor, embora não o único, caminho para a democracia.

Carone, Edgard.

1982 *O PCB (1922-1982)*. São Paulo, Difel.

Trabalho em três volumes que aborda a história do Partido Comunista Brasileiro por ocasião de seu sexagésimo aniversário. Cada volume abrange um período delimitado — 1922 a 1943, 1943 a 1964 e 1964 a 1982 — cobrindo desde a fundação do partido até sua situação ao final do regime militar. Apresenta documentos e entrevistas praticamente inéditos, levantados de fontes comunistas, nacionais e estrangeiras, com caráter oficial ou oficioso.

Chacon, Vamireh.

1981 *História dos Partidos Brasileiros: Discurso e Praxis dos seus Programas*. Brasília, UnB.

Obra historiográfica sobre os partidos políticos no Brasil, descritos em função do discurso político dos seus programas e relacionados com sua praxis e conseqüente representatividade qualitativa. Busca fornecer uma visão global do itinerário das agremiações partidárias brasi-

leiras. Aborda sucessivamente a questão dos partidos no Império, na Primeira República (1889-1930), na Segunda República (1930-1937), na Terceira República (1937-1945), na Quarta República (1945-1964) e na Quinta República (1964-1979). Em anexo, relaciona as fontes primárias utilizadas: os manifestos, programas e plataformas dos partidos e movimentos políticos existentes em cada período.

Cotrim, Fernando da Silveira.

1990 *A Geografia do Voto no Brasil: Eleições 1989*. Rio de Janeiro, IBASE.

Estudo das eleições presidenciais de 1989, com base nos resultados apurados em mais de 4.500 municípios do Brasil, agregados em blocos regionais homogêneos segundo metodologia do IBGE para definir as regiões de influência das cidades brasileiras. Agrega à análise dos dados o conhecimento das lideranças políticas, as situações sócio-econômicas, a urbanização e a posição das forças partidárias nas várias regiões do país. Sustenta a hipótese de que os resultados eleitorais de 1989 indicam as tendências do eleitorado nos termos das opções progressista ou conservadora, definidas em termos de identidade com o regime autoritário do período 1964-1985. Procura ainda distinguir o comportamento do eleitorado rural daquele do eleitorado urbano.

D'Araújo, Maria Celina Soares.

1982 *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, Partidos e Crise Política*. Rio de Janeiro, Zahar.

Supõe que a crise final do segundo mandato presidencial de Getúlio Vargas, irrompida em agosto de 1954, resulta de um processo crítico que se inicia quando os populismos adema-rista e getulista optam pelo retorno do ex-presidente, através do referendo eleitoral. Prioriza o jogo político dentro do sistema partidário, bem como as relações entre os partidos e o governo. Aborda as questões históricas e teóricas mais gerais para situar o período, e examina a prática governamental em suas relações com o sistema partidário, assim como as oscilações políticas dos dois atores. Inicia enfocando a conjuntura política nacional, e a partir de uma bibliografia especializada, situando teoricamente a crise política enquanto crise de legitimidade e de participação (resolvida posteriormente pela redução do seu escopo). Investiga situações políticas, desde a eleição de Vargas, para exemplificar a desarticulação política e a flutuação de compromissos que acabam por tornar insustentáveis as bases governamentais. Estabelece conclusões quanto ao significado político da morte de Vargas, particularmente quanto à importância desse fato na redefinição de um padrão de participação, na rearticulação do sistema partidário e na legitimação das instituições políticas e da democracia no país.

Delgado, Lucília de Almeida Neves.

1989 *PTB: Do Getulismo ao Reformismo (1946-1964)*. São Paulo, Marco Zero.

Reconstitui a dinâmica vivida pelo Partido Trabalhista Brasileiro em sua relação com Vargas e o getulismo percebendo como co-participantes dessa interação os órgãos político-administrativos do Estado e as entidades sindicais. Estrutura-se de acordo com uma periodização e cronologia cujos marcos principais são o início de cada mandato presidencial, a queda de Segadas Viana do Ministério do Trabalho (1953), o suicídio de Vargas e a renúncia de Jânio Quadros. Descreve como, em seu início como instrumentos de canalização da participação popular pelo Estado, o PTB, criado sob a égide do trabalhismo getulista, e os sindicatos vão penetrar junto às forças populares como apêndices do Estado nestes setores, favorecidos pela dificuldade de organização autônoma dos trabalhadores. Sustenta, porém, que a partir de 1954 o PTB e os sindicatos avançam sobre, e além, do aparelho estatal, e criam propostas alternativas de atuação político-sindical que ameaçavam superar os limites para eles traçados pelos governos populistas e pela aliança PTB-PSD. Reconstrói a história partidária do PTB, redimensionando o encadeamento de idéias, ações, relações, alianças e campanhas eleitorais que se constituíram nas conjunturas nas quais a atuação do PTB ad-

quire, reciprocamente, poder de influência e possibilidade de ser influenciada. Observa que o PTB — em sua origem um partido getulista — viveria uma transformação ao longo dos anos que o redefiniria como uma agremiação de crescente marca reformista, apesar de sempre presa às vicissitudes do clientelismo.

Diniz, Eli.

1982 *Voto e Máquina Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Resultado de pesquisa conduzida no Iuperj, entre 1979 e 1981, sobre partidos políticos e eleições na política do Rio de Janeiro, analisa especificamente a trajetória do partido de maior expressão eleitoral no antigo estado da Guanabara, o MDB, que se transforma, ao longo das eleições de 1966 a 1978, numa legenda de grande apelo popular. Remonta às origens do MDB, acompanhando o desenvolvimento das várias correntes políticas que se acomodaram em seu interior por ocasião da reforma partidária que instituiu o bipartidarismo no país. Observa o desdobramento da dinâmica intra-partidária que culmina com a ascensão da corrente liderada pelo governador Chagas Freitas, cuja supremacia define-se a partir das eleições de 1970. Acompanha o processo de reestruturação partidária determinado pela fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975. Analisa a dinâmica interna do MDB em função das principais facções que caracterizam sua evolução, detectando a força eleitoral de cada uma delas e observando o ritmo de crescimento da corrente chaguista, cuja força eleitoral crescente foi função de seu poder de mobilização. Caracteriza a montagem e consolidação da máquina política a que seria incorporado o MDB, destacando seus aspectos organizacionais e seu estilo próprio de atuação. Concentra-se na articulação entre as esferas executiva, parlamentar e partidária, observando o funcionamento da máquina chaguista em cada instância do poder, e suas vinculações com um amplo e diversificado núcleo de clientelas. Confronta, finalmente, a ideologia e a prática política da representação parlamentar chaguista; destacando os traços ideológicos essenciais revelados pelos deputados ligados às principais correntes do MDB fluminense, assim como sua percepção da dinâmica intra-partidária, e mostrando seu desempenho no Legislativo estadual, acompanhando a produção de alguns deles por vários mandatos consecutivos.

Dulci, Otávio Soares.

1986 *A UDN e o Antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG.

O trabalho, originalmente tese de mestrado defendida na UFMG em 1977, busca acompanhar a trajetória da União Democrática Nacional, salientando sua face antipopulista, até os acontecimentos de 1964. Procura inicialmente expor a temática do populismo, revendo as vertentes de análise sobre o assunto de forma a sugerir uma interpretação para o fenômeno populista no Brasil. Em seguida, procura identificar a UDN e o antipopulismo como projeto político-ideológico, estudando as razões da UDN a partir das correntes liberais da República Velha e do período posterior à Revolução de 1930. Por fim, investiga o partido em operação, entre 1945 e 1964, delineando três padrões distintos de atuação partidária udenista em relação ao populismo: períodos de grande afastamento, períodos de aproximação e períodos de implementações, ainda que efêmera, do projeto antipopulista. Conclui que o esforço levado a cabo pela UDN para regenerar a política brasileira dos traços viciosos do populismo resultou na institucionalização do autoritarismo.

Falcão, Joaquim de Arruda (org.).

1985 *Nordeste: Eleições*. Recife, Massangana.

Ensaio que avalia as eleições de 1982 nos estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará e focaliza as questões do regionalismo nordestino no Congresso Nacional e da formação do Partido da Frente Liberal. Joaquim Falcão justifica a boa compreensão dos resultados eleito-

rais de 1982 no Nordeste ressaltando o crescente peso político dos candidatos eleitos pela região no cenário nacional, sublinhando o crescente papel das eleições no desenvolvimento político brasileiro em direção à democracia e apontando que estudos acadêmicos deste gênero são crescentemente indispensáveis ao exercício da atividade legislativa. O conjunto dos trabalhos busca oferecer uma visão compreensiva sobre as eleições de 1982, relacionando o comportamento estratégico, os condicionantes sócio-econômicos e a escolha do eleitor. Os textos publicados são da autoria de Joaquim Falcão, David Fleischer, Antônio Lavareda, Luiz Otávio Cavalcanti, Byron Sarinho, Constança Pereira de Sá, Luiz Alberto Passos Cavalcanti, Hélio Barros e Lustosa da Costa, e Maria Antônio Alonso de Andrade.

Ferreira Neto, Edgard Leite.

1989 *Os Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo, Contexto.

História dos partidos políticos brasileiros desde a independência até o final do regime militar. Considera a organização dos partidos como consequência exclusiva dos interesses de classe, observando que a tônica geral das agremiações partidárias brasileiras sempre foi a de existirem em função do Estado, sujeitos aos arranjos do poder quando esse se modificava. Periodiza a história partidária no Brasil em quatro fases: 1822-1889, 1889-1945, 1945-1964 e 1964-1980.

Figueiredo, Marcus.

1991 *A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade*. São Paulo, Sumaré.

Examina os fundamentos das teorias que explicam o fenômeno da participação eleitoral, tentando demonstrar que a decisão individual de abster-se ou participar como eleitor tem um fundamento racional, dissolvendo, com isso, o paradoxo da participação. Apresenta os fundamentos lógicos da teoria psicológica do comportamento eleitoral, seu modelo explicativo, sua capacidade preditiva e suas principais descobertas. Avalia os modelos histórico-contextuais com os mesmos objetivos, destacando as versões sociológica e economicista. Observa que o elo de ligação entre sociólogos e economistas do comportamento eleitoral é que, primeiro, ambos dão precedência explicativa às experiências sociais objetivas do indivíduo e, segundo, assumem que os padrões de distribuição da participação eleitoral são o resultado final de um complexo processo social. Examina a teoria econômica do voto formulada por Anthony Downs, que deu origem à formulação do "paradoxo da participação". Verifica que as teorias do dever cívico e do determinismo social em nada ajudam para a solução desse dilema, e inicia a busca de uma explicação racional para o comportamento eleitoral formulando os fundamentos lógicos para uma teoria da escolha racional aplicada a uma situação de decisão eleitoral. Reexamina os critérios de decisão racional da teoria da eficiência do voto e apresenta as condições que podem fundamentar a racionalidade da participação política. Mostra, por simulação e com um exemplo empírico, que as hipóteses sugeridas por esta teoria sobre a fonte causal da flutuação da taxa de participação eleitoral e da volatilidade do eleitorado são operacionalizáveis e falsificáveis. Finaliza considerando a política, o comportamento estratégico e o ato de votar em sua relação com as democracias eleitorais.

Fleischer, David V. (org.).

1981 *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília, UnB.

Coletânea sobre o sistema partidário brasileiro ao longo do período 1945 a 1979, ou seja, as épocas do pluripartidarismo e do bipartidarismo. Destaca que há bastante tempo o sistema de partidos brasileiros merecia um estudo mais profundo e abrangente, que sanasse as dificuldades e omissões dos autores e pesquisadores nacionais e estrangeiros sobre o sistema político do Brasil. Considera que o estudo dos partidos no Brasil dificilmente se desvincula da análise das eleições parlamentares e da sociologia eleitoral de modo geral, o que é fruto da ligação entre partidos e eleições no sistema brasileiro, e de que na maioria dos estados os partidos sempre foram meros veículos eleitorais; de maneira que a maioria das contribuições teóricas

detém-se mais sobre o desempenho eleitoral dos partidos e menos sobre sua organização interna, representação de interesses, papel no jogo institucional etc. Divide-se em dois volumes que estudam os partidos no âmbito nacional e estadual. No primeiro volume, concentra-se a análise sobre a fase pluripartidária (o sistema partidário nacional e estudos sobre partidos específicos), a fase do bipartidarismo, a atuação dos partidos no Legislativo e ainda um ensaio bibliográfico sobre partidos, representação e sistema eleitoral. Já no segundo volume, a análise está voltada para os sistemas partidários em cinco subsistemas estaduais (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia), onde conjugam-se trabalhos mais históricos, desde as décadas de 40 e 50, e pesquisas mais recentes, da década de 70. Os artigos incluídos são da autoria de David Fleischer, Gláucio Soares, Olavo Brasil de Lima Junior, Maria do Carmo Campello de Souza, Maria Victória Benevides, Lúcia Lippi Oliveira, Suely Bastos, Luiz Werneck Vianna, Regina Sampaio, Fábio Wanderley Reis, Luiz Navarro de Brito, Maria Isabel de Carvalho, Wanderley Guilherme dos Santos, Luiz Henrique Bahia, Bolívar Lamounier, Maria D. Kinzo, Maria Tereza Dias, Eli Diniz, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Carvalho, Antônio Otávio Cintra, Leônidas Xausa, Francisco Ferraz, Héglio Trindade, Nelson de Sousa Sampaio e Ary Guimarães.

Fleischer, David V. (org.).

1988 *Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982*. Brasília, UnB.

Coletânea sobre os antecedentes e as conseqüências das eleições brasileiras de novembro de 1982, tratando-se de uma visão mais geral do contexto político-eleitoral daquele pleito, e não de estudos de unidades geográficas ou partidos específicos. Luiz Carlos Bresser Pereira aborda os limites da abertura e da sociedade civil. Fernando Henrique Cardoso relaciona os temas da dependência com os da democracia. Em dois artigos, David Fleischer aborda a engenharia política brasileira (a oposição sistema eleitoral/sistema partidário) e o novo pluripartidarismo nacional (perfil sócio-econômico dos deputados federais). Gláucio Soares relaciona os novos partidos constituídos aos velhos conflitos da política brasileira. Eli Diniz trata da relação entre o empresariado e a transição política no Brasil. Eva Blay expõe a participação da mulher na redemocratização. Alexandre Barros e Paulo Kramer discutem o papel dos militares na abertura, enquanto Venício de Lima e Murilo Ramos exploram o poder da televisão sobre a democracia e a informação política. Finalizando, Luiz Navarro comenta as conseqüências das eleições de 1982.

Gadotti, Moacir e Pereira, Otaviano.

1989 *Pra que PT: Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez.

Publicação de caráter documental que acompanha os dez primeiros anos de existência do Partido dos Trabalhadores, procurando apresentar organicamente a evolução do partido através de seus documentos básicos oficiais. Tem por finalidade dar a conhecer o PT à grande maioria dos trabalhadores que ainda não tiveram esta oportunidade. Os documentos incluídos são organizados nos seguintes temas: as origens do PT, a história organizativa do partido, a sua relação com a ética, suas bandeiras de luta e projeto político, a importância do V Encontro Nacional, as políticas setoriais petistas, a luta eleitoral do PT, as suas administrações populares, o desempenho do PT no Parlamento e na Constituinte e, finalmente, as mais recentes propostas formuladas pelo Partido dos Trabalhadores para o Brasil.

Gomes, Angela de Castro e D'Araújo, Maria Celina Soares.

1989 *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo, Ática.

Discute a trajetória do PTB, de suas origens em 1945 até o suicídio de Vargas em 1954. Elege como foco um dos temas básicos do partido, as relações do trabalhismo com o getulismo neste período. Enfatiza uma questão marcante para o desenvolvimento deste partido: a

importância da figura e do carisma de Getúlio Vargas para a configuração ideológica e organizativa do PTB.

Hippólito, Lúcia.

1985 *De Raposas e Reformistas: O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Investiga a contribuição fornecida pelo Partido Social Democrático para a estabilidade — e eventualmente a crise — do sistema partidário que funcionou no Brasil entre 1945 e 1964. Partindo da premissa de que o PSD exerceu o papel de fiador da estabilidade política do regime democrático, mergulha na vida do partido, a fim de entender como as modificações ocorridas no seu interior refletiram-se na dinâmica do sistema partidário como um todo. Demonstra que no momento em que o partido perde as condições internas de liderar o sistema partidário, instalam-se as condições para a emergência de uma crise política de graves proporções, que levaria ao colapso do regime. A partir da crítica à tipologia formulada por Giovanni Sartori, propõe um modelo alternativo que busca identificar as condições que informam a estabilidade e/ou a crise de um sistema partidário. Baseado nas lições retiradas da produção acadêmica brasileira, em referências teóricas sobre partidos políticos e em depoimentos das principais lideranças pessedistas, procura traçar um perfil do PSD e acompanha sua trajetória no cenário federal, buscando descobrir em que medida sua posição majoritária no Legislativo se reflete no Executivo, de forma a identificar a contribuição do partido para a estabilidade política do período. Analisa a participação do PSD nas crises políticas de agosto de 1954 e 1961 e discute as modificações ocorridas no centro político-ideológico do sistema decorrentes de novas demandas surgidas na sociedade em meados da década de 50. Tenta demonstrar que a destruição dos “reformistas” da Ala Moça do PSD, sua mais relevante dissidência ideológica, pelas “raposas” pessedistas causou uma fragmentação interna no partido que se disseminou por todo o sistema partidário, implicando o afastamento do PSD do novo centro político. Descreve as consequências imediatas desse afastamento, manifestas na derrota do partido nas eleições de 1958 e 1960, quando o sistema inicia seu processo de desagregação. Finalmente, através da análise de questões como parlamentarismo vs. presidencialismo, reforma agrária e relações entre PSD e governo, acompanha a progressiva destruição do sistema partidário, o desaparecimento do PSD enquanto principal avalista do equilíbrio político e o colapso final do regime.

Kinzo, Maria D'Alva Gil.

1980 *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo, Símbolo.

Trata de examinar as questões relativas aos mecanismos da representação política, discutindo o conceito de representação em suas diferentes conotações: a concepção da autoridade, a concepção descritiva e aquela que define a representação pelo ângulo da atividade do representante. Examina as perspectivas teóricas da representação a fim de fornecer elementos para a reflexão sobre o caso brasileiro. Discute a questão da cidadania política no que se refere ao direito de voto, ou seja, como ocorreu no Brasil o processo de aquisição e ampliação do direito de participação no sistema representativo desde os tempos do Império. Procura mostrar como tem se dado a participação política dos representados no sistema eleitoral, estudando os mecanismos legais e práticos que têm influenciado na participação e também as condições sócio-econômicas que determinam, em grande medida, a história da instituição participativa no Brasil. Discute a questão da representação política no Brasil do ângulo do sistema eleitoral, delineando, através do estudo das reformas no sistema eleitoral que sofreu o país desde o período monárquico, alguns traços característicos das concepções correntes no Brasil sobre a representação política.

Kinzo, Maria D'Alva Gil.

1988 *Oposição e Autoritarismo: Gênese e Trajetória do MDB*. São Paulo, Vértice.

Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Oxford (Inglaterra) em maio de 1985. Tentativa de reconstruir a memória de uma das forças de oposição ao domínio militar

no Brasil: o Movimento Democrático Brasileiro — MDB. Trata basicamente do período de 1966 a 1979, durante o qual vigorou o sistema bipartidário, sendo o MDB o único partido de oposição com vida legal. Estuda a oposição no interior do arcabouço institucional montado pelo regime, tratando o MDB como uma organização política (a despeito de seu caráter híbrido), e estabelecendo as ligações desta com o regime. Revela que por ter atuado em um sistema político fechado, que negava à oposição qualquer possibilidade de acesso ao poder, o desempenho do MDB visava muito mais questionar a própria existência do regime militar do que representar ou canalizar interesses de classe. Considera que o traço básico deste partidomovimento, traço que tornou possível a unificação de forças diversas em um único canal de oposição, foi o de sua ação ser dirigida contra o regime como tal, e em certa medida contra as políticas econômicas adotadas pelos governos militares, objetivando sempre o restabelecimento da democracia. Reconstroi a trajetória, problemas, dilemas, sucessos e fracassos do MDB; busca também mostrar os principais traços do regime estabelecido no Brasil após 1964, e o seu desenvolvimento, visto que a atuação do MDB foi condicionada por estes fatores. Enfatiza a natureza híbrida da ordem política que emerge após a chamada Revolução e acompanha as suas diferentes fases, de forma a fornecer o contexto no qual atuou o MDB, e a mostrar como este contexto influenciou, e, por vezes, foi influenciado, pela oposição.

Lamounier, Bolívar (org.).

1980 *Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil (1970-1979)*. Rio de Janeiro, Vozes.

Coletânea de artigos de pesquisadores do CEBRAP, cujo principal objetivo consiste em estudar a repentina valorização do processo eleitoral no Brasil a partir da supremacia eleitoral obtida pelo MDB nas grandes cidades, a partir de 1974, o que estaria forçando o início de um processo de mudanças políticas. Documenta a conjuntura político-eleitoral dos anos 70, com ênfase no estado de São Paulo. Bolívar Lamounier trata das tendências eleitorais na capital paulista entre 1970 e 1978, tomando como ponto de partida a rápida erosão da legitimidade do regime pós-64 junto à população urbana e o conseqüente desgaste eleitoral da ARENA. Demonstra que os distritos maciçamente emedebistas são os de menor renda e nível de instrução. Teresa Pires do Rio Caldeira traça o perfil de um bairro de periferia, São Miguel Paulista, focalizando fundamentalmente o problema da participação política dos moradores de baixa renda. Shiguenoli Miyamoto focaliza a campanha eleitoral de 1978 no estado de São Paulo, destacando as divisões internas dos partidos no momento da escolha dos candidatos e documentando os limites e condições impostos à campanha eleitoral pelas restrições legais vigentes. Celina Rabello Duarte analisa a Lei Falcão e estuda o uso dos meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais, mostrando que o conteúdo dessa regulamentação obedece muito mais a injunções das diferentes conjunturas políticas e ao entrelaçamento de interesses variados do que a preocupação de coerência formal. Maria D'Alva Gil Kinzo reúne parte das informações disponíveis sobre a decisão de se implantar o bipartidarismo, em 1965, e recapitula a trajetória eleitoral que conduziu às tentativas de reformulação partidária. Documenta as reações e percepções de impasse frente ao crescimento do MDB, e as primeiras tentativas de sensibilização do regime para a conveniência da mudança.

Lamounier, Bolívar.

1989 *Partidos e Utopias: O Brasil no Limiar dos Anos 90*. São Paulo, Loyola.

Reflete sobre a questão partidária brasileira à luz das últimas duas décadas. Revê a abertura iniciada no governo Geisel, passa pela Constituinte e pela eleição municipal de 1988, e conclui com um esboço das “utopias” que coexistem hoje no Brasil: na esfera econômica, utopias que vão do privatismo ao estatismo; na esfera institucional, as visões associadas ao presidencialismo plebiscitário, ao parlamentarismo e à democracia direta (ou “participativa”). Sobre o período bipartidário, observa que a extinção, à força, dos partidos políticos do período pré-1964 foi uma decisão fatídica que interrompeu um processo evolutivo que poderia ter se-

dimentado no Brasil uma estruturação partidária aceitável. Comenta que a partir das eleições de 1974, marco inicial da descompressão política, o bipartidarismo levou, na prática, a um confronto plebiscitário entre ARENA e MDB. Sustenta que, findo este período, com o advento da Nova República, a fragilidade partidária do país veio à tona com toda a sua carga de riscos e incertezas, com grave prejuízo para a governabilidade. Caracteriza o Congresso Constituinte como possuidor de um importante componente ideológico, na clássica aceção de esquerda *vs.* direita, o que é mensurado através de uma análise quantitativa do quadro partidário e dos perfis ideológicos. Define as eleições municipais de 1988 como determinantes da posição de largada dos diferentes partidos com vistas ao processo sucessório presidencial de 1989, e mostra que estas compuseram um quadro no qual o centro e a esquerda passam a governar, cada um, um quarto da população, estando o restante distribuído pelos menores municípios, nos quais a informação é escassa. Considera, fundamentalmente, que a democracia representativa já está em parte enraizada no país, apesar dos obstáculos ressalvados, e que o Brasil não dispõe, a rigor, de nenhuma outra alternativa. Compara análises do quadro partidário parlamentar das vésperas da eleição presidencial de 1989 com as candidaturas vitoriosas no primeiro turno desta.

Lamounier, Bolívar (org.).

1990 *De Geisel a Collor: O Balanço da Transição*. São Paulo, Sumaré.

Discute a transição do Brasil, do autoritarismo à democracia, ao longo dos últimos quinze anos, tomando como ponto de partida a liberalização iniciada pelo governo Geisel e como ponto final a eleição presidencial direta de 1989. Nesses quinze anos o país viveu sob dois presidentes militares e um civil; passou por diversas modificações na estrutura partidária e nas leis eleitorais; convocou um Congresso Constituinte em 1986 e promulgou a nova Constituição em 1988. Bolívar Lamounier reinterpreta a transição, com o objetivo de delinear os antecedentes e as possibilidades do governo Collor. Alkimar Ribeiro Moura traça o panorama da política econômica desde o primeiro choque do petróleo até as recentes medidas de estabilização. Amaury de Souza e Bolívar Lamounier interpretam a nova Constituição à luz das diferentes "idades" ideológicas do país. Maria D'Alva Gil Kinzo analisa o comportamento dos partidos políticos na Constituinte, demonstrando a existência de tendências ideológicas razoavelmente estáveis. Judith Muszynski e Antônio Manuel Teixeira Mendes avaliam a "profundidade" do sentimento democrático na opinião pública brasileira e na de outros países do Cone Sul. André Singer pergunta como foi possível, nas eleições de 1989, que Fernando Collor, candidato sem base partidária, com um discurso de acentuado sabor populista, derrotasse Lula entre os eleitores mais pobres e na principal base do PT, que é justamente São Paulo. Maria Teresa Sadek examina a participação da Justiça Eleitoral na transição brasileira e, especialmente, na eleição de 1989. Reconhece e confirma sua importância como um dos experimentos mais bem-sucedidos de organização do processo eleitoral, mas também aponta algumas dificuldades emergentes, que poderão assumir proporções preocupantes nos próximos anos.

Lamounier, Bolívar.

1991 *Depois da Transição: Democracia e Eleições no Governo Collor*. São Paulo, Loyola.

O trabalho está dividido em duas partes. A primeira (capítulos 1 e 2) localiza o caso brasileiro num esquema comparativo sobre o desenvolvimento da democracia e situa o pleito de 1990 em relação ao final do governo Sarney e aos primeiros meses do governo Collor. A segunda (capítulos 3 a 6) procede à avaliação da eleição de 1990 com base em quatro critérios: 1) caráter geral da disputa, se plebiscitário ou não; 2) a legitimidade do processo; 3) a questão da governabilidade, entendida como o possível reforço ou debilitamento do processo decisório federal em decorrência do perfil dos novos governadores e das mudanças ocorridas no tocante à composição partidária e ideológica do Congresso Nacional; e 4) a contribuição da eleição de 90 ao encaminhamento da revisão constitucional prevista para 1993, com especial referência à opção entre presidencialismo e parlamentarismo.

Lamounier, Bolívar e Meneguello, Rachel.

1986 *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: O Caso Brasileiro*. São Paulo, Brasiliense.

Partindo do pressuposto de que os partidos políticos no Brasil sempre foram fracos e não-enraizados, procura discutir as razões desta debilidade. Apresenta uma breve história dos partidos no Brasil, sugerindo que o país conheceu sete formações partidárias diferentes: o bipartidarismo imperial, o unipartidarismo da República Velha, o pluripartidarismo embrionário dos anos 30, o pluripartidarismo da República de 46, o bipartidarismo do período autoritário, o multipartidarismo de 1980-85, e a ampliação do multipartidarismo a partir de 1985. Discute uma série de pontos da agenda política da "Nova República": a opção entre os modelos majoritário e consociativo de democracia, a escolha entre presidencialismo e parlamentarismo e a questão do sistema eleitoral.

Lavareda, Antônio (org.).

1987 *A Vitória de Arraes*. Recife, Inojosa.

Coletânea sobre a experiência eleitoral de 1986 em Pernambuco, que agrega a textos de caráter analítico depoimentos de militantes políticos envolvidos naquele pleito. Propõe que a ampla margem da vitória de Miguel Arraes nas eleições para governador significou um expressivo, tanto quanto surpreendente, realinhamento do eleitorado pernambucano sobre os padrões de acirrada polarização tradicionalmente vigentes no estado. Os artigos que compõe o volume discutem temas como os fatores que contribuíram para a vitória de Arraes, as alterações na geografia eleitoral pernambucana, as perspectivas de um segundo governo Arraes, e, até mesmo, o provável comportamento das elites açucareiras diante do governo. Inclui tabelas com a divulgação dos resultados oficiais das eleições para o governo estadual, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e a Assembléia Legislativa em Pernambuco naquele ano.

Lavareda, Antônio.

1991 *A Democracia nas Urnas: O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro, Rio Fundo.

O trabalho analisa em seus primeiros capítulos as teses clássicas acerca do sistema partidário do período 1946-64: as que enfatizaram um processo de desestruturação, as que caracterizaram o formato da competição, e as que resultaram no alinhamento das forças partidárias. Trabalhando com um grande volume de dados de eleições estaduais, municipais e federais o autor apresenta sua hipótese alternativa a respeito do sistema partidário da República de 46: este estaria em processo de implantação e consolidação, imprimindo organização e regularidade a parcelas significativas das escolhas eleitorais. Apesar de alguns obstáculos sérios, sobretudo no campo da legislação eleitoral e partidária, os sinais de institucionalização e consolidação do sistema partidário eram muito mais expressivos.

Lavareda, Antonio e Sá, Constança (orgs.).

1986 *Poder e Voto: Luta Política em Pernambuco*. Recife, Massangana.

Resultado de atividades conjuntas desenvolvidas na área de partidos e eleições, promovidas pela Universidade Federal de Pernambuco e pela Fundação Joaquim Nabuco. Pretende ser uma obra de referência sobre a política republicana num período de cinquenta anos. As conjunturas e fases analisadas iniciam-se na década de 30, no bojo da qual os comunistas sedimentariam expressiva base de apoio no Recife, e chegam até a eleição para prefeito da capital, já na vigência da Nova República, em 1985. De permeio, sucedem-se interpretações de reorganização do quadro partidário após o Estado Novo, com eleições para a presidência e Constituinte em dezembro de 1945 e para o governo estadual em 1947; da exclusão legal dos comunistas, então terceira força política do estado; do período da hegemonia pessedista que se estende até 1958; da fase de domínio das "frentes" com forte componente popular que antecede a ruptura do regime com o golpe de 64; do bipartidarismo do regime autoritário de 1966

a 1978; e da volta da eleição para o governo estadual, em 1982, que embora nominalmente pluripartidária, ainda manteve o bipartidarismo do período anterior. Inclui artigos de diversas orientações teóricas e metodológicas, que compartilham o referenciamento da política regional pernambucana à política nacional brasileira. Os pesquisadores que escrevem os artigos são: Paulo Cavalcanti, Antônio Lavareda, Dulce Chaves Pandolfi, José Arlindo Soares, Palhares Moreira Reis, Joaquim Falcão, Bonifácio Andrade, Rejane Markman e Constança Sá.

Lima Junior, Olavo Brasil de.

1983 *Partidos Políticos Brasileiros: A Experiência Federal e Regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Graal.

Postula que o sistema partidário brasileiro do período 1945-64 apesar de ter possuído nominalmente treze partidos, de fato tinha três subsistemas partidários claramente diferenciáveis: um bipartidário, um multipartidário moderadamente fragmentado e um multipartidário altamente fragmentado. A análise é concentrada em três áreas: o processo de formação de alianças, o declínio dos partidos conservadores e o efeito da lei eleitoral. Defende que a tendência histórica do declínio dos partidos conservadores não se verifica, havendo um processo de mudança na força relativa de todos os partidos. Analisando o impacto da legislação eleitoral sobre a competição política, sugere que os grandes partidos foram os beneficiários da transformação de votos em cadeiras no plano federal; e, ainda, que alguns partidos se beneficiaram do mecanismo de sobre-representação no plano estadual para disputar com sucesso eleições federais, contribuindo assim para o processo de nacionalização da política.

Lima Junior, Olavo Brasil de (org.).

1990 *O Balanço do Poder: Formas de Dominação e Representação*. Rio de Janeiro, Rio Fundo.

Coletânea que busca oferecer uma visão integrada do funcionamento do sistema partidário e do regime eleitoral no Brasil, organiza-se em quatro capítulos centrais que guardam correspondência com a historiografia convencional. Preliminarmente, porém, analisa como as mais importantes instituições liberais (partidos como estrutura básica para organização de interesses e eleições como forma de renovação de elites políticas e governantes) serviram, ao longo da história brasileira, ora como instrumentos de dominação, ora como forma de representação política. Os traços marcantes dos partidos no Brasil seriam o seu alto grau de elitismo e exclusão, a permanente mutilação constitucional-legal do espectro ideológico, e o seu funcionamento intermitente e quase que exclusivamente para fins eleitorais. Ressalta que a atual experiência eleitoral, iniciada em 1979, é vital para a sobrevivência e o fortalecimento do sistema partidário e da democracia liberal. José Murilo de Carvalho, em "Sistemas Eleitorais e Partidos do Império", identifica e analisa as preocupações dominantes das elites políticas do governo imperial: a regulação da cidadania (extensão do sufrágio), a regulação da representação das minorias (fórmula do voto) e a garantia da influência do governo (vitória nas eleições). Aurélio Wander Bastos, em "O Poder e as Leis", observa que na República Velha a legislação eleitoral é utilizada para preservar as antigas frações políticas no poder, e não na organização do Estado republicano politicamente aberto; para isso, examina a intencionalidade jurídica e as consequências políticas de vários elementos componentes da legislação, e ainda indica os critérios de exclusão eleitoral. O regime de 1945, analisado por Olavo Brasil de Lima Junior, seria a primeira manifestação de clara modificação na tradição brasileira: partidos e eleições obedecem e cumprem prioritariamente sua função precípua, que é a representação política. Discute os traços essenciais do período: redução dos limites à cidadania eleitoral e do espectro ideológico em competição, estrutura partidária de âmbito nacional, e o acentuado crescimento do eleitorado. Em "O Ciclo Autoritário", Eli Diniz analisa o período no qual se perde a finalidade básica das eleições e dos partidos. Caracteriza o regime vigente

pela criação artificial de partidos/organizações substitutos e de um arcabouço institucional que os legitima, e ainda por restrições de toda ordem ao regime de liberdade.

Lima Junior, Olavo Brasil de (org.).

1991 *O Sistema Eleitoral Brasileiro: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro, Rio Fundo.

Produto das atividades do Laboratório sobre Partidos, Eleições e Problemas Institucionais do Iuperj, busca ajudar na melhor compreensão dos contemporâneos dilemas institucionais brasileiros, da diversidade de caminhos que se descortinam e das conseqüências previsíveis de decisões sobre a natureza desejada das instituições políticas. Antonio Carlos Alkmin dos Reis discute o conceito de participação, propõe uma classificação para as diversas formas de participação eleitoral e define um conjunto de indicadores sócio-econômicos, ecológicos e informacionais, do ponto de vista das grandes regiões brasileiras, que relaciona às formas de participação eleitoral. Toma como objeto de análise as eleições presidenciais de 1989. Nelson Rojas de Carvalho revê a doutrina e a prática da representação política em três momentos da literatura especializada, apontando para as principais divergências quanto ao método mais adequado de se fazer representar, para as dimensões críticas da legislação eleitoral e para as conseqüências políticas hipoteticamente previsíveis e freqüentemente associadas aos vários métodos eleitorais. José Luciano de Mattos Dias discute alguns aspectos da competição eleitoral, vistos sob três perspectivas: as condições formais da disputas (o registro de chapas e de candidaturas); o comportamento estratégico dos deputados eleitos; e a distribuição geográfica dos padrões de competição. Analisa, assim, o efeito diferenciado, segundo a região e o partido, que adviria da eventual adoção do princípio majoritário (voto distrital). Jairo César Marconi Nicolau procede a uma revisão histórica dos 11 métodos eleitorais utilizados no Brasil, privilegiando como questão central a desproporcionalidade entre o percentual de votos e o percentual de cadeiras obtidas pelos partidos, que atribui aos efeitos da fórmula eleitoral, da magnitude da representação a ser eleita, da cláusula de exclusão eleitoral e da distribuição desigual de cadeiras entre os estados brasileiros. Finalizando, Olavo Brasil de Lima Júnior e Fabiano Guilherme Mendes Santos retomam a questão da proporcionalidade sob a ótica da justiça eleitoral distributiva. Avaliam os efeitos da magnitude do distrito (no Brasil, o estado federado) e do número de partidos políticos efetivos sobre a proporcionalidade, mantida constante a variável fórmula eleitoral, que é definida no âmbito nacional, e sobre a institucionalidade política.

Maranhão, Ricardo (org.).

1981 *Os Trabalhadores e os Partidos*. São Paulo, Semente.

Supõe que as discussões políticas, que se seguiram ao fim do bipartidarismo sobre a questão da democracia e dos problemas partidários, estariam exigindo do proletariado brasileiro muitas reflexões e definições; e que a maioria da grande massa trabalhadora ainda não teria feito suas opções diretamente políticas. Procurando contribuir para os rumos da luta pela democracia, recolhe depoimentos das lideranças operárias emergentes de maior destaque. Privilegia as grandes concentrações industriais em torno de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, locais onde são mais intensos os conflitos de trabalho. Discute as posições diante do MDB; o nascimento do PT; expectativas frente aos novos partidos em criação; a relação entre partidos e sindicatos; as organizações ilegais; a frente das oposições; a Constituinte e as propostas socialistas.

Meneguello, Rachel.

1989 *PT: A Formação de um Partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Analisa a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) desde sua origem até as eleições de 1982. Descreve o processo de formação do PT, sobretudo em São Paulo, a partir da conjugação de vários atores políticos — novo sindicalismo, intelectualidade, políticos, esquerda

leninista e movimentos sociais urbanos. Mostra o rápido processo de organização do PT através do aumento do número de filiados e núcleos organizados, e analisa os resultados eleitorais do partido nas eleições de 1982 em São Paulo. Analisa, ainda, a singularidade do programa partidário petista, dando ênfase às propostas políticas apresentadas ao eleitorado em 1982.

Neves, Maria Manuela R. de N.

1988 *"Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (caso de Mato Grosso)"*. São Paulo, Vértice.

A par da premissa que confere à integração das questões partidárias e regionais a força de um elemento explicador do processo partidário-eleitoral no Estado de Mato Grosso (45-65) — o que equivale a conferir relevância ao condicionamento contextual na dinâmica política — atribui às elites locais o gerenciamento dessa integração, produzindo o fenômeno da alternância partidária que caracterizou o processo mato-grossense como de hegemonia bipartidária entre os dois maiores partidos, o PSD e a UDN. Percebendo o contexto no qual se fundamentam a ideologia separatista e a consolidação oligárquica, remonta à estratégia colonial de ocupação e conquista do território e às características da sua formação social, revelando que a afirmação do poder das oligarquias — forjadas no conflito intraclasses — se dará em etapas de sucessivos confrontos e rearranjos políticos; define as origens das diferenciações norte/sul que estarão na base do divisionismo mato-grossense. Evidencia o perfil das elites e dos partidos mato-grossenses e constata que a dinâmica político-eleitoral (45-65) produziu uma hegemonia bipartidária peculiar, via uma lógica localista própria, administrada pelas elites partidário-regionais segundo a racionalidade partidária e a disputa regional pelo poder político. Conclui que a eficiência deste arranjo resultou na estabilidade do sistema de dominação política por um período superior àquele da vigência do pluripartidarismo e marcou a feição oligárquico-conservadora do processo político mato-grossense.

Pandolfi, Dulce Chaves.

1984 *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife, Massangana.

Reconstituição dos mecanismos que possibilitaram o surgimento, a consolidação e a desagregação da elite política que assumiu o comando do estado de Pernambuco em 1937 e que manteve-se continuamente no poder até 1958. Apresenta um estudo sobre Agamenon Magalhães e outro sobre a implantação e consolidação do Estado Novo em Pernambuco, para em seguida tratar da formação e consolidação da seção pernambucana do Partido Social Democrático, acompanhando cronologicamente as diversas etapas desse processo de dominação política no estado. Centra-se na trajetória de vida e no pensamento de Agamenon Magalhães, figura de importância inegável na vida pública do país. Encontra as raízes do pessedismo reconstituindo o Estado Novo em Pernambuco e analisando as principais propostas implementadas pela interventoria. Estuda o sistema partidário pernambucano, visando compreender a relação que o PSD mantém com as demais agremiações partidárias do estado. Investiga o período de consolidação do poder pessedista (1945-1952) enfatizando o papel de sua liderança regional. Retrata as dificuldades vividas pela elite pessedista frente ao falecimento de Agamenon Magalhães em agosto de 1952 e o subsequente processo de desagregação que culmina na derrota nas eleições de 1958 para o governo do estado e no realinhamento do sistema partidário, de forma que nenhum outro partido consegue se impor politicamente em Pernambuco até 1964.

Pereira, Raimundo Rodrigues *et alii*.

1984 *Eleições no Brasil Pós-64*. São Paulo, Global.

Interpretação dos resultados eleitorais brasileiros a partir de 1945, privilegiando, entretanto, os períodos do regime militar e do multipartidarismo pós-1982. Analisa as legislações casuísticas que a cada momento foram impostas pelo grupo dominante no poder, entendendo que através dessas manipulações legais criaram-se as condições constitucionais com as quais

se mantiveram no poder as minorias dominantes. Formula três conjuntos de questões a serem debatidas: o papel das eleições; o PT nas eleições de 1982 e o futuro do PMDB; o declínio histórico dos partidos conservadores.

Picaluga, Izabel Fontenelle.

1980 *Partidos Políticos e Classes Sociais: A UDN na Guanabara*. Petrópolis, Vozes.

Tenta compreender a especificidade do processo político no antigo estado da Guanabara durante a fase pluripartidária encerrada pelo Ato Institucional n.º 2, e a especificidade da União Democrática Nacional (UDN) carioca. Analisa a atuação do partido em quatro conjunturas políticas cruciais para a história brasileira: do rompimento do Estado Novo ao acordo interpartidário; do suicídio de Vargas à crise de novembro; das eleições de 1960 à posse de João Goulart; e do retorno do presidencialismo à promulgação do Ato Institucional n.º 2. Por considerar ser incompreensível esta atuação conjuntural sem o acompanhamento do desenvolvimento histórico da UDN, levanta os seguintes traços históricos da organização partidária: a filiação e a disciplina partidárias; a ideologia e as bases de apoio da representação; e, finalmente, o desempenho eleitoral dos partidos e das alianças e coligações na Guanabara. Pressupõe a existência de vinculação entre os grupos partidários e as ideologias que defendem e a estrutura de classes da sociedade.

Pichia, Pedro del.

1980 *O PCB no Quadro Anual da Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Coletânea com entrevistas concedidas por seis membros do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro — Armênio Guedes, Hércules Corrêa, Lindolfo Silva, Luiz Tenório de Lima, Salomão Malina e Zuleika Alembert — que expõem suas idéias a respeito da realidade política brasileira e sobre o papel desempenhado pelo PCB.

Porto, Walter Costa.

1989 *O Voto no Brasil: Da Colônia à Quinta República*. Brasília, Senado Federal.

Primeiro volume de uma série de três que comporão uma História Eleitoral do Brasil. Descreve os vários processos utilizados, ao longo da vida do país, para a auscultação da vontade popular. Examina desde as eleições para os Conselhos ou Câmaras da Colônia até os últimos pleitos, nessa 5.ª República, que terminou com a designação de Tancredo Neves para a Presidência. Enfatiza os procedimentos legais de cada sistema eleitoral.

Reis, Fábio Wanderley (org.).

1978 *Os Partidos e o Regime*. São Paulo, Símbolo.

Coletânea sobre a problemática dos partidos políticos, do processo político-eleitoral e das alternativas institucionais abertas ao regime político brasileiro. Observa que os resultados até certo ponto imprevisíveis das eleições de 1974 retiraram os partidos políticos e o processo eleitoral do limbo a que haviam sido atirados pelo regime autoritário. Produto de um seminário ocorrido em 1975 no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, intitulado “As eleições e o problema institucional”, no qual discutira-se a possibilidade de pesquisa padronizada e comparativa das eleições municipais previstas para 1976, que se apresentavam como a oportunidade apropriada para recolher as manifestações da população sobre o regime vigente. Tem por base pesquisa por amostragem nas três semanas imediatamente anteriores à eleição, aplicada à população adulta de quatro cidades (Presidente Prudente/SP, Caxias do Sul/RS, Niterói/RJ e Juiz de Fora/MG), escolhidas em função da existência de apoio local para a organização da pesquisa e de importantes diferenças entre elas no tocante à estrutura sócio-econômica. Analisa a decisão de votar e seus correlatos sócio-econômicos, informacionais e ideológicos. Bolívar Lamounier considera que a urbanização e os processos sociais que a ela se associam estariam a produzir um novo alinhamento político-partidário no Brasil, favorável às oposições. Olavo Brasil de Lima Júnior, embora detectando ten-

dências razoavelmente claras no eleitorado da ARENA e no do MDB, observa que nenhum dos dois encontra-se de fato enraizado na sociedade política. Hélgio Trindade e Judson de Cew, ressaltando a importância da massa dos indecisos, concluem que a luta eleitoral é uma competição entre os interesses que apoiam o *status quo* e aqueles que o contestam. Fábio Wanderley Reis, por seu turno, refuta a hipótese de que o eleitorado urbano brasileiro seja um aglomerado amorfo e manipulável, afirmando que este é consistente o bastante para garantir o retorno ao multipartidarismo.

Rodrigues, Leôncio Martins.

1987 *Quem É Quem na Constituinte: Uma Análise Sócio-Política dos Partidos e Deputados*. São Paulo, Maltese.

Apresenta os resultados de pesquisa efetuada junto aos deputados federais eleitos para a Assembléia Nacional Constituinte em 15 de novembro de 1986. Aborda quatro temas principais: 1) a distribuição da força e da importância dos diferentes partidos na Câmara Federal; 2) as etapas da carreira política e as diferenças observadas entre partidos e regiões no que diz respeito às experiências políticas prévias à eleição dos deputados; 3) o perfil social dos deputados, a partir das profissões representadas na Câmara Federal e sua distribuição por partido e região; 4) as posições políticas dos deputados e as tendências ideológicas no interior dos partidos. Compreende ainda um perfil biográfico dos deputados e senadores constituintes.

Rodrigues, Leôncio Martins.

1990 *Partidos e Sindicatos: Escritos de Sociologia Política*. São Paulo, Ática.

Reúne um conjunto de artigos sobre a temática partidária e a sindical. Em “A Composição Social das Lideranças do PT”, mostra que, apesar da presença de sindicalistas e operários, predominam na cúpula do Partido dos Trabalhadores os professores e os profissionais liberais assalariados chama ainda a atenção para a forte influência de organizações ligadas à economia de mercado; para o corporativismo da instituição sindical no Brasil; Lênin e a burocracia na URSS; e, finalmente, relata resultados de pesquisa entre operários da indústria automobilística paulista sobre participação sindical.

Sadek, Maria Tereza (org.).

1989 *Eleições/1986*. São Paulo, Vértice.

Coletânea de textos sobre as eleições de 1986 no estado de São Paulo. O primeiro artigo, “Uma Análise da Campanha”, de Levi Bucalem Ferrari e Vicente da Costa, concentra-se no estudo para o governo de São Paulo, apresentando o desempenho dos vários candidatos. O artigo “Os Eleitores Paulistanos de 1986: a Marca do Oposicionismo”, de Judith Muszynski, utiliza dados de *survey* para discutir o impacto da identificação partidária e o efeito da imagem dos candidatos na decisão do voto. Maria Teresa Sadek, no texto “A Interiorização do PMDB nas Eleições de 1986 em São Paulo”, faz uma análise geográfica dos votos dos partidos nas eleições para o Executivo, dando ênfase no desempenho do PMDB. O quarto artigo, “A Bancada Federal Paulista de 1986: Concentração ou Dispersão do Voto?”, de Maria D’Alva Gil Kinzo, analisando a distribuição de votos de alguns deputados, questiona a tese da existência de distritalização nas eleições para a Câmara Federal. O último texto, “Nota Preliminar para um Estudo da Justiça Eleitoral”, de Rachel Meneguello, mostra o papel da Justiça Eleitoral na regulação da disputa para cargos eletivos.

Sader, Emir (org.).

1986 *E Agora PT? Caráter e Identidade*. São Paulo, Brasiliense.

Coletânea de textos sobre o PT escrita por diversos dirigentes — José Dirceu, José Genofino, Plínio Arruda Sampaio e Luiz Gushiken — e intelectuais ligados ao partido — Emir Sader, Francisco de Oliveira, Marilena Chauf e José Alvaro Moisés. Os textos procuram dis-

cutir vários aspectos a respeito da posição ideológica do partido (concepção do socialismo, crise da esquerda, modelos de democracia) e pontos ligados a sua agenda política tais como a política sindical e a estratégia eleitoral.

Sampaio, Regina.

1982 *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global. 1982.

Buscando compreender o processo político-partidário em São Paulo no período de 1945 a 1964, escolhe como tema de análise o Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros com base em dois diagnósticos: o de que o PSP suplantou os três grandes partidos nacionais em São Paulo, sendo um fator de bloqueio ao acesso e estruturação desses partidos no contexto paulista; e o de que a análise do PSP, por ter sido o partido de sustentação do ademarismo, fornece indicações valiosas para a compreensão das relações entre o fenômeno populista e as características do sistema partidário então vigente. Discute os aspectos relativos ao referencial teórico utilizado, o enfoque organizacional, explicitando as questões concretas que orientaram a sistematização dos dados. Estuda a trajetória política do PSP e caracteriza sua estrutura e dinâmica interna de funcionamento.

Santos, Wanderley Guilherme dos.

1986 *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. São Paulo, Vértice.

Análise da conjuntura política anterior ao golpe militar de 1964. Utilizando o modelo de classificação dos sistemas partidários de Giovanni Sartori, defende que o sistema partidário brasileiro no período 1961-64 passou do pluralismo moderado ao pluralismo polarizado. Sugere que o principal sintoma da crise de 1964 foi a paralisia decisória do sistema político, sendo esta evidenciada por uma constante tendência decrescente na produção legislativa. Tomando a paralisia decisória como fenômeno a ser explicado, sugere que os processos que a produziram foram a fragmentação de recursos de poder, acompanhada de radicalização ideológica; fragilidade e inconsistência das coalizões que se formaram no parlamento; e a instabilidade governamental, definida como rotatividade dos titulares das pastas ministeriais e agências estatais.

Santos, Wanderley Guilherme dos.

1987 *Crise e Castigo: Partidos e Gerais na Política Brasileira*. São Paulo, Vértice.

Na Parte I do trabalho, analisa vários aspectos da vida política brasileira entre 1945 e 1964. No capítulo III discute o tema da autenticidade e da representatividade do sistema parlamentar brasileiro, investigando o padrão de crescimento do eleitorado e as taxas de absentismo eleitoral. No capítulo seguinte procura demonstrar que o número de partidos parlamentares efetivos só raramente corresponde ao número de partidos nominais e que a instabilidade política independe do número de partidos efetivos. No capítulo V analisa a Justiça Federativa do sistema eleitoral brasileiro. Neste sentido, defende que o sistema parlamentar brasileiro na República de 46 preencheu de maneira bastante apropriada o requisito de representação que impedia tanto a tirania da maioria quanto o veto da minoria. O capítulo VI discute dois aspectos que marcaram a vida política do período: a não-existência de regras eleitorais de exclusão dos partidos com escassa representatividade nacional, e a licença para a formação de alianças e coligações em pleitos proporcionais. Sugere que as alianças eleitorais visavam basicamente a maximizar votos, assim, os partidos buscavam os parceiros que mais vantagens eleitorais lhes ofereciam.

Soares, Gláucio Ary Dillon.

1984 *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas*. Rio de Janeiro, Vozes.

Na primeira parte (Estudos Estruturais) analisa o impacto que algumas clivagens, como o conflito de classes, a urbanização e os conflitos inter-familiares tiveram na política brasileira entre 1945-82. Analisa ainda o papel da organização para o desempenho eleitoral dos partidos, e o declínio eleitoral da direita brasileira. Na Parte II (Estudos Conjunturais) apresenta vários estudos acerca da conjuntura política dos anos 1982-1984, analisando vários aspectos das eleições presidenciais indiretas de 1984.

Souza, Isabel Ribeiro de.

1988 *Trabalho e Política: As Origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes.

Procura desvendar a lógica que articulava o discurso da “liderança combativa”, visando melhor compreender o movimento do “novo sindicalismo”, que resultou na constituição do PT. Conclui quando do início da atuação legal do PT, enfatizando os movimentos de aguda politização dos anos 1977-1979. Destaca o enquadramento teórico peculiar utilizado na análise, e recupera o conhecimento já divulgado sobre o imaginário político dos trabalhadores brasileiros. Relata a maneira pela qual os líderes sindicais aprenderam o universo da política e alteraram seus cursos de ação. Descreve os principais acontecimentos do período e apresenta os núcleos centrais do imaginário daquelas lideranças: a percepção da liderança combativa; os conflitos e alianças no seu interior; o “modelo de equilíbrio” (perspectiva na qual o fiel da balança entre trabalhadores e empresários é o Estado); os testes de força com o empresariado; e, por último, a idéia de conflito de classe. A meta final da investigação é a própria formação do Partido dos Trabalhadores, incluindo a escolha da representação partidária e a base, a ideologia e o momento de criação do partido.

Spindel, Arnaldo.

1980 *O Partido Comunista na Gênese do Populismo: Análise da Conjuntura da Redemocratização no Após-Guerra*. São Paulo, Símbolo.

Tese de mestrado na “Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales” de Paris, procura colaborar para o esclarecimento de uma das conjunturas mais importantes da história brasileira contemporânea: os anos de 1945 e 1946. Identifica os pontos centrais da polêmica teórica sobre o período como sendo: a relação PCB/classe operária; a questão referente ao prestígio de Getúlio Vargas; e a questão da dependência ou não do PCB em sua ligação com Vargas. Supõe que a lógica da atuação do Partido Comunista na conjuntura dos anos 1945/46 é a lógica de sua inserção no sistema político, única maneira não perigosa de reforçar suas ligações com a base, o meio operário-sindical. Observa que a atuação do PCB teria que ser a de entrar em delicada competição com os órgãos estatais e com o aparato político (PTB), motivado pela disputa de poder no espaço político de atuação da classe operária após o Estado Novo. Demonstra que o Partido Comunista pensava a classe trabalhadora como objeto potencialmente mobilizável politicamente.

Vinhas, Moisés.

1982 *O Partidão — A Luta por um Partido de Massas (1922-1974)*. São Paulo, Hucitec.

Abrange os primeiros 52 anos de existência do PCB, e tem como fontes a memória do autor (militante e membro do Comitê Central), os depoimentos de colegas de partido, e a leitura da bibliografia existente. Destaca os fatos e as posições julgadas politicamente mais significativas, acrescentando documentos que permitem sentir, com as palavras e o espírito da época, o rumo que tomou a atividade dos comunistas. A periodização utilizada divide o tempo segundo momentos marcantes na vida do partido: os anos de 1922-1930 correspondem ao período de formação; os anos de 1930-1945 assinalam o surgimento da Aliança Nacional Libertadora, a quartelada de 1935 e o Estado Novo; 1945-1947 marca o tempo áureo da vida do partido, os anos de legalidade, quando se converteu na primeira experiência brasileira de partido de massas; já 1948-1958 são os anos negros, em que a dedicação e o heroísmo cotidiano dos militantes não conseguiam vencer o sectarismo, o golpismo e o mandonismo da linha. Defende a tese de que a clandestinidade extremada desses anos decorreu mais das opções políticas errôneas do que de imposições da vida. Os dois últimos períodos (1958-1964 e 1964-1974) são marcados pela desestalinização e retomada de uma política ampla, e pelo golpe de estado e a repressão, que sangram e dividem o PCB, mas sem conseguirem aniquilá-lo ou empurrá-lo para o desvario e os becos sem saída da história.

II – Teses

Amorim Neto, Octávio.

1991 Formação Ministerial em Sistemas Presidencialistas Multipartidários: O Caso Brasileiro (1946-1964). Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Mestrado.

Apresenta a produção recente da ciência política sobre sistemas de governo, e identifica as características essenciais do presidencialismo, do parlamentarismo e do semipresidencialismo na busca do aparato conceitual para lidar com o caso brasileiro. Procura retratar as bases político-institucionais de formação ministerial no Brasil entre 1946 e 1964, privilegiando a combinação do desenho institucional do presidencialismo com os atributos substantivos da ordem política (a independência do chefe do Executivo, o sistema multipartidário e a lógica de ação dos partidos). Propõe que a composição dos ministérios é regida por um critério de coextensividade entre o Executivo e o sistema partidário-parlamentar e que o cumprimento deste critério é conducente à estabilidade do jogo político. Descreve, em seguida, as formações ministeriais de todas as presidências e o controle partidário dos postos ministeriais, oferecendo evidências qualitativas do “efeito de desinformação”. Após testar empiricamente o critério de coextensividade, mostra que a dimensão estadual da formação ministerial é subordinada à lógica de ação dos partidos. Procura, enfim, estabelecer o significado do processo de formação ministerial para a presidencialismo multipartidário brasileiro do período.

Anastasia, Maria de Fátima Junho.

1985 O Partido Democrático Social e a Crise da Ordem Autoritária no Brasil (1979-1984). Belo Horizonte, UFMG, Tese de Mestrado.

Trata da relação entre partido e ordem política sob o autoritarismo. O argumento central refere-se à transformação da forma partido pela ordem autoritária com vistas a contribuir para o seu projeto de institucionalização a longo prazo, e à relação entre a crise do Partido Democrático Social e a crise do autoritarismo. O período estudado vai de 1979 — data da reformulação partidária, do retorno do pluripartidarismo e da criação do PDS — até 1984 — quando se combinam as crises do partido do governo e da ordem autoritária. Inclui entrevistas com lideranças do partido.

Anastasia, Maria de Fátima Junho.

1992 A Razão e o Medo: Ação, Comportamento e Ordem Política. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Doutorado.

O estudo tem por objeto as diferentes formas de intervenção política — ação e comportamento — expressas pelos homens na organização de sua convivência e suas repercussões sobre a configuração da ordem política. A parte de construção teórica do trabalho inicia-se tratando dos fundamentos da ação e do comportamento político e dos critérios que permitem estabelecer distinções entre ambos. Aborda a ação política e as variáveis que incidem na organização de distintos padrões de ação, *vis-à-vis* os diferentes graus de racionalidade expressos por eles. Trata também do comportamento político e dos princípios subjacentes a ele, a partir da discussão sobre o medo e sobre a importância a ele atribuída nos estudos clássicos de teoria política. A segunda parte do estudo, de proposições e testes preliminares, começa por delimitar o contexto mais geral no qual se movem os atores que constituem seu objeto de estudo, apontando as principais dimensões que freqüentam a agenda política no processo político atualmente em curso no país. Enfocando a competição eleitoral de 1989, analisa as condições do contexto em que ocorreu com base na interseção entre contexto, apelos e perfis dos atores, mais precisamente os apelos construídos pelos dois candidatos mais votados no primeiro turno da eleição presidencial, na suposição de que buscaram obter adesão do eleitorado pela via da mobilização de diferentes paixões e interesses. A terceira e última parte da tese, de análise empírica e conclusões, trata das interações entre intenções do voto, motivação do voto e perfil

do ator, tomando por aceito que a competição eleitoral se dá em um contexto com alto grau de desestabilização. Conclusivamente, pretende obter conexões entre o processo de participação política em curso na sociedade e a ordem política global, a partir do pressuposto de que a ordem política expressa os modos e os estágios de participação política vigentes em cada sociedade.

Avelar, Lúcia Mercês de.

1981 O Voto e o Voto Operário em uma Comunidade Urbano-Industrial. São Paulo, PUC, Tese de Mestrado.

Estudo calcado em dados de pesquisa de opinião efetuada por ocasião das eleições de 1978 no município de São José dos Campos (SP). Reconstrui a evolução econômica e populacional pela qual passou o município, bem como sua história político-partidária entre 1946 e 1978. Revela que o padrão do voto manteve-se de natureza oposicionista. Busca qualificações para este através da análise do *survey*, descobrindo um conteúdo ideológico na determinação das preferências partidárias dos indivíduos (os arenistas possuem opiniões políticas favoráveis ao sistema, enquanto os emedebistas são anti-sistema). Aborda especificamente o voto do operariado, camada social heterogênea e de comportamentos políticos distintos, cujo voto na ARENA ou no MDB é determinado pela idade e pela qualificação profissional. Encontra desinformação e desinteresse entre o operariado, com indícios de ceticismo quanto ao fato de que sua participação em nada influi nos rumos políticos do país.

Avelar, Lúcia Mercês de.

1985 O Voto Feminino no Brasil. São Paulo, PUC, Tese de Doutorado.

Procura fundamentar a discussão sobre o modo de votar das mulheres no Brasil, levando em conta as novas situações de vida e de trabalho que deram origem a uma ampla constelação de papéis sociais que atingiram homens e mulheres indistintamente. Examina as reiteradas teses do apoliticismo e do conservadorismo feminino, e discute a diversidade dos universos políticos das mulheres conforme a situação de classe e de sua entrada na força de trabalho. A variável "sexo" leva em conta a comparação das atitudes e posições políticas dos homens, das mulheres que trabalham fora e das mulheres donas-de-casa, em uma abordagem metodológica que evidencia o papel político inovador das mulheres que trabalham fora no conjunto do eleitorado brasileiro. Vai além da análise da participação feminina enquanto tal, tentando compreender a persistência da despolitização de grande parte do eleitorado brasileiro.

Aydos, Eduardo Dutra.

1978 Tradição e Máquina Política: Uma Experiência de Campanha Eleitoral numa Cidade do Interior do Rio Grande do Sul. Belo Horizonte, UFMG, Tese de Mestrado.

Resultado de trabalho de assessoria de campanha eleitoral desenvolvido a partir de junho de 1978 em Cachoeira do Sul/RS. Procura demonstrar a utilidade prática que a análise de estatísticas eleitorais pode apresentar na orientação da ação partidária e na preparação de campanhas eleitorais. Manuseando séries históricas com as distribuições das votações dos diferentes partidos nos regimes multi e bipartidário, busca visualizar os principais padrões de comportamento político na região daquele município. Utiliza indicadores de tendência evolutiva no desempenho eleitoral dos partidos e uma classificação sócio-econômica das regiões eleitorais da sede urbana municipal. Discute a importância de uma adequada avaliação do potencial político dos pretendentes à indicação como candidatos, pelos partidos políticos, a partir dos critérios de popularidade e de imagem pública dos candidatos. Trabalhando com informações de levantamento de campo, detecta as atitudes e opiniões genéricas dos entrevistados relativamente à política e às eleições, formulando o seu universo atitudinal e as suas representações ideológicas face às preferências partidárias e à avaliação dos atuais partidos.

Azevedo, Clóvis Bueno de.

1991 Leninismo e Social-Democracia: Uma Investigação sobre o Projeto Político do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, USP, Tese de Mestrado.

Procura entender por que o PT, a despeito das novidades que trouxe à política brasileira, a despeito das intenções democráticas, possui limitações essenciais justamente no que concerne ao novo e à democracia. Tem como premissa que a questão está no plano ideológico, no projeto partidário, na definição dos objetivos, das metas e das vias ou caminhos para atingi-los. Sustenta que as formulações do PT oscilam entre a social-democracia e o leninismo, e que alternam-se concepções democráticas e autoritárias, sem resultar em uma proposta consistente e coerente. Analisa a bibliografia referente ao PT, procurando apontar os problemas nas diversas análises, principalmente os equívocos ou omissões quanto à apreciação da ideologia e do projeto político do partido. Analisa também os documentos partidários mais expressivos e significativos: os "documentos básicos" de sua fase inicial (1979-1981) e as resoluções políticas dos três mais recentes encontros nacionais (1987, 1989 e 1990), que demarcam a fase madura do PT. Busca compreender as idéias, as propostas e as metas do partido, particularmente a democracia, o socialismo e as relações entre eles. Proceda a um mapeamento do PT, considerando as suas vertentes constituintes, os blocos e as facções partidárias e, por fim, a clivagem ideológica.

Azevedo, Fernando Antônio Farias de.

1986 Miguel Arraes, 1962: Mudança e Crise Política. São Paulo, USP, Tese de Mestrado.

Considera que a ausência de uma bibliografia política sobre a figura pública de Miguel Arraes tem contribuído para que prevaleça uma visão impressionista, ou mesmo mitológica, sobre esta personagem política. Tenta compreender qual foi, efetivamente, o sentido histórico e político da eleição de Miguel Arraes, em 1962, e da sua ascensão ao governo de Pernambuco em 1963, e quais as implicações políticas de seu "governo popular". Recapitula a conjuntura política nacional entre 1961 e 1964, tentando evidenciar como os projetos e as articulações de classe estavam estruturadas nacionalmente, e mostrar o pano de fundo que envolve a crise final do regime populista a qual sobredeterminava o subsistema político pernambucano. Monta um quadro cronológico e interpretativo da evolução política de Pernambuco no período que vai da redemocratização de 1945 até 1961, um ano antes da eleição de Arraes, relatando as lutas políticas e os embates eleitorais enquanto tenta compreender teoricamente todo o processo. Mostra como se deram as articulações políticas sucessórias em 1962 e como se definiram, partidariamente, as candidaturas a governador. Mostra os temas e a evolução da campanha eleitoral, que se polarizaria entre Arraes e João Cleofas, e comenta os resultados eleitorais de 1962. Apresenta e discute as iniciativas políticas e sociais do governo popular e sua relação com os grupos dominantes e dominados e as implicações políticas daí decorrentes.

Benevides, Maria Victoria de Mesquita.

1980 A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). São Paulo, USP, Tese de Doutorado.

Análise da atuação da UDN, importante partido político do período 1945-64. O estudo se divide em três partes. A primeira descreve a história da UDN, a partir das lutas contra o Estado Novo, dando ênfase à participação do partido nas sucessões presidenciais. A segunda apresenta a organização e a vida interna, a atuação parlamentar e o programa do partido. Aqui dois pontos merecem destaque especial: o antigetulismo e as especificidades da UDN em cada estado. A última parte trata do "udenismo", discutindo a identificação do partido com temas como o moralismo, o elitismo e o liberalismo.

Bodea, Miguel.

1984 Trabalho e Populismo: O Caso do Rio Grande do Sul. São Paulo, USP, Tese de Mestrado.

Acompanha a formação e a evolução político-eleitoral do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1954, descrevendo as trajetórias políticas de Getúlio Vargas e de Alberto Pasqualini desde a fundação do PTB e dos demais partidos, a nível regional, até o trágico desaparecimento de Vargas e o derradeiro eclipse eleitoral de Pasqualini nos meses de agosto e outubro de 1954, respectivamente. Procura interpretar e analisar seus papéis específicos, bem como o relacionamento entre ambos, a partir daquela experiência estadual, situando-os, entretanto, no contexto mais global da política nacional do período. Observa que é na complexa interação entre o processo político nacional e o regional que reside uma das chaves para a compreensão da trajetória política das duas grandes lideranças do trabalhismo gaúcho. Caracteriza o PTB do Rio Grande do Sul como um autêntico "partido político", na concepção gramsciana do termo. Considera a problemática da relação liderança/partido/ massa, bem como os aspectos da relação líder/partido/Estado passíveis de uma reintegração à luz do estudo de caso do PTB gaúcho, cotejando a experiência específica do trabalhismo com as tipologias propostas nos "modelos populistas" de vários autores. Analisa a natureza de classe do trabalhismo, face às polêmicas suscitadas por diversas análises do fenômeno populista na América Latina.

Braga, Hilda Soares.

1989 Sistemas Eleitorais do Brasil (1821-1988). Brasília, UnB, Tese de Mestrado.

Analisa a evolução dos sistemas eleitorais na história política brasileira, desde o final do período colonial até a Nova República, verificando suas principais características e suas consequências políticas, ou seja, os resultados das manipulações elaboradas pela engenharia eleitoral. Divide a história do Brasil em períodos e determina os marcos mais importantes da legislação eleitoral em cada um deles. Considera que a democracia exige dois pressupostos: participação e representação políticas. Quanto ao primeiro pressuposto, conclui que o direito à participação foi sendo ampliado progressivamente, de modo que a Constituição atual somente exclui do direito ao voto os menores de 16 anos e os conscritos durante o serviço militar. Quanto ao sistema representativo, observa duas distorções: uma referente à distribuição de cadeiras entre as unidades da federação, e a outra à desproporção do número de cadeiras dos partidos em relação aos votos obtidos. Remete a permanência dessas distorções ao subdesenvolvimento e às desigualdades regionais e de classe. Afirma que as modificações na legislação eleitoral sempre foram realizadas em nome do aperfeiçoamento do sistema eleitoral mas, na realidade, atendiam aos interesses continuistas dos grupos hegemônicos da sociedade. Observa que a sociedade sempre lutou contra os casuísmos, seja reivindicando voto secreto, voto feminino, eleições diretas, seja se manifestando através das urnas. Afirma que sempre houve uma tendência ao voto oposicionista, principalmente nas grandes cidades. Conclui que eleições livres é o melhor, embora não o único, caminho para a democracia.

Carneiro, José Queiroz.

1991 O Pessedismo e o Baratismo no Pará. Campinas, Unicamp, Tese de Mestrado.

Analisa a estrutura interna do Partido Social Democrático, no Pará, desde a sua fundação, em maio de 1945, até sua extinção em 1965, dando destaque à figura carismática de seu líder, Magalhães Barata, o qual durante cerca de catorze anos comandou com absoluta e incontestável autoridade a nova agremiação política. Cruzam-se e interpenetram-se um estudo do partido político, que se sobressai na vida paraense, e a história de seu criador, que também dominou a cena política do Pará. Pesquisa o interior do PSD, que teve a máquina política estadual completamente em suas mãos e soube usá-la a contento, manipulando-a à sua vontade. Vincula a trajetória do PSD paraense à figura de Magalhães Barata, um general que

desde a revolução de 1930, quando foi guindado, ainda tenente, à interventória do Estado, não mais saiu de cena, vindo a falecer como governador, eleito em 1959, no auge de seu prestígio e da força do PSD. Ressalta as relações de comando pessoais com que Magalhães Barata conduziu o partido desde sua fundação, sua presença no poder, as alianças partidárias, a dura oposição coligada que enfrentou, e sobretudo a organização de PSD paranaense.

Castro, Maria Helena Guimarães de.

1987 Equipamentos Sociais, Política Partidária e Governos Locais no Estado de São Paulo (1968-1982)“. Campinas, Unicamp, Tese de Mestrado.

Examina as conseqüências das mudanças político-institucionais e tributárias ocorridas no pós-64 e seus impactos sobre a política local no Brasil. Indaga-se particularmente quanto ao novo papel dos governos locais na provisão de serviços e equipamentos sociais dadas as condições de urbanização, industrialização e tendência à concentração urbana em cidades médias. Examina a expansão dos equipamentos sociais urbanos, providos pela administração municipal, em 35 municípios do interior paulista durante a vigência do bipartidarismo. Seleciona, a partir dos resultados obtidos, dois estudos de caso (Piracicaba e Jundiaí) onde examina o processo político e as políticas governamentais decididas e implementadas, a nível local, por uma administração oposicionista e outra governista. Enfatiza o jogo político entre as diferentes facções partidárias locais e as relações estabelecidas entre a esfera local de governo e as estruturas superiores de poder.

Castro, Mônica Mata Machado de.

1981 Mobilização e Participação Política: Estudo Comparativo de Dois Municípios. Belo Horizonte, UFMG, Tese de Mestrado.

Analisa as condições de surgimento do comportamento eleitoral oposicionista ou inconformista (preferência partidária e voto no MDB) e do sentimento de crítica ao *status quo*, relacionando-os com os graus de participação social e política geral (participação em associações de tipo diverso e na campanha eleitoral) e os graus de informação política de setores em situação sócio-econômica distinta (indicada pela renda familiar). Utiliza como dados empíricos os resultados de um *survey* eleitoral realizado em 1976 em dois municípios: Juiz de Fora/MG e Presidente Prudente/SP, cidades de tamanho médio mas com diferenças significativas no que diz respeito às atividades econômicas principais. Mostra a importância de se considerar fatores como participação social e política e informação na explicação da ideologia política e do comportamento eleitoral. Conclui que a participação pode ter efeitos contraditórios: funcionar como oportunidade para a intensificação do comportamento oposicionista e para a formação de consciência crítica, mas também contribuir para a manutenção e intensificação do situacionismo, do conformismo e do conservadorismo no comportamento político dos setores populares.

Cesrio, Ana Cleide Chiarotti.

1986 Poder e Partidos Políticos em uma Cidade Média Brasileira: Um Estudo de Poder Local — Londrina/PR (1934-1979). São Paulo, USP, Tese de Mestrado.

Análise da política municipal de Londrina, no Paraná, desde a sua fundação até o fim do período bipartidário, que se insere dentro dos chamados estudos de poder local. Investiga o problema a partir da noção de sistema político, trabalhando a idéia de sua autonomia relativa. Reconstrói a história política do município levando em consideração as relações estabelecidas entre o poder local e o poder estadual, destacando a ação dos partidos políticos em suas funções tanto representativa como governativa, e os recursos organizacionais utilizados por eles, apreendidos através das estratégias adaptativas e competitivas na disputa pelo poder local e pelos cargos de representação nos níveis estadual e federal. Utilizando-se da oposição entre os processos de cooptação e representação, sustenta que a política londrinense, quando relacio-

nada ao governo do Paraná a partir do seu surgimento e da sua consolidação, pôde reforçar o sistema de representação política, resistindo às tentativas de cooptação do Estado, presentes na localidade com maior intensidade durante a Interventiva e nos momentos de reorganização do sistema partidário. Atribui à capacidade da política londrinense em criar novos grupos, com alternativas diferentes daquelas oferecidas pelos que ocupavam os centros decisórios junto ao governo estadual, a formação de um consenso na localidade e fora dela de que no município sempre se fez uma "política de oposição". Sustenta que esta, esteve muito mais assentada na defesa dos interesses do município e da região do que propriamente em princípios partidários e ideológicos.

Chaia, Vera Lúcia M.

1991 A Liderança Política de Jânio Quadros (1947-1990). São Paulo, USP, Tese de Doutorado.

Enfatiza o estilo de liderança desenvolvido por Jânio Quadros nos mais de 40 anos decorridos desde seu primeiro mandato; analisando o fenômeno político nascido do discurso e da atuação deste personagem e buscando levantar os componentes que caracterizam, mantêm e possibilitam a continuidade do janiismo. Recapitula a carreira política de Jânio Quadros a partir de sua eleição a vereador em São Paulo em 1947, passando pela eleição a deputado estadual (1950), a prefeito da cidade de São Paulo (1953), a governador do estado de São Paulo (1954), a deputado federal (1958) e a Presidente da República (1960), pela candidatura derrotada ao governo paulista em 1962, pela cassação dos direitos políticos a partir de 1964, pelo retorno à vida pública em 1982 e nova derrota na disputa pelo governo estadual e, finalmente, pela eleição em 1985, a prefeito da capital paulista, exercendo seu mandato até final de 1988. Destaca oito aspectos que delimitam os contornos de fenômeno janiista: a) forte presença da autoridade governamental confundida e identificada com as características pessoais do político; b) moralismo que não distingue as esferas pública e privada; c) desvalorização das instituições e da engenharia democráticas; d) circunscrição do espaço político de governo ao *staff* administrativo pessoalmente escolhido; e) concepção da sociedade como um organismo desorganizado, derivada da tradição política brasileira do autoritarismo; f) concepção do Estado como agente privilegiado sobre a sociedade civil, e da política como técnica administrativa orientada por critérios pragmáticos de eficiência; g) base social ora constituída pelo segmento urbano da classe trabalhadora, ora pelas classes médias e ora pelos grupos empresariais; h) persistência temática sobre propostas difusas. Conclui que a trajetória de Jânio Quadros encerra-se pelo esgotamento de seu líder.

Costa, Maria Amélia S. Dias da.

1983 Reorganização Partidária e Prática Democrática no Rio Grande do Sul de 1945 a 1950. Porto Alegre, UFRGS, Tese de Mestrado.

Pretende examinar, no Rio Grande do Sul, a partir do ocaso do Estado Novo e durante os cinco primeiros anos do regime que o sucedeu, aqueles partidos políticos que, organizados em 1945, conseguiram se fazer representar na primeira legislatura da Assembléia Legislativa Estadual. Tem como finalidade estudar a rearticulação partidária, isto é, como as diferentes forças políticas se recompõem, em 1945, em partidos políticos e como estes agem nos primeiros anos do "interlúdio democrático". Os partidos políticos rio-grandenses são estudados em sua gênese, em sua participação eleitoral e em suas mais expressivas alianças políticas.

D'Araújo, Maria Celina Soares.

1981 O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, Partidos e Crise Política. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Mestrado.

Supõe que a crise final do segundo mandato presidencial de Getúlio Vargas, irrompida em agosto de 1954, resulta de um processo crítico que se inicia quando os populismos adema-

rista e getulista optam pelo retorno do ex-presidente, através do referendo eleitoral. Prioriza o jogo político dentro do sistema partidário, bem como as relações entre os partidos e o governo. Aborda as questões históricas e teóricas mais gerais para situar o período, e examina a prática governamental em suas relações com o sistema partidário, assim como as oscilações políticas dos dois atores. Inicia enfocando a conjuntura política nacional e a partir de uma bibliografia especializada, situando teoricamente a crise política enquanto crise de legitimidade e de participação (resolvida posteriormente pela redução do seu escopo). Investiga as situações concretas desde a eleição de Vargas para exemplificar a desarticulação política e a flutuação de compromissos que acabam por tornar insustentáveis as bases governamentais. Estabelece conclusões quanto ao significado político da morte de Vargas, particularmente quanto à importância desse fato na redefinição de um padrão de participação, na rearticulação do sistema partidário e na legitimação das instituições políticas e da democracia no país.

D'Araújo, Maria Celina Soares.

1989 A Ilusão Trabalhista: O PTB de 1945 a 1965. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Doutorado.

Estudo sobre o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965), cuja importância para a época é atribuída a vários fatores: participação nas coalizões presidenciais, crescimento eleitoral inigualado durante o período considerado, irradiação de uma ideologia nacionalista e reformista, e manutenção de sólidos vínculos com a estrutura sindical corporativa. Privilegiando a análise do partido como organização, busca entender a dinâmica entre a ação externa do PTB e suas redes internas de poder, argumentando que as estratégias de ação de um partido dentro da arena política são definidas por seus conflitos internos. Defende que o PTB deve ser definido como um partido de modelo carismático, cujos conflitos internos são referenciados ao controle do poder nas mãos de um chefe (criando uma tensão entre os sublíderes para decidir quem será melhor contemplado com a "graça" do chefe) e à instabilidade decorrente da institucionalização necessária para a competição dentro do sistema representativo (rotinização do carisma). Através de documentação inédita, discute a trajetória do PTB mostrando como, a cada conjuntura, e de forma global, sua ação esteve referenciada ao paradigma de partido carismático. Procura ir além das hipóteses correntes, em particular aquela que estabelece como grande característica do PTB a clivagem entre um grupo trabalhista autêntico (ideólogos) e outro adesista e dependente do Estado.

Davalle, Regina Aparecida.

1989 A Frente Ampla: Um Fenômeno de Crise e Deslocamento de Representação (1966-1968). Campinas, Unicamp, Tese de Mestrado.

Analisa o movimento político denominado Frente Ampla, movimento extrapartidário surgido em setembro de 1966 e extinto em abril de 1968, e que uniu em sua cúpula políticos de tendências tão diversas como Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Caracteriza a Frente Ampla como a expressão de um fenômeno de crise de representação, decorrente da extinção do sistema multipartidário e da implantação do bipartidarismo, e de deslocamento político rumo à representação de outras classes. Observa que a supressão dos partidos políticos tradicionais não implicou o desaparecimento das antigas lideranças que, para continuarem fazendo política, precisaram encontrar um novo espaço para agir e interesses descontentes com o novo regime para representar (no caso, a média burguesa industrial). Explica a presença de políticos de tão diversas origens de classe dentro da Frente Ampla nos termos do tipo "político profissional", de Max Weber.

Delgado, Lucília de Almeida Neves.

1988 O PTB: Do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). São Paulo, USP, Tese de Doutorado.

Reconstitui a dinâmica vivida pelo Partido Trabalhista Brasileiro em sua relação com Vargas e o getulismo percebendo como co-participantes dessa interação os órgãos político-administrativos do Estado e as entidades sindicais. Estrutura-se de acordo com uma periodização e cronologia cujos marcos principais são o início de cada mandato presidencial, a queda de Segadas Viana do Ministério do Trabalho (1953), o suicídio de Vargas e a renúncia de Jânio Quadros. Descreve como, em seu início como instrumentos de canalização da participação popular pelo Estado, o PTB, criado sob a égide do trabalhismo getulista, e os sindicatos, vão penetrar junto às forças populares como apêndices do Estado nestes setores, favorecidos pela dificuldade de organização autônoma dos trabalhadores. Sustenta, porém, que a partir de 1954 o PTB e os sindicatos avançam sobre, e além, do aparelho estatal, e criam propostas alternativas de atuação político-sindical que ameaçavam superar os limites para eles traçados pelos governos populistas e pela aliança PTB-PSD. Reconstroí a história partidária do PTB, redimensionando o encadeamento de idéias, ações, relações, alianças e campanhas eleitorais que se constituíram nas conjunturas nas quais a atuação do PTB adquire, reciprocamente, poder de influência e possibilidade de ser influenciada. Observa que o PTB — em sua origem um partido getulista — viveria uma transformação ao longo dos anos que o redefiniria como uma agremiação de crescente marca reformista, apesar de sempre presa às vicissitudes do clientelismo.

Dias, José Luciano de Mattos.

1991 O Jogo e os Jogadores: Legislação Eleitoral e Padrões de Competição Política. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Mestrado.

Discute temas relacionados ao funcionamento da legislação eleitoral brasileira, no contexto de eleições proporcionais. Partindo de uma análise das propostas legislativas de reforma da legislação eleitoral e de um exame da literatura brasileira acerca das conseqüências políticas da legislação em vigor, estuda o seu funcionamento atual e especula quanto ao impacto político de sua reformulação, através do exame das eleições da década de 80 em dois estados da federação (Rio de Janeiro e Paraná). Destaca a evolução dramática das coligações eleitorais e algumas de suas conseqüências políticas, dentre as quais a fragmentação artificial dos corpos legislativos. Revela igualmente diferenças importantes, no que se refere às estratégias da eleição, entre os candidatos eleitos nos dois estados. Evidencia a existência do fenômeno da "distração" do voto, ainda que sua evolução no tempo e nos dois estados apresente marcas distintas. Examina, com o auxílio de índices de concentração, o perfil da competição eleitoral nos municípios dos dois estados. Os resultados indicam uma competição entre conjuntos de candidatos bastante restritos em cada município, revelando-se como exceção apenas as grandes cidades. Mostra que o impacto da reforma da legislação eleitoral, ao contrário do que afirmam os defensores do voto majoritário, está longe de possuir impactos positivos e generalizantes sobre todo o sistema político.

Faleiros, Maria Izabel.

1989 Percursos e Percalços do PCB no Campo (1922-1964). São Paulo, USP, Tese de Mestrado.

O objetivo central da tese diz respeito à atuação desenvolvida pelo Partido Comunista Brasileiro junto aos trabalhadores rurais orientada pelas linhas políticas, estratégias e programas que elaborou no período compreendido entre a sua fundação e o Golpe de 64. Procura entender os reflexos das concepções dominantes no interior do Partido — dadas pelo marxismo-leninismo da Internacional Comunista — na intervenção realizada no campo, tanto na prática organizativa como em conflitos de diversas ordens.

Figueiredo, Marcus Faria.

1988 Democracia, Comportamento Eleitoral e Racionalidade do Voto. São Paulo, USP, Tese de Doutorado.

Examina os fundamentos das teorias que explicam o fenômeno da participação eleitoral, tentando demonstrar que a decisão individual de abster-se ou participar como eleitor tem um fundamento racional, dissolvendo, com isso, o paradoxo da participação. Apresenta os fundamentos lógicos da teoria psicológica do comportamento eleitoral, seu modelo explicativo, sua capacidade preditiva e suas principais descobertas. Avalia os modelos histórico-contextuais com os mesmos objetivos, destacando as versões sociológica e economicista. Observa que o elo de ligação entre sociólogos e economistas do comportamento eleitoral é que, primeiro, ambos dão precedência explicativa às experiências sociais objetivas do indivíduo e, segundo, assumem que os padrões de distribuição da participação eleitoral são o resultado final de um complexo processo social. Examina a teoria econômica do voto formulada por Anthony Downs, que deu origem à formulação do "paradoxo da participação". Verifica que as teorias do Dever Cívico e do Determinismo Social em nada ajudam para a solução desse dilema, e inicia a busca de uma explicação racional para o comportamento eleitoral formulando os fundamentos lógicos para uma teoria da escolha racional aplicada a uma situação de decisão eleitoral. Reexamina os critérios de decisão racional da teoria da eficiência do voto e apresenta as condições que podem fundamentar a racionalidade da participação política. Mostra, por simulação e com um exemplo empírico, que as hipóteses sugeridas por esta teoria sobre a fonte causal da flutuação da taxa de participação eleitoral e da volatilidade do eleitorado são operacionalizáveis e falsificáveis. Finaliza considerando a política, o comportamento estratégico e o ato de votar em sua relação com as democracias eleitorais.

Guimarães, Juarez Rocha.

1990 Claro Enigma: O PT e a Tradição Socialista. Campinas, Unicamp, Tese de Mestrado.

Identifica duas ausências na bibliografia já escrita sobre o PT: a pobreza de estudos empíricos de caráter nacional e o problema do enquadramento em referências analíticas. Procura captar as tendências da evolução do Partido dos Trabalhadores a partir de um ângulo que combina a análise dos vários elementos de cultura partidária (ideologia, formas organizativas, composição das correntes internas, etc.) em sua relação com as pressões integradoras da ordem. Reflete sobre as relações do PT com a sociedade a partir dos dilemas entre reforma/revolução e pressão por alargamento e democratização/ruptura da ordem. Enfoca o Partido dos Trabalhadores em contraste com a primeira tradição socialista: a de Marx, Engels e a da II Internacional.

Hippólito, Lucia.

1984 De Raposas e Reformistas: O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Doutorado.

Investiga a contribuição fornecida pelo Partido Social Democrático para a estabilidade — e eventualmente a crise — do sistema partidário que funcionou no Brasil entre 1945 e 1964. Partindo da premissa de que o PSD exerceu o papel de fiador da estabilidade política do regime democrático, mergulha fundo na vida do partido, a fim de entender como as modificações ocorridas no seu interior refletiram-se na dinâmica do sistema partidário como um todo. Demonstra que no momento em que o partido perde as condições internas de liderar o sistema partidário, instalam-se as condições para a emergência de uma crise política de graves proporções, que levaria ao colapso do regime. A partir da crítica à tipologia formulada por Giovanni Sartori, propõe um modelo alternativo que busca identificar as condições que informam a estabilidade e/ou a crise de um sistema partidário. Baseado nas lições retiradas da produção acadêmica brasileira, em referências teóricas sobre partidos políticos e em depoimentos das

principais lideranças pessedistas, procura traçar um perfil do PSD e acompanha sua trajetória no cenário federal, buscando descobrir em que medida sua posição majoritária no Legislativo se reflete no Executivo, de forma a identificar a contribuição do partido para a estabilidade política do período. Analisa a participação do PSD nas crises políticas de agosto de 1954 e 1961 e discute as modificações ocorridas no centro político-ideológico do sistema decorrentes de novas demandas surgidas na sociedade em meados da década de 50. Tenta demonstrar que a destruição dos “reformistas” da Ala Moça do PSD, sua mais relevante dissidência ideológica, pelas “raposas” pessedistas causou uma fragmentação interna no partido que se disseminou por todo o sistema partidário, implicando o afastamento do PSD do novo centro político. Descreve as conseqüências imediatas desse afastamento, manifestas na derrota do partido nas eleições de 1958 e 1960, quando o sistema inicia seu processo de desagregação. Finalmente, através da análise de questões como parlamentarismo vs. presidencialismo, reforma agrária e relações entre PSD e governo, acompanha a progressiva destruição do sistema partidário, o desaparecimento do PSD enquanto principal avalista do equilíbrio político e o colapso final do regime.

Kinzo, Maria D’Alva Gil.

1978 Representação Política: Perspectivas Teóricas e um Exame da Experiência Brasileira. São Paulo, PUC, Tese de Mestrado.

Trata de examinar as questões relativas aos mecanismos da representação política, discutindo o conceito de representação em suas diferentes conotações: a concepção da autoridade, a concepção descritiva e aquela que define a representação pelo ângulo da atividade do representante. Examina as perspectivas teóricas da representação a fim de fornecer elementos para a reflexão sobre o caso brasileiro. Discute a questão da cidadania política no que se refere ao direito de voto, ou seja, como ocorreu no Brasil o processo de aquisição e ampliação do direito de participação no sistema representativo desde os tempos do Império. Procura mostrar como tem se dado a participação política dos representados no sistema eleitoral, estudando os mecanismos legais e práticos que têm influído na participação e também as condições sócio-econômicas que determinam, em grande medida, a história da instituição participativa no Brasil. Discute a questão da representação política no Brasil do ângulo do sistema eleitoral, delineando, através do estudo das reformas no sistema eleitoral que sofreu o país desde o período monárquico, alguns traços característicos das concepções correntes no Brasil sobre a representação política.

Lacerda, Denise.

1992 O Eleitorado Brasileiro, a Conquista e a Organização da Cidadania: o Problema do Analfabetismo. Brasília, UnB, Tese de Mestrado.

Tem por objetivo principal estudar a questão da cidadania e o seu processo histórico de desenvolvimento nas sociedades, bem como demonstrar a importância da ação das classes populares na conquista dos direitos de participação no exercício da política. Afirma que é negada ao eleitorado brasileiro uma das instrumentações fundamentais da cidadania, o acesso à escolaridade, como parte da estratégia do Estado e das classes governamentais para “desmobilizar” as camadas populares. Entende que o analfabetismo contribui para obstaculizar o exercício da cidadania ao prejudicar a formação de uma consciência crítica. Destaca, entre as ações das camadas populares para integrar o “espaço político de decisão”, o surgimento, a partir dos anos 70, de movimentos sociais que contestam a ordem estabelecida, e a tentativa de contornar os limites do sistema de representação com a introdução da iniciativa popular de leis a partir da Constituição de 1988. Conclui que a ação comum das camadas populares está hoje orientada para a ampliação do espaço público.

Lavareda, Antonio.

1990 A Democracia nas Urnas: O Processo Partidário Eleitoral Brasileiro entre 1945 e 1964. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Doutorado.

O trabalho analisa em seus primeiros capítulos as teses clássicas acerca do sistema partidário do período 1946-64: as que enfatizaram um processo de desestruturação, as que caracterizaram o formato da competição, e as que resultaram no alinhamento das forças partidárias. Trabalhando com um grande volume de dados de eleições estaduais, municipais e federais o autor apresenta sua hipótese alternativa a respeito do sistema partidário da República de 46: este estaria em processo de implantação e consolidação, imprimindo organização e regularidade a parcelas significativas das escolhas eleitorais. Apesar de alguns obstáculos sérios, sobretudo no campo da legislação eleitoral e partidária, os sinais de institucionalização e consolidação do sistema partidário eram muito mais expressivos.

Loner, Beatriz Ana.

1985 O PCB e a Linha do "Manifesto de Agosto": Um Estudo. Campinas, Unicamp, Tese de Mestrado.

Estuda a atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB) entre os anos de 1948 e 1954, durante a vigência da orientação política conhecida pelo nome de "Manifesto de Agosto". Tem por base a análise da revista teórica do partido, *Problemas*. Busca apreender quais as influências sofridas pelo PCB na sua elaboração, estudando a formação e as influências sofridas ao nível da sociedade. Analisa as propostas do Manifesto, acompanhando sua evolução até a realização do IV Congresso do PCB. Descreve as propostas comunistas para o movimento de massas no período do Manifesto. Investiga a relação entre o partido e seus militantes, as estruturas internas, os mecanismos de controle utilizados pela direção, e o modo como se mantém a coesão interna.

Machado, Samir.

1992 O Discurso e a Ação: Uma Avaliação do Desempenho dos Deputados Federais Catarinenses na Constituinte de 1987/88. Brasília, UnB, Tese de Mestrado.

A dissertação tem por objetivo estudar o desempenho dos deputados federais catarinenses na Constituinte de 1988, buscando identificar principalmente aspectos como produtividade e grau de conservadorismo. A avaliação deste desempenho foi possível através do estudo da atuação destes parlamentares nas diversas etapas do processo constitucional, detectando desde sua *performance* eleitoral, até o seu perfil sócio-econômico e político e sua participação em plenário nos discursos e votações. Identifica um baixo índice de participação individual dos parlamentares na discussão da Carta Constitucional, e percentuais de conservadorismo e governismo provavelmente incompatíveis com os interesses da maioria de seus eleitores. Avalia, finalmente, a *performance* eleitoral dos deputados constituintes catarinenses nas eleições de 1990, para verificar o reflexo de seus mandatos na constituinte sobre os resultados do último pleito.

Martins, Carlos Estevam.

1981 A Evolução do Autoritarismo e a Transição para a Democracia. São Paulo, USP, Tese de Doutorado.

Versa sobre o regime político no Brasil contemporâneo e sobre questões teóricas relativas à organização do sistema representativo de governo. Desenvolvimento de trabalho anterior sobre a reforma do sistema partidário, o qual propunha uma concepção alternativa do regime democrático — a idéia de uma democracia participativa. Mostra que o pensamento marxista não conseguiu oferecer uma alternativa à altura do desafio colocado pela tradição liberal e democrática contra a qual se insurge, justificando assim investigações que busquem construir modelos mais avançados de organização do sistema representativo de governo. Observa

que é inconcebível um regime capaz de ultrapassar o marco liberal-democrático sem que os próprios partidos políticos, elementos centrais da concepção de democracia participativa, se democratizem internamente, e identifica as condições para tanto. Analisa duas conjunturas históricas sucessivas: a que vai de 1964 a 1974 e a que se iniciou com a posse do presidente Geisel e as eleições parlamentares de 1974, em ambas criticando o comportamento da oposição. Delineia um modelo analítico por meio do qual visualiza em seu conjunto o período histórico tratado, justificando o ângulo crítico ao movimento oposicionista.

Meneguello, Rachel.

1987 PT: Inovação no Sistema Partidário Brasileiro — Estudo da Formação e Organização do Partido dos Trabalhadores e de sua Participação nas Eleições de 1982 em São Paulo. Campinas, Unicamp, Tese de Mestrado.

Analisa a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) desde sua origem até as eleições de 1982. Descreve o processo de formação do PT, sobretudo em São Paulo, a partir da conjugação de vários atores políticos — novo sindicalismo, intelectualidade, políticos, esquerda leninista e movimentos sociais urbanos. Mostra o rápido processo de organização do PT através do aumento do número de filiados e núcleos organizados, e analisa os resultados eleitorais do partido nas eleições de 1982 em São Paulo. Analisa ainda a singularidade do programa partidário petista, dando ênfase às propostas políticas apresentadas ao eleitorado em 1982.

Neves, Maria Manuela R. de.

1988 Elites Políticas Mato-Grossenses: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (1945-1965). Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Mestrado.

A par da premissa que confere à integração das questões partidárias e regionais a força de um elemento explicador do processo partidário-eleitoral no Estado de Mato Grosso (45-65) — o que equivale a conferir relevância ao condicionamento contextual na dinâmica política — atribui às elites locais o gerenciamento dessa integração, produzindo o fenômeno da alternância partidária que caracterizou o processo mato-grossense como de hegemonia bipartidária entre os dois maiores partidos, o PSD e a UDN. Percebendo o contexto no qual se fundamentam a ideologia separatista e a consolidação oligárquica, remonta à estratégia colonial de ocupação e conquista do território e às características da sua formação social, revelando que a afirmação do poder das oligarquias — forjadas no conflito intraclasses — se dará em etapas de sucessivos confrontos e rearranjos políticos; definindo-se simultaneamente as origens das diferenciações norte/sul que estarão na base do *divisionismo mato-grossense*. Evidencia o perfil das elites e dos partidos mato-grossenses e constata que a dinâmica político-eleitoral (45-65) produziu uma hegemonia bipartidária peculiar, via uma lógica localista própria, administrada pelas elites partidário-regionais segundo a racionalidade partidária e a disputa regional pelo poder político. Conclui que a eficiência deste arranjo resultou na estabilidade do sistema de dominação política por um período superior àquele da vigência do pluripartidarismo e marcou a feição oligárquico-conservadora do processo político mato-grossense.

Nicolau, Jairo César Marconi.

1991 Sistemas Eleitorais Comparados: Exame da Proporcionalidade da Representação Política e seus Determinantes. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Mestrado.

Análise do sistema eleitoral brasileiro numa perspectiva comparada, enfatizando a questão da desproporcionalidade da representação política. A hipótese central é a de que o sistema eleitoral brasileiro produz uma forte desproporcionalidade na relação percentual entre votos e cadeiras parlamentares obtidos pelos partidos em uma eleição. Tal desproporcionalidade é decorrente de outras variáveis como a fórmula eleitoral, a magnitude dos distritos eleitorais, a cláusula de exclusão e a distribuição de cadeiras entre os estados. Descreve o funcionamento das principais fórmulas eleitorais em vigor nas democracias liberais (a majoritária, a pro-

porcional e a utilizada na Alemanha), e os mecanismos utilizados nos sistemas eleitorais adotados no Brasil, do Segundo Reinado até hoje. Discute as várias fórmulas de desproporcionalidade criadas pela Ciência Política e apresenta as razões que impossibilitaram a sua utilização no Brasil. Analisa separadamente o efeito das variáveis independentes sobre a produção da desproporcionalidade. Discute as principais propostas de introdução no país dos sistemas eleitorais majoritário e o utilizado na Alemanha. Conclui fornecendo sugestões para aperfeiçoar o sistema de representação vigente no Brasil.

Olmedo, Sendi Rubi M.

1983 Os Partidos e a Questão da Terra no Rio Grande do Sul (1978-1980): Análise de Discursos Proferidos na Assembléia Legislativa do Estado. Porto Alegre, UFRGS, Tese de Mestrado.

Define o significado do discurso legislativo face ao jogo de interesses na estrutura econômica, utilizando-se de pronunciamentos proferidos entre 1978 e 1980 na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul por deputados do PDT, PMDB e PDS sobre a questão da terra. Supõe que os discursos são reveladores de um comportamento partidário que se traduz na atuação parlamentar, e que revelam os termos da discussão e negociação de interesses de classes ou frações de classe.

Pandolfi, Dulce Chaves.

1983 Consolidação e Crise de uma Elite Política: Pernambuco de Agamenon Magalhães. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Mestrado

Reconstituição dos mecanismos que possibilitaram o surgimento, a consolidação e a desagregação da elite política que assumiu o comando do estado de Pernambuco em 1937 e que manteve-se continuamente no poder até 1958. Apresenta um estudo sobre Agamenon Magalhães e outro sobre a implantação e consolidação do Estado Novo em Pernambuco, para em seguida tratar da formação e consolidação da seção pernambucana do Partido Social Democrático, acompanhando cronologicamente as diversas etapas desse processo de dominação política no estado. Centra-se na trajetória de vida e no pensamento de Agamenon Magalhães, figura de importância inegável na vida pública do país. Encontra as raízes do pessedismo reconstituindo o Estado Novo em Pernambuco e analisando as principais propostas implementadas pela interventoria. Estuda o sistema partidário pernambucano, visando compreender a relação que o PSD mantém com as demais agremiações partidárias do estado. Investiga o período de consolidação do poder pessedista (1945-1952) enfatizando o papel de sua liderança regional. Retrata as dificuldades vividas pela elite pessedista frente ao falecimento de Agamenon Magalhães em agosto de 1952 e o subsequente processo de desagregação que culmina na derrota nas eleições de 1958 para o governo do estado e no realinhamento do sistema partidário, de forma que nenhum outro partido consegue se impor politicamente em Pernambuco até 1964.

Picaluga, Izabel Fontenelle.

1978 Contribuição para o Estudo dos Partidos Políticos Brasileiros: O Caso da UDN da Guanabara. São Paulo, USP, Tese de Mestrado.

Tenta compreender a especificidade do processo político no antigo estado da Guanabara durante a fase pluripartidária encerrada pelo Ato Institucional n.º 2, e a especificidade da União Democrática Nacional (UDN) carioca. Analisa a atuação do partido em quatro conjunturas políticas cruciais para a história brasileira: do rompimento do Estado Novo ao acordo interpartidário; do suicídio de Vargas à crise de novembro; das eleições de 1960 à posse de João Goulart; e do retorno do presidencialismo à promulgação do Ato Institucional n.º 2. Por considerar ser incompreensível esta atuação conjuntural sem o acompanhamento do desenvolvimento histórico da UDN, levanta os seguintes traços históricos da organização partidária: a filiação e a disciplina partidárias; a ideologia e as bases de apoio da representação; e, final-

mente, o desempenho eleitoral dos partidos e das alianças e coligações na Guanabara. Presupõe a existência de vinculação entre os grupos partidários e as ideologias que defendem, e a estrutura de classes da sociedade.

Pierucci, Antônio Flávio de Oliveira.

1984 Democracia, Igreja e Voto: O Envolvimento dos Padres de Paróquia de São Paulo nas Eleições de 1982. São Paulo, USP, Tese de Doutorado.

Analisa que a reformulação do quadro partidário e eleitoral brasileiro, a partir de 1980, exigia um estudo sobre o comportamento da Igreja católica (clero e fiéis mobilizados) durante as eleições transcorridas em 1982. Examina as relações entre a Igreja, os partidos e o voto no Brasil, buscando definir o papel e a importância da mesma naquele processo eleitoral. Estuda especificamente os padres de paróquia da Arquidiocese de São Paulo, procurando conhecer suas convicções e opiniões, bem como suas atividades pastorais e políticas. Combina técnicas quantitativas e qualitativas de coleta de dados, com vistas a identificar não somente as diferenças significativas entre grupos e tendências do baixo clero paulista, mas também seu peso diferencial em termos estatísticos.

Reis, Antônio Carlos Alkmin dos.

1992 A Participação Eleitoral no Brasil (1988-1989). Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Mestrado.

Analisa o tema participação eleitoral à luz dos indicadores sócioeconômicos e espaciais, recolhidos pela PNAD de 1988, aplicados às eleições de 1989 para a Presidência do Brasil. Procura verificar em que medida fatores característicos da estrutura social brasileira e os fatores ecológicos ou espaciais, estão associados aos diferentes níveis de participação eleitoral do país. Identifica que, de modo geral, a estrutura sócioeconômica brasileira e a inserção diferenciada dos segmentos populacionais nesta, têm um impacto diverso na participação eleitoral. Da mesma forma, considerando os contornos espaciais do Brasil e traduzindo-os como *locus* para o desenvolvimento diferenciado, também aí se farão notar diferenças significativas na participação.

Richopo, Neide.

1987 A Esquerda no Brasil: Um Estudo de Caso. São Paulo, USP, Tese de Mestrado.

Refere-se ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), à sua história organizativa e política, desde os acontecimentos que levaram à sua reorganização, em 1962, até o término do conflito armado que se desencadeou no sudeste do Pará, no período 1972-1974, e que ficou conhecido como "Guerrilha do Araguaia".

Rua, Maria das Graças.

1984. O Comportamento Político do Eleitor Rural: Uma Análise Comparada. Rio de Janeiro, IUPERJ, Tese de Mestrado.

Análise do comportamento eleitoral em três municípios da área rural (Manhumirim/MG, Manhuaçu/MG e Iúna/ES) orientada pelo projeto integrado de análise do comportamento eleitoral do Brasil realizado em 1982 pelo IUPERJ, Idesp, FJN, UFMG, UFRGS, UFBA e UFCe. Discute os principais supostos encontrados na literatura nacional, sobre os quais se sustentam as explicações do comportamento eleitoral dos ruralistas (ex: pactos coronelistas, clientelismo ou tradicionalismo cultural); e analisa o comportamento do eleitorado rural, nos municípios selecionados, segundo um modelo que permite comparações com o eleitorado urbano, com o eleitorado de outras regiões brasileiras e ainda com os eleitores rurais de outras partes do mundo. Analisa os subsistemas partidários eleitorais de cada município a fim de verificar se é mantida a suposta homogeneidade política do meio rural. Examina os padrões de organização partidária e de realinhamento de elites políticas em cada contexto local. Discute a dinâmica partidária e a competição eleitoral nos níveis municipal, estadual e federal, buscando respal-

do para a concepção do meio rural como "reduto governista". Analisa a estrutura sócio-econômica dos municípios, e os atributos sociais e posturas políticas dos eleitores rurais. Não encontrando um elemento lógico capaz de sustentar as explicações do voto rural em função de estruturas tradicionais de poder político, examina o comportamento eleitoral dos eleitores rurais, a partir dos resultados do *survey*, tendo em vista três características centrais: a presença ou não de identificação partidária e sua estabilidade; a identificação partidária como o principal critério orientador da decisão eleitoral; e os determinantes sócio-econômicos e atitudinais da preferência partidária.

Rubim, Antônio Albino Canelas.

1986 Partido Comunista, Cultura e Política Cultural. São Paulo, USP, Tese de Doutorado.

Sugere uma periodização das políticas culturais desenvolvidas pelo Partido Comunista desde os anos 20 até o golpe de 1964. Entende que apesar dos comunistas terem desenvolvido uma atividade cultural, uma influência na intelectualidade e na esfera da cultura, significativas e mesmo indispensáveis para a configuração e compreensão da moderna cultura brasileira, o PCB, na sua longa trajetória histórica, a não ser esporadicamente, não conseguiu ou se interessou em formular uma política cultural sistemática e explícita, com reflexões e ações articuladas que compreendesse em todas as suas dimensões e significação e esfera cultural e sua evolução no Brasil e que indicasse modos de intervenção e objetivos específicos neste campo político.

Sá, Cristina Isabel Campolina de.

1987 O Partido Trabalhista Brasileiro e a Constituinte de 1946: A Questão do Trabalho — Formas de Intervenção ao Nível Institucional. Belo Horizonte, UFMG, Tese de Mestrado.

Trata da atuação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na Constituinte de 1946 no que se refere aos preceitos da legislação do trabalho, ao direito de greve e à livre associação sindical. Apresenta as bases do trabalhismo brasileiro através da legislação trabalhista corporativa implementada pelo Estado a partir do imediato pós-1930. Analisa a formação do PTB e o contexto político-ideológico de sua carta-programa. Investiga as bases político-jurídicas da Constituinte de 1946 através do exame do esgotamento do Estado Novo, da conjuntura imediatamente anterior à instalação dos trabalhos constitucionais, das normas legais que possibilitaram a transição política pós-1945 e da movimentação partidária que envolveu os preparativos de elaboração da carta constitucional. Analisa ainda a atuação do PTB na Constituinte de 1946 no que se refere à ordem econômica e social, seja através do exame das posições assumidas pelos representantes do partido na comissão encarregada de elaborar a matéria no projeto primitivo apresentado em plenário, seja através da proposição e/ou rejeição de emendas ao projeto original e dos pedidos de destaque de emenda para integrar o projeto substituto.

Sadek, Maria Tereza.

1984 Concentração Industrial e Estrutura Partidária: O Processo Eleitoral no ABC (1966-1982). São Paulo, USP, Tese de Doutorado.

Reúne dados sobre os sete municípios que compõem a região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), apontando sua formação histórica e a constituição do parque industrial que hoje o singulariza, e informando sobre sua estrutura econômica e social. Revê a bibliografia sobre a vida política municipal e levanta as disposições constitucionais que definem a unidade municipal, privilegiando o processo eleitoral como primeira aproximação ao problema do poder local. Tentando verificar em que medida as peculiaridades sócio-econômicas do ABC se repetem também no plano político, aponta as tendências eleitorais da região durante o bipar-

tidarismo. Distingue o comportamento do eleitorado expresso nas urnas a nível federal e estadual, por um lado, e a nível local, por outro. Verifica se as tendências manifestas durante o bipartidarismo, de acentuada redução da votação governista e de crescimento do MDB, continuaram a se manifestar no pleito de 1982. Com esse intento, analisa o papel de algumas variáveis estruturais na explicação do comportamento político da população, bem como a força de legendas partidárias em oposição aos condicionantes mais propriamente locais da disputa eleitoral. Discute a competição eleitoral pelo governo do estado e para os executivos municipais. Examina, com base em *survey* entre vereadores, os papéis de fato exercidos pelos atuais legislativos municipais da região e as características das quatro bancadas partidárias eleitas em 1982.

Sampaio, Regina.

1979 O Partido Social Progressista em São Paulo. São Paulo, PUC, Tese de Mestrado.

Buscando compreender o processo político-partidário em São Paulo no período de 1945 a 1964, escolhe como tema de análise o Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros com base em dois diagnósticos: o de que o PSP suplantou os três grandes partidos nacionais em São Paulo, sendo um fator de bloqueio ao acesso e estruturação desses partidos no contexto paulista; e o de que a análise do PSP, por ter sido o partido de sustentação do ademarismo, fornece indicações valiosas para a compreensão das relações entre o fenômeno populista e as características do sistema partidário então vigente. Discute os aspectos relativos ao referencial teórico utilizado, o enfoque organizacional, explicitando as questões concretas que orientaram a sistematização dos dados. Estuda a trajetória política do PSP e caracteriza sua estrutura e dinâmica interna de funcionamento.

Sisson Filho, Arnaldo.

1984 *A Consciência Política na Massa e as Eleições de 1982 em Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS, Tese de Mestrado.

Investiga o perfil da consciência política na massa, valendo-se, sobretudo, de categorias analíticas desenvolvidas por Philip E. Converse, aplicando-as às eleições de 1982 em Porto Alegre. Após rever os estudos eleitorais no Brasil, expõe as características mais marcantes da evolução política do período bipartidário e do processo de redemocratização em curso, situando numa perspectiva dinâmica a moldura constitucional dentro da qual ocorreram as eleições de 1982. Comenta as grandes linhas dos resultados oficiais a nível nacional, estadual e, com maior detalhamento, os resultados para Porto Alegre. Explora, finalmente, algumas das implicações decorrentes dos diferenciais de apreensão contextual do sistema político verificados na população.

Souki, Lea Guimarães.

1986 Um Estudo Exploratório sobre o Autoritarismo em um Partido Político. Belo Horizonte, UFMG, Tese de Mestrado.

O estudo quer conhecer as determinações autoritárias às quais estariam expostos indivíduos democráticos, na convivência política. O Partido dos Trabalhadores de Belo Horizonte e Contagem é o sujeito político objeto da investigação, por sua vontade manifesta de ser anti-autoritário. Considera que a compreensão do autoritarismo exige daqueles que tenham interesse em transformá-lo o conhecimento dos pressupostos orientadores da prática política de sujeitos em confronto, em situações autoritárias. Busca indicar e discutir algumas dimensões relacionadas às predisposições que impedem a efetivação da autoridade democrática no PT: a negação da experiência, o não interesse pelo diálogo, e a redução do horizonte da política à mera instrumentalidade de metas privadas. Sustenta que a compreensão do autoritarismo entre os anti-autoritários coloca ainda em discussão a questão da adequação entre meios e

fins, o que implica a consideração de problemas de natureza estratégica e de natureza comunicativa. Conclui que as determinações de natureza estratégica se referem a circunstâncias em que se dá o acoplamento do partido ao sistema partidário em geral, sendo este o contexto em que se evidenciam os fenômenos do autoritarismo; e que as determinações de natureza comunicativa dizem respeito à ausência de condições dialógicas, o que propicia e fomenta a confusão em torno de temas centrais da prática política.

Valente, Ana Lúcia E.F.

1984 Política e Relações Raciais: Os Negros e as Eleições Paulistas de 1982. São Paulo, USP, Tese de Mestrado.

Análise do comportamento político de negros em São Paulo e da representação que deles fazem seus agentes, apreendido através de sua participação no processo eleitoral de 1982, seja como integrante de partidos políticos instituídos, como eventual eleitor ou como militante ou não-militante de grupos negros de reivindicação política. Procura verificar as reais posições dos partidos políticos perante as demandas específicas dos negros, e suas tentativas de arregimentação político-eleitoral do segmento racial. Investiga o posicionamento político-ideológico dos candidatos negros durante a campanha eleitoral, e o relacionamento entre políticos negros e militantes de grupos negros de reivindicação política. Tenta perceber em que medida esses últimos puderam atuar como "grupos de pressão" para a concretização de suas demandas específicas, tomadas de empréstimo em algumas plataformas eleitorais, e ainda se esses militantes podem ser considerados como "porta-vozes" da população negra como um todo.

Vieira, Margarida Luiza de Matos.

1985 A Incorporação do PP ao PMDB e as Eleições de 1982 em Minas. Belo Horizonte, UFMG, Tese de Mestrado.

Examina os efeitos eleitorais da tática oposicionista de incorporação do Partido Popular (PP) ao PMDB nas eleições de 1982 em Minas Gerais. Analisa a importância do pleito na transição democrática, as regras eleitorais e os novos partidos. Com base nos dados eleitorais entre 1966 e 1978 na capital, nas macrorregiões e em diversos tipos de municípios, levanta as condições favoráveis e desfavoráveis às oposições. Com base nos resultados das eleições de 1982, conclui que a incorporação do PP ao PMDB favoreceu a vitória oposicionista por ter sido capaz de manter as condições favoráveis e minimizar as desfavoráveis.

Voigt, Léo.

1990 Partido dos Trabalhadores: Esboço de Reconstrução Histórica. Porto Alegre, UFRGS, Tese de Mestrado.

Reconstitui a trajetória histórica dos segmentos matrizes que vieram a formar o Partido dos Trabalhadores (PT). Narra a história do partido, desde as primeiras articulações em 1978, bem como o cenário social onde surgiu, até o período eleitoral de 1988. Analisa a novidade representada pelo Partido dos Trabalhadores no cenário partidário brasileiro, como uma agremiação pós-pecebista. Busca explicar o processo de construção da identidade do PT e de seus quadros através da formação de um *habitus* petista e das dificuldades que enfrentou para apresentar-se como partido formal na arena institucional. Contém ainda informações importantes para a formação de uma história do Partido dos Trabalhadores, dispondo de uma linha cronológica e genealógica da história das correntes de esquerda no Brasil.

III – Artigos

Abranches, Sérgio H. de.

1982 “Comentários sobre ‘A Representação Proporcional no Brasil’, de Bolívar Lamounier”. *Revista de Cultura Política*, São Paulo, (7), pp. 49-59.

Comenta criticamente o artigo de Lamounier (*Revista de Cultura Política*, n.º 7), destacando a lógica do argumento e a passagem do sistema proporcional, tal como praticado no Brasil, ao sistema proporcional em si mesmo; a defesa do voto distrital majoritário no entre-meu do debate sobre o voto proporcional; e, a questão da representação. Considera que Lamounier oferece elementos de persuasão insuficientes para sustentar suas posições mais gerais.

Abranches, Sérgio H. de.

1988 “Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro”. *Dados*, Rio de Janeiro, 31(1), pp. 5-33.

Analisa os principais traços estruturais do sistema político nacional, do qual deriva o dilema institucional brasileiro, especialmente no que concerne às relações constitucionais e políticas entre o Executivo Federal e o Congresso Nacional. Verifica que os traços que caracterizam, fundamentalmente, os governos democráticos brasileiros desde 1946 formam um conjunto incomum em outras democracias ocidentais: presidencialismo forte, multipartidarismo, representação proporcional, federalismo e governo de coalizão. A partir da necessidade de compatibilizar nesse sistema político conflitos oriundos de estruturas de interesse muito heterogêneas, que colocam freqüentemente a presidência em confronto com o Congresso, o sistema político brasileiro necessitaria recorrentemente de mecanismos adicionais de gestão de conflitos.

Accioli, Wilson.

1983 “O Colégio Eleitoral do Presidente da República”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (57), pp. 217-234.

Aborda o processo indireto de escolha para a Presidência da República, consubstanciado na Emenda Constitucional n.º 1 de 1969, estabelecendo comparação entre a sistemática norte-americana e a brasileira de composição do Colégio Eleitoral. Apresenta histórico da introdução do sistema presidencialista, destacando as controvérsias que a eleição, por via indireta, vem suscitando nos Estados Unidos. Considera que, no caso brasileiro, a composição do Colégio Eleitoral fere o princípio da divisão de poderes. Defende o sistema direto de eleição.

Affonso, Almino *et alii*.

1978 “Novos Partidos Políticos: As Tendências das Oposições”. *Contraponto*, Rio de Janeiro, 3(3), pp. 11-49.

Aborda a questão da reorganização partidária do ponto de vista da oposição e suas opções ao fim do bipartidarismo. Reúne depoimentos de vários estudiosos e políticos de diferentes tendências, de modo a refletir o leque de alternativas. Inclui os principais pontos defendidos pela Convergência Socialista e resume o “Projeto” da Tendência Socialista do MDB-RS.

Aguiar, Roberto.

1989 “O Custo das Campanhas Eleitorais no Brasil”. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 5(1), pp. 5- 13.

Trata do custo financeiro das campanhas eleitorais brasileiras. Analisa as formas mais rotineiras de relacionamento entre financiadores, militantes políticos e eleitores. Baseado em dados empíricos secundários, sugere um valor estimado dos custos de uma eleição.

Albuquerque, José A.G.
1982 "Para não Dizer que Só Falei de Rosas". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 1(4), pp. 27-32.

Focaliza a imagem pública de Paulo Maluf, suas práticas e as do grupo a ele ligado. Aponta que não há razão para falar em malufismo como momento político ou fenômeno sociológico mais ou menos permanente e com base social específica; que o malufismo é um conjunto de táticas que se presta a mobilizações da direita e que, para prosperar, depende de situações autoritárias.

Aleixo, José C.B.
1983 "O Voto do Analfabeto no Brasil". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 26(1), pp. 11-21.

Analisa retrospectivamente o debate em torno do voto do analfabeto. Resume os principais argumentos a favor do voto do analfabeto observando que, na realidade, não é muito fácil que os analfabetos como tais se organizem e reivindiquem o reconhecimento de um direito humano que lhes assiste. Acredita, contudo, que movimentos como os eclesiais de base despertem a consciência de seus direitos e facilitem meios para obtê-los. Aponta a falta de maior conscientização e mobilização de forças a favor do voto do analfabeto.

Alencastro, Luiz Felipe de.
1986 "74 Neles, Brasil". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (15), p. 1.

A partir dos resultados das eleições de novembro de 1974, que traduziram o voto oposicionista de um eleitorado avolumado em extensão demográfica e em profundidade social, aborda o drama da campanha eleitoral de 1986 sob a ótica da crise atual de identidade partidária que se desdobra numa crise de representação parlamentar. Considera que a des-sincronia com os movimentos sociais constitui a própria essência da perenidade da política nacional.

Almeida, Paulo Roberto de.
1986 "Partidos Políticos e Política Externa". *Política e Estratégia*, São Paulo, 4(3), pp. 415-450.

Constata que a política externa é uma área de preocupação relativamente secundária na atividade dos partidos políticos, que mantêm simplesmente posicionamentos ideológicos e práticos sobre as relações internacionais. Examina os programas dos principais partidos brasileiros no período 1945-65 e verifica que de uma forma geral esses partidos concederam reduzido espaço às questões de política externa e de relações internacionais em seus programas e manifestos de ação. No que se refere ao período do bipartidarismo e àquele que se segue a este, o que se verifica é que o novo quadro partidário não alterou fundamentalmente a estrutura das decisões em matéria de política externa, ainda fortemente concentrada em mãos do Executivo. Conclui que não se pode mais pedir aos partidos que se mantenham à margem da formulação e da execução da política externa; sua integração nessa esfera relativamente complexa da atividade governamental é uma exigência da nova realidade política brasileira.

Araújo, Aloízio G. de A.
1980 "As Eleições em Minas Gerais". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (51), pp. 37-70.

Compara resultados das eleições realizadas em Minas Gerais depois da extinção dos partidos em 1965. Analisa a situação da ARENA e do MDB e a vinculação dos parlamentares com as antigas agremiações partidárias. Inclui previsão de resultados com a aplicação do voto distrital.

Araújo, Braz J. de.

1978 "Eleições em São Paulo: Novos Desafios para a Oposição Democrática". *Revista de Cultura Política*, São Paulo, 1(1), pp. 99-108.

Examina as eleições de 1978 no Estado de São Paulo e seu significado para a política brasileira. Observa que em São Paulo estariam concentradas as bases econômicas, sociais e políticas para o exercício democrático do poder político no Brasil. Conclui que a democracia só se tornará realidade se for expressão da vontade programática do conjunto dos partidos políticos que a realidade de São Paulo já anuncia para o bem de nossos destinos democráticos.

Aydos, Eduardo D.

1978 "Cachoeira do Sul: Um Caso Desviante de Comportamento Político entre os Municípios com mais de 40.000 Eleitores no Rio Grande do Sul". *Revista UFRGS*, Porto Alegre, (6), pp. 85-111.

A passagem do sistema multipartidário para o atual bipartidarismo foi caracterizada, no Rio Grande do Sul, por alterações substanciais a curto e médio prazo nos padrões de comportamento eleitoral, embora a maioria dos políticos gaúchos se tenham alinhado na clivagem MDB/ARENA em função de sua antiga vinculação ao PTB/anti-PTB. Observa que o potencial político da ARENA é maior para eleições que se decidem em marcos territoriais limitados, que para eleições mais gerais e importantes, ao contrário do MDB; que o voto emedebista é, por oposição ao voto arenista, um voto mais consciente, refletindo percepção mais clara de interesses e de sua articulação e representação por via de instituição político-partidária.

Azevedo, Helvecio de O.

1978 "O Processo Redemocratizador". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 21(1), pp. 11-24.

Propõe um certo tipo de comportamento na política, para se chegar ao grau de democracia almejada no Brasil, que consiste em reconhecer, na prática, que as forças sociais existentes são mutuamente dependentes. Tem por base a análise da experiência espanhola. Observa que o país só entrará nas águas da democracia quando desagregar os conglomerados arenistas e emedebistas. Aponta a necessidade de se discriminar partidariamente os grupos sociais "essenciais" para que se exponham e atuem segundo sua natureza e força; e de se abrir o leque partidário fazendo, no possível, uma política à l'espagnolle para que possam nascer os verdadeiros líderes.

Bahia, Luiz H.

1978 "Reforma Constitucional e Ordem Autoritária: Congresso Nacional na 8.^a Legislatura". *Dados*, Rio de Janeiro, (19), pp. 83-109.

Estuda a posição dos membros do Congresso Nacional quanto à Reforma Constitucional através de pesquisa realizada em 1975, quanto à revisão da atual ordem política. Conclui que a aspiração de revisão constitucional é geral, se bem que em graus diferentes, tanto na ARENA quanto no MDB.

Baquero, Marcello.

1984 "Participação Política Convencional e Não Convencional nas Eleições de 1982 em Porto Alegre/RS: Algumas Considerações". *Revista UFRGS*, Porto Alegre, (XI/XII), pp. 361-371.

Examina as várias modalidades de participação política que os gaúchos e, particularmente, os porto-alegrenses demonstraram nas eleições de 1982. Num segundo momento pondera sobre o futuro desta participação no processo de abertura política.

Baquero, Marcello.

1986 "As Eleições Municipais de 1985: Efeitos no Sistema Partidário e Perspectivas para as Próximas Eleições no Rio Grande do Sul". *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, 1(1), pp. 5-20.

Analisa os resultados das eleições municipais de 15 de novembro de 1985 em Porto Alegre, procurando avaliar o seu impacto nos realinhamentos eleitorais nas eleições para governador e para a Assembléia Nacional Constituinte. O estudo revela que a identificação partidária se dá através de critérios altamente subjetivos, sendo a pessoa do candidato o elemento catalisador de votos. Ficou evidenciado, também, o pouco interesse dos eleitores pelos assuntos políticos. Uma análise específica dos partidos em 1985 indicava que o pleito de 1986 se bipolarizaria entre o PDT e o PMDB, sendo que o PDS e o PT teriam uma influência decisiva nos resultados das eleições para governador, dependendo do partido com o qual eles estabelecessem coligação(ões).

Baquero, Marcello & Sisson Filho, Arnaldo.

1985 "Paradigma de Converse: Sistemas de Crenças e o Processo Eleitoral de 1982 em Porto Alegre/RS". *Revista UFRGS*, Porto Alegre, (13), pp. 239-253.

Estuda os sistemas de crenças políticas e o comportamento eleitoral dos porto-alegrenses nas eleições de 1982. Mostra, através de dados de pesquisa, como o público eleitoralmente importante parece ter sucumbido às estratégias autoritárias de mantê-los afastados das principais decisões políticas do país. Sugere que a argumentação postulada por Converse deve ser qualificada. Considera possível e até provável que num contexto autoritário a massa possa ser inocentada das decisões políticas. Entretanto, num contexto de democratização, a sociedade civil tem nas suas mãos a oportunidade de determinar os rumos políticos, pelo menos no que se refere à alternância do poder.

Baracho, José A. de O.

1980 "Teoria Geral dos Partidos Políticos". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (50), pp. 19-76.

Análise em torno dos partidos a partir de perspectivas jurídicas, políticas e sociais. Refere-se à legislação partidária no Brasil e a dos partidos políticos na Europa. Discute a crise atual e o futuro dos partidos políticos.

Baracho, José A. de O.

1983 "O Projeto Político Brasileiro e as Eleições Nacionais". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (57), pp. 29-145.

Examina a evolução político-institucional do Brasil a partir do movimento de 1964. Descreve os principais aspectos e as propostas de solução institucional para a transição democrática, assinalando o debate sobre a Assembléia Constituinte, o sistema partidário, a legislação eleitoral e o federalismo. Destaca as consequências das eleições de 1982, discutindo a proposta de voto distrital e as condições para a sucessão presidencial em 1985.

Brant, Vinicius C.

1982 "Maluf". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 1(4), pp. 33-34.

Focaliza aspectos da esperteza, da malandragem e da vigarice na vida social e política brasileira. Analisa a imagem de esperteza cultivada por Paulo Salim Maluf. Conclui que a oposição, especialmente a esquerda, erra quando pensa que a política é sisuda e grave.

Britto, Luiz N. de.

1980 "As Eleições Nacionais". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (51), pp. 7-35.

Análise global das eleições legislativas de 1978, enfatizando dois elementos que teriam interferido no processo eleitoral: crescimento do MDB e mecanismos de cautela criados pelo governo. Observa que a campanha eleitoral e comportamentos ostensivos das forças políticas evidenciaram a tendência a um realinhamento partidário, o que contribuiu de modo decisivo para que os resultados de 78 se distanciassem dos dois Brasis eleitorais: o arenista dos estados menos desenvolvidos e o emedebista das unidades mais industrializadas.

Britto, Luiz N. de.

1982 "Sobre a Representação Proporcional no Sistema Político Brasileiro". *Revista de Cultura Política*, São Paulo, (7), pp. 43-48.

Comenta artigo "A Representação Proporcional no Brasil: Mapeamento de um Debate", de Bolívar Lamounier (*Revista de Cultura Política*, n.º 7). Discute o superdimensionamento da representação de uma cultura política tradicional; a viabilidade dos partidos urbanos; o benefício artificial da representação proporcional dos três grandes partidos, depois de 1950. Conclui que a representação proporcional no Brasil merece um estudo em profundidade, que ainda não foi feito; que o mapeamento elaborado por Lamounier constitui uma contribuição importante; que as reformas políticas que se anunciam às vésperas do pleito de 1982 oferecerão novos subsídios de análise; que restará sempre na história das instituições brasileiras a grosseria técnica de debuxar sistemas de partidos sem as articulações previsíveis com os sistemas eleitorais.

Britto, Luiz N. de.

1983 "O Mandato Imperativo Partidário". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (56), pp. 147-153.

Analisa uma forma sui generis de mandato imperativo partidário, dentro do multipartidarismo, instaurada pela legislação brasileira a partir de 1969. Considera que, implantado com propósitos ditos pedagógicos, esse mandamento constitucional (artigo 151, parágrafos quinto e sexto) e sua regulamentação (Lei Orgânica dos Partidos) agridem, em verdade, o regime representativo e a soberania popular, além de restaurarem o mandato imperativo sob a administração de estreitas oligarquias partidárias.

Britto, Luiz N. de.

1983 "As Eleições de Novembro e suas Conseqüências". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (57), pp. 148-163.

Analisa as conseqüências políticas da Câmara dos Deputados e do Colégio Eleitoral do Presidente da República constituídos nas eleições de 1982. Apresenta hipóteses relativas à evolução do sistema político, visualizando duas possibilidades de solução para o impasse institucional decorrente da atual composição partidária do Congresso Nacional: a coalizão do PDS com um dos pequenos partidos ou a supressão da fidelidade partidária. Estuda as possibilidades de desempenho das forças políticas e do partido governista resguardar o contingente de parlamentares e a hegemonia no Colégio Eleitoral.

Caldeira, José de R.C.

1978 "Estabilidade Social e Crise Política: O Caso do Maranhão". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (46), pp. 55-101.

Examina a estabilidade da sociedade civil no Maranhão, ao lado de crises no poder político no Estado, no período 1956/76. Observa que enquanto a sociedade não evidenciou contradições internas, o poder político do Estado caracterizou-se por crises internas não comparti-

lhadas pela sociedade. Conclui que as crises evidenciadas na esfera do poder político do Estado não denunciam a existência de estabilidade social, e que a transferência do comando político do Estado do vitorinismo, em 1966, para o sarneísmo, não foi suficiente para alterar as regras do jogo da condução do processo político do Maranhão.

Cardoso, Fernando H.

1982 "Partidos, Estado e Movimentos Sociais (ou Poulantzas e os Partidos do Brasil)". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 1(2), pp. 3-7.

Analisa entrevista concedida por Nicos Poulantzas à revista *Dialectiques* em 1979, retomando alguns pontos com vistas a ampliar o debate sobre a questão dos partidos políticos no Brasil. Aponta que, no debate e na prática política brasileira, insiste-se em pensar os partidos e os movimentos sociais à luz da teoria política do capitalismo concorrencial e da visão liberal; que o capitalismo que impera no Brasil (onde impera) é o ianque da segunda metade do século XX; que os novos partidos nascem quando já há a nova sociedade do capitalismo oligopólico.

Cardoso, Fernando H.

1982 "As Eleições e o Resto". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 1(4), p. 1.

Analisa o processo de abertura política e o clima pré-eleições de 1982. Aborda a questão da reformulação partidária e as perspectivas políticas pós-eleições.

Cardoso, Ruth C.L.

1990 "Participação Política e Democracia". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (26), pp. 15-24.

Analisa as eleições de 1989 e a vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello. Utiliza dados de pesquisas de opinião para investigar o comportamento do eleitorado.

Carrion, Eduardo K.M.

1983. "Representação Proporcional e Voto Distrital". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (56), pp. 135-146.

Tendo em vista as repercussões que o sistema eleitoral pode ter sobre o sistema partidário, expõe as principais características e modalidades de dois tipos de escrutínio apontados nas leis formuladas por Maurice Duverger: a representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos e independentes; o escrutínio majoritário em dois turnos tende a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis e dependentes; o escrutínio majoritário em um turno tende ao dualismo de partidos. Analisa a experiência brasileira a respeito, apontando a necessidade de criação do que Montesquieu denominava de corpos intermediários. Neste contexto, sugere que a proposta de adoção do voto distrital possui um caráter inequivocamente conservador.

Carvalho, Carlos A.P.R. de.

1980 "As Eleições no Município de Barbacena (MG)". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (51), pp. 71-99.

Compara resultados dos pleitos de 1974 e 1978 em Barbacena, analisando a influência do poder econômico no processo eleitoral e o comportamento da imprensa. Com base em quadros demonstrativos dos percentuais de votos de cada deputado federal e estadual, observa que em 78 o processo de renovação de lideranças não se concretizou, tendo as facções dominantes permanecido no poder.

Carvalho, Carlos Eduardo V. de.

1990 "Os Partidos Políticos e a Democracia". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 33(2), pp. 11-25.

Investiga a origem do partido político moderno e as resistências que teve de superar até a sua consagração como instrumento fundamental da democracia contemporânea.

Discute a situação dos partidos brasileiros no contexto da transição do autoritarismo para a democracia.

Carvalho, Horácio M. de.

1979 "O Caráter de Classe no Sistema Partidário Brasileiro". *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (13), pp. 117- 151.

Interpreta o sistema político brasileiro, particularmente o sistema partidário, da República Velha até o Ato Institucional n.º 5. Observa que o sistema partidário tem se caracterizado como um sistema de organizações político-eleitorais de representação predominantemente da classe capitalista dominante. Conclui que as arenas decisórias contemplam alternativas que jamais colocam em risco a hegemonia dos proprietários dos meios de produção, movendo conflitos internos entre estes para o exercício dessa hegemonia.

Carvalho, José Murilo de.

1984 "Indiretas: Que História É Essa?". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 2(11), p. 79.

Elabora uma visão concisa dos antecedentes da eleição indireta na História do Brasil. Seu estudo se estende até o ano de 1964.

Carvalho, Rejane V.A.

1987 "Coronelismo e Neocoronelismo: Eternização do Quadro de Análise Política do Nordeste?". *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 3(2), pp. 193-206.

Questiona a adequação dos parâmetros teóricos do coronelismo à análise política do Nordeste após as reconhecidas transformações registradas na estrutura agrária da região a partir da década de 70. Elabora um breve exame dos aspectos polêmicos dos diferentes conceitos do coronelismo, concluindo que apenas aqueles mais flexíveis, que reconhecem como núcleo definidor do fenômeno o controle dos votos das massas rurais, possibilitam a continuidade de sua utilização ao longo da história política regional. Destaca as condições históricas em que o coronelismo deixa de ser considerado marca política nacional para localizar-se apenas em uma região periférica, o Nordeste.

Castro, Maria Helena G. de.

1988 "Equipamentos Sociais e Política Local no Pós-64: Dois Estudos de Caso". *Espaço & Debates*, São Paulo, 8(24), pp. 67-74.

Discute em que medida as mudanças ocorridas no pós-64 alteraram o estilo de política local, redefinindo os limites de atuação dos governos locais no âmbito da provisão de serviços e equipamentos sociais. Examina a relação entre intervenção governamental ao nível local e tradição político-eleitoral em municípios médios paulistas durante o bipartidarismo, enfatizando os mecanismos de mediação de interesses prevaletentes no processo decisório de políticas.

Castro, Mônica M.M. de.

1985 "Participação e Comportamento Político". *Cadernos DCP*, Belo Horizonte, (7), pp. 57-83.

Discute a relação entre a participação social e política geral e o comportamento eleitoral, especialmente no caso brasileiro recente, quando a opção que se tinha para o voto era entre dois partidos: a ARENA e o MDB. Formula o problema a ser analisado nos seguintes termos: até que ponto cabe esperar que a organização e a participação política dos setores populares, possivelmente ampliadas, garantam, por si e em todas as situações, a formação e a manifestação de um sentimento de crítica ao status quo e o apoio a partidos de oposição? Discute alguns dos dados coletados numa pesquisa eleitoral realizada em 1976, referentes ao pleito daquele ano em quatro cidades de tamanho médio: Juiz de Fora, Presidente Prudente, Caxias do Sul e Niterói.

Cavalcanti, Berenice O.

1985 "O Juramento de Lealdade e Fidelidade: A Militância no PCB". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 12(1), pp. 56-71.

Tomando por base a produção discursiva do PCB, divulgada pela Tribuna Popular, analisa a natureza desta organização tal como se apresentou à sociedade após sua legalização, em 1945. Reconstituiu as características totalitárias, tanto da organização partidária quanto de seu ideário, privilegiando, com relação ao primeiro desses aspectos, a montagem da estrutura de fachada e o papel que nela desempenham a disciplina, a prática da crítica e da autocrítica, a propaganda e a doutrinação ideológica. Com relação ao segundo desses aspectos, destaca a noção de indiferenciação sobre a qual construíam-se sua concepção do social e do próprio partido. Esses dois níveis de análise são articulados pela reconstituição do perfil do militante comunista cuja absolutização da prática política invadia e conformava as atividades de sua vida privada.

Chacon, Vamiréh.

1984 "A Revolução pelo Voto". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (59), pp. 71-121.

Aborda as origens do voto popular. Discute as possibilidades existentes de se concretizar a representação. Analisa as três grandes reformas do sistema eleitoral brasileiro no tempo do Império. Constata que as reformas eleitorais no Império procuraram primeiro ordenar as etapas de cada eleição e depois o processo geral. Ressalta as lutas no período republicano pela democratização do processo representativo. Aponta a existência de uma história de busca da democracia representativa no Brasil e que essa história está longe de se esgotar.

Concone, Maria Helena V.B. & NEGRÃO, Lísias N.

1985 "Umbanda: Da Repressão à Cooptação — O Envolvimento Político-Partidário da Umbanda Paulista nas Eleições de 1982". *Cadernos ISEER*, Rio de Janeiro, (18), pp. 43-79.

Após discorrer sobre a formação e a composição atual do campo religioso "afro-paulista", procura mostrar como os anos 60 foram marcados por uma profunda transformação no relacionamento da Umbanda com os poderes dominantes. Analisa o envolvimento político-partidário da Umbanda paulista nas eleições de 1982 e as razões da fragorosa derrota dos candidatos umbandistas.

D'Araújo, Maria Celina S.

1989 "Como Vai a Política Fluminense". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 10(58), pp. 50-56.

Analisa a situação política do atual Estado do Rio de Janeiro — produto da fusão, em 1975, de duas realidades distintas — a partir das transformações jurídico-administrativas que estão na sua origem, bem como das recentes mudanças políticas, particularmente no que se refere ao sistema partidário. Verifica, ao fazer alguns recortes temporais na política fluminense, a partir da crise do regime nos anos 60, que as estruturas partidárias locais foram afetadas não só pelas seguidas reformas impostas ao sistema partidário nacional, mas também pelo conflito entre poderosas máquinas regionais, impelidas, após a fusão, a uma convivência forçada e hostil.

D'Araújo, Maria Celina S.

1990 "Partidos Trabalhistas no Brasil: Reflexões Atuais". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 3(6), pp. 196-206.

Traça as origens e atividades do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), enfatizando seus fortes vínculos com a estrutura sindical corporativa e sua organização fechada à participação. Compara a

experiência do PTB com a do Partido dos Trabalhadores (PT), criado em 1979, indicando suas diferentes relações com o movimento sindical e a diversidade de suas estruturas internas.

Delgado, Lucília de A. N.

1987 "PTB — Sindicato-Estado no Brasil: Autonomia ou Interdependência? Reflexões Preliminares". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (65), pp. 89-100.

Trata da relação do Estado com os sindicatos, a partir de 1955, tendo como elemento intermediário dessa relação o Partido Trabalhista Brasileiro. Considera que o PTB exerceu papel de destaque enquanto intermediário das partes e instrumento do Estado no exercício de sua função de controle sobre os trabalhadores. Ressalta que a partir de 1955 os sindicatos passaram a desenvolver uma prática política mais independente e que o PTB procurou redefinir a sua prática política não por fatores internos, mas sim pelo desenvolvimento de novas formas de luta na sociedade civil na década de 50 e início de 60.

Diniz, Eli.

1980 "Máquinas Políticas e Oposição: O MDB no Rio de Janeiro". *Dados*, Rio de Janeiro, 23(3), pp. 335-357.

Analisa a dinâmica interna do MDB fluminense em termos de confronto entre as principais correntes que caracterizaram a evolução desse partido no atual Estado do Rio de Janeiro, durante a vigência do bipartidarismo. Examina a força eleitoral da corrente chaguista e sua caracterização.

Diniz, Eli.

1982 "Clientelismo Urbano: Ressuscitando um Antigo Fantasma". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 1(4), pp. 21-26.

Estuda comparativamente *chaguismo* e *malufismo*, focalizando a ascensão do *chaguismo* na política carioca. Aponta que, no *chaguismo* e no *malufismo*, a prática do favor e a arte da sedução política aparecem como elementos centrais de uma estratégia voltada basicamente para a conquista e a preservação do poder; que, no caso do *chaguismo*, o clientelismo deriva sua força da capacidade de assumir formatos extremamente complexos, e diferenciados; que o *malufismo* deriva seu poder da subordinação a um projeto político de ampla envergadura; que o *chaguismo* e o *malufismo* encontraram respaldo nas condições políticas mais gerais que presidiram a implantação do modelo burocrático-autoritário no Brasil.

Diniz, Eli.

1989 "Crise Política, Eleições e Dinâmica Partidária no Brasil: Um Balanço Histórico". *Dados*, Rio de Janeiro, 32(3), pp. 323-340.

Partindo de uma avaliação dos partidos políticos brasileiros proposta pelo livro *Rafes do Brasil* procura analisar a trajetória dos sistemas partidários que se sucederam no país a partir da crise da república oligárquica, dando ênfase particular aos períodos 1964/1982 e 1985/1989. Relaciona a reduzida institucionalização da estrutura partidária com a instabilidade institucional mais ampla. Examina a fraqueza dos partidos em seus aspectos formais e simbólicos. Considera que historicamente a articulação do sistema partidário representou uma estratégia das elites no poder para garantir sua sobrevivência ou impedir a ascensão de forças opositoras. Finalmente, contrasta essa trajetória com a presente instabilidade do sistema partidário, cujo diagnóstico revela novos aspectos das relações partidos-sociedade.

Dulci, Otávio S.

1982 "Minas Gerais: Continuidade e Mudança". *Revista de Cultura Política*, São Paulo, (7), pp. 75-92.

Analisa a conjuntura política mineira, tendo como ponto de referência a disputa eleitoral fixada para 1982. Destaca os traços permanentes inerentes à vida política mineira e examina a natureza e o sentido das transformações ocorridas, no pressuposto de que coexistem, em Minas Gerais, formas velhas e novas de relações sociais. Conclui que, em 1982, haverá em Minas Gerais o confronto entre formas e estilos distintos de ação política, entre a conciliação e a polarização, entre a política de clientela e a política de substância ideológica, entre o passado e o futuro; que, por viver essa transição, Minas Gerais é objeto das atenções gerais.

Ferreira Filho, Manoel G.

1983 "As Eleições de Novembro e o 'Equilíbrio Federativo'". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (57), pp. 181-186.

Discute o possível desequilíbrio gerado pela eleição de candidatos da oposição em estados que compreendem a maior parte da população brasileira, constatando que, devido à centralização administrativa, as eleições de 1982 mantiveram o PDS no comando da Federação. Apresenta dados relativos ao número de votos para a Câmara Federal obtidos pelos partidos em cada estado, destacando que o equilíbrio só estaria ameaçado com a passagem do controle do Congresso para a oposição.

Figueiredo, Marcus F.

1986 "As Eleições Municipais de 85 — As Pesquisas Pré-Eleitorais e as 'Surpresas' Políticas". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 4(22), pp. 82-85.

Discute as "surpresas" ocorridas nas eleições municipais de 1985, quando a grande imprensa prognosticava uma possível vitória do PMDB em todas as grandes capitais, com exceção de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. Propõe que se reveja dois aspectos: primeiro, é necessário definir claramente os limites das pesquisas eleitorais que visam ao prognóstico. Segundo, discutir o papel e o uso das pesquisas. Para tanto, toma os casos de São Paulo, Goiânia e Fortaleza, pelo que têm de exemplar na polêmica em torno dos resultados.

Fleischer, David V.

1980 "A Evolução do Bipartidarismo Brasileiro (1966-1979)". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (51), pp. 155-185.

Analisa a evolução do quadro partidário após a extinção dos partidos e a transição do pluripartidarismo para o bipartidarismo. Traça o perfil das bancadas da ARENA e MDB regionalmente, por ocupação, experiência política e indicadores de recrutamento. Discute variáveis nas duas bancadas ao longo das legislaturas e coortes eleitas desde 1967. Observa que, a continuar o sistema proporcional, o(s) partido(s) de oposição, minoritários individualmente, terão condições de crescer e vigorar como frente de oposição potencialmente majoritária; se for implantado o sistema distrital ou misto, estes partidos menores terão condições desfavoráveis.

Fleischer, David V.

1980 "Renovação Política — Brasil 1978: Eleições Parlamentares sob a Égide do Pacote de Abril". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 23(2), pp. 57-85.

Analisa o grau de renovação ou imobilismo evidente para os 420 deputados federais eleitos em 1978, focalizando o aspecto quantitativo da renovação apresentada por estados e regiões e qualitativo em termos das ocupações, formação universitária, recrutamento e experiência política dos deputados, e identificação das afinidades com os ex-partidos. Estuda quais seriam os resultados das eleições de 1978 sem o pacote de abril. Conclui que existem diferenças regionais/estaduais entre os dois partidos explicáveis pelos fatores de força eleitoral e coesão interna

em âmbito nacional; que em termos de renovação qualitativa, há certas diferenças entre o MDB e a ARENA; que existem diferenças de estilos de recrutamento entre os partidos; que a ARENA é mais fragmentada que o MDB; que o Governo poderia ter dispensado o pacote de abril.

Fleischer, David V.

1981 "Condições de Sobrevivência da Bancada Federal Mineira em Eleições Distritais". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (53), pp. 153-181.

Analisa a concentração regional de votos em Minas Gerais a fim de determinar que deputados e partidos teriam condições efetivas de concorrer num sistema distrital. Compara dados de 1978 com os de eleições anteriores. Ressalta que os resultados devem ser vistos com cautela, na medida em que o pleito de 78 foi realizado em sistema bipartidário e proporcional, e conclui que a implantação de sistema eleitoral misto seria viável para a atual classe política mineira e que os deputados opositores seriam mais favorecidos que os governistas num sistema distrital.

Fleischer, David V.

1981 "O Pluripartidarismo no Brasil: Dimensões Sócio-Econômicas e Regionais do Recrutamento Legislativo (1946-1967)". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 24(1), pp. 49-75.

Aborda o recrutamento partidário no Brasil durante a fase pluripartidária. Analisa qualitativa e quantitativamente a formação de novos partidos em 1945; traça perfil dos partidos políticos; descreve os partidos ideológicos, progressistas e conservadores. Tece considerações sobre o sistema pluripartidário brasileiro observando alguns fatores sócio-culturais, como a polarização da sociedade a respeito das classes proletárias que, no Centro-Sul, ajudaram a desenvolver pequenos partidos, e fatores históricos como a polarização das forças políticas (situação x oposição).

Fleischer, David V.

1983 "Voto Distrital e os Partidos Políticos". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 26(3), pp. 67-81.

Examina disposições do projeto de lei que visa à substituição do sistema proporcional por um sistema misto-distrital e proporcional. Analisa o efeito da adoção de eleição da bancada federal pelo sistema distrital puro, ressaltando o reforço da tendência bipartidária e o enfraquecimento dos pequenos partidos, especialmente com a manutenção do voto de legenda, voto vinculado e proibição das coligações. Prognostica o fortalecimento do PMDB, em detrimento do PDS, e assinala a descaracterização da proporcionalidade com a distritalização da parte proporcional do sistema misto. Formula proposta para o aperfeiçoamento do projeto e, referente à escolha de candidatos pelos partidos, ressalta a concentração de poder pelas oligarquias municipais como consequência de constituição das convenções distritais pelos diretórios municipais.

Fleischer, David V.

1985 "O Regionalismo na Política Brasileira: As Bancadas Nordestinas na Câmara Federal (1983)". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 28(1), pp. 3-25.

Procura decifrar o enigma da cultura política regional no Brasil. A análise toma como base a representação política a nível da Câmara dos Deputados em 1983. Dos dados sócio-econômicos e políticos dos deputados eleitos em 82 a análise leva em conta quatro aspectos: avalia o peso do Nordeste na política nacional e dentro do PDS; compara perfis da representação política desta região com o resto do país e com as outras quatro regiões fisiográficas; analisa o contraste intra-regional dos nove estados nordestinos entre si; e, finalmente, discrimina os partidos atuais pelas clivagens em torno do antigo pluripartidarismo e do bipartidarismo mais recente.

Fleischer, David V.

1986 "Governabilidade e Abertura Política: As Desventuras da Engenharia Política no Brasil (1964-84)". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 29(1), pp. 12-39.

Constata que, embora a manipulação de normas constitucionais e leis eleitorais no Brasil tenha sido mais intensa no período pós-1964, de regimes militares, o país tem uma longa história de “engenharia política” empreendida por elites à procura de vantagens políticas próprias e sua manutenção no poder. Verifica que o sistema político brasileiro tem sofrido uma série de “casuísmos” que alteram o processo político e o sistema eleitoral na tentativa de produzir determinados efeitos que nem sempre foram previstos e desejados pelos “engenheiros políticos”. Neste contexto, procura descrever essas manipulações e avaliar seu impacto sobre a evolução do sistema político brasileiro, através de uma perspectiva histórica, passando por Vargas e o Estado Novo, discutindo a redemocratização de 1945 a 1964 e avaliando o período pós-64.

Forjaz, Maria Cecília S.

1985 “Os Deputados de São Paulo: Trajetória Social e Política”. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 25(3), pp. 49-56.

Analisa as lideranças partidárias de São Paulo na conjuntura de transição democrática que o Brasil está vivendo desde 1974. Toda a ênfase da pesquisa se refere ao comportamento político/ideológico, à posição social e à trajetória político/institucional dos atuais líderes do PMDB, PDS, PTB e PT. As principais indagações coletadas pela pesquisa dizem respeito ao grau de renovação das lideranças políticas, às origens partidárias dos atuais dirigentes, além de buscar uma caracterização sociológica dos homens que hoje comandam os partidos. Aborda também a questão do caráter predominantemente metropolitano ou interiorano das bases eleitorais dos chefes dos diferentes partidos, tentando descobrir se há uma identidade própria a cada um deles. Verifica que vem se desenvolvendo em São Paulo um crescente processo de democratização política, no sentido da existência e fortalecimento de vínculos de representação entre determinados segmentos da sociedade civil e o poder público. Sugere que nos últimos 20 anos tem decrescido a influência do clientelismo e da política de cooptação, e vem aumentando tendencialmente a vigência de uma política representativa.

Gerschman, Sílvia.

1983 “O Voto na Favela”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (56), pp. 155-177.

Analisa o comportamento eleitoral de populações faveladas no Município do Rio de Janeiro, em relação às zonas eleitorais das quais estas favelas fazem parte, com vistas a precisar o tipo de atuação política da máquina chaguista face a estas camadas sociais. Considera a inexistência de um comportamento típico dos favelados. Afirma que quanto mais local a votação, maior é a presença da máquina chaguista. No caso da votação para a Câmara Federal, o padrão de votação caracteriza-se pela ausência de diferenças significativas entre a votação chaguista e não chaguista nas favelas e zonas eleitorais; em relação à votação para a Assembléia Estadual, demonstra que a votação chaguista nas favelas supera significativamente a votação obtida nas zonas eleitorais correspondentes.

Giannotti, José Arthur.

1990 “Tráfico de Esperanças”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (26), pp. 25-38.

Avalia as eleições presidenciais de 1989 e a vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello. Discute os mecanismos que possibilitam as alianças políticas e a identificação dos eleitores com partidos e candidatos.

Guivant, Julia Sílvia.

1987 “Alguns Dilemas das Mulheres nos Partidos Políticos: A Campanha Eleitoral de 1982 em Florianópolis”. *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, 1(2), pp. 231-248.

Discute alguns dos dilemas que se apresentam às mulheres na sua participação nos partidos políticos, sendo considerados, especialmente, através da análise da campanha eleitoral em

1982 no município de Florianópolis. Analisa o dilema de se é apropriado ou não desenvolver-se um estilo de fazer política definido como feminino. São consideradas as diferentes posições frente ao feminismo e os dilemas que as mulheres enfrentam face a ele. Desenvolve uma reflexão sobre a relação entre feminismo e partidos políticos, sugerida pela experiência local, e suas implicações para a consolidação de novos espaços democráticos.

Kinzo, Maria D'Alva G.

1989 "O Quadro Partidário e a Constituinte". *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 1(1), pp. 91-123.

Examina os fatores que têm contribuído para a instabilidade e a conseqüente falta de sedimentação do atual quadro partidário, visando apontar os entraves, de ordem estrutural e conjuntural, que têm dificultado o seu desenvolvimento. Discute as perspectivas do sistema partidário brasileiro, levando em consideração a experiência partidária na Assembléia Constituinte.

Konder, Leandro.

1980 "O PCB no Imediato Pós-Guerra (1945-46)". *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, (8), pp. 103-113.

Destaca alguns aspectos da história do PCB no imediato pós-guerra (1945-46). Após verificar que de 1945 até meados de 1947 o Partido Comunista atuou plenamente na legalidade, constituindo-se, então, em um partido de massas, procura demonstrar que tal período foi seguramente o que revelou mais nitidamente os traços da fisionomia do Partido que, em outras condições, em outros momentos, não lhe foi possível mostrar com nitidez. Discorre sobre a evolução do movimento comunista desde 1940, destacando suas características democráticas e político-culturais.

Lafer, Celso.

1983 "As Eleições de Novembro e a Política Exterior do Brasil". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (57), pp. 7-28.

Analisa a relação entre o desenvolvimento da política interna — em transição democrática — e a resistência ao exercício oligárquico do poder pelas grandes potências mundiais. Assinala a posição do Brasil enquanto potência intermediária nos planos estratégico-militar e econômico, ressaltando a vulnerabilidade decorrente do endividamento externo. Entende as eleições de novembro como reforço na conquista de legitimidade, com a compatibilização entre o processo interno e a proposta externa de democratização e paz verdadeira formulada pela chancelaria brasileira.

Lamounier, Bolívar.

1980 "Partidos Políticos e Redemocratização: Notas para um Debate". *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 20(2), pp. 65-67.

Destaca pontos para o debate da questão dos partidos políticos, partindo da premissa que uma conceituação universalmente aceita sobre as relações positivas porventura existentes entre sistema partidário e democracia pode ser formulada em dois níveis distintos: das funções de um sistema partidário competitivo, independentemente de sua forma, e das vantagens e desvantagens de diferentes formas ou tipos de sistema partidário.

Lamounier, Bolívar.

1982 "A Representação Proporcional no Brasil: Mapeamento de um Debate". *Revista de Cultura Política*, São Paulo, (7), pp. 5-42.

Examina o sistema de representação proporcional vigente e mapeia o debate sobre a particular operacionalização dada ao princípio proporcional. Focaliza a representação proporcio-

nal e a crise de regime de 1946; o problema da desproporção entre o número de votos e o número de cadeiras parlamentares; o sistema eleitoral e a distribuição espacial dos votos; os vínculos subjetivos entre representantes e representados. Conclui que o debate sobre sistema eleitoral tem sido travado, nos últimos anos, de maneira relativamente pouco intensa; que ainda é bem maior a paixão que o interesse em estudar o problema com um mínimo de objetividade; que, pelo caminho dos pressupostos e/ou conseqüências empiricamente observáveis é que deve prosseguir o trabalho de pesquisa iniciado por Luís Navarro de Brito e Gláucio A.D. Soares.

Lamounier, Bolívar.

1982 "O Brasil Volta às Urnas". *Ciência Hoje*, 1982. Rio de Janeiro, 1(3), pp. 20-29.

Seu ponto de partida, ao analisar a abertura política, consiste em procurar uma explicação que mereça ser designada como "estrutural" e que, ao mesmo tempo, dê a devida ênfase a processos e constrangimentos propriamente ideológicos e político-institucionais. O resultado dessa linha de reflexão tem sido uma ênfase considerável no que se poderia chamar, com referência aos regimes pré e pós-64, de uma passagem da democracia limitada ao autoritarismo mitigado; e uma visão da atual abertura como retorno a uma democracia também mitigada.

Lamounier, Bolívar.

1982 "Resposta a Sérgio Abranches". *Revista de Cultura Política*, São Paulo, (7), pp. 61-74.

Questiona críticas formuladas por Abranches a seu artigo "A Representação Proporcional no Brasil: Mapeamento de um Debate", publicado na mesma revista, comparando trechos do artigo com as interpretações de Abranches.

Lamounier, Bolívar.

1986 "Authoritarian Brazil Revisited: O Impacto das Eleições na Abertura Política Brasileira (1974-1982)". *Dados*, Rio de Janeiro, 29(3), pp. 283-317.

Produzido em pleno governo Médici, o volume *Authoritarian Brazil* enfeixou algumas das mais importantes análises do regime militar brasileiro em sua fase de radicalização autoritária. Contudo, não se pode dizer que essas análises tenham sido um grande poder preditivo no que se refere à liberalização iniciada em 1973/74, e muito menos no tocante à mecânica daquele processo, que consistiu em uma rápida revalorização da arena eleitoral. O argumento deste artigo é que os modelos teóricos subjacentes levaram o volume *Authoritarian Brazil* a uma subestimação dos antecedentes liberal-representativos do sistema político brasileiro. O reexame aqui empreendido procura demonstrar esse ponto em três níveis distintos. Primeiro, pela análise de alguns dos textos originalmente editados por Alfred Stepan, nos quais a referida subestimação leva a incongruências facilmente perceptíveis. Segundo, pela análise do processo de redemocratização, tomando como ponto de partida a eleição de 1974, procura-se mostrar que a arena eleitoral foi mais importante no caso brasileiro do que nos outros processos de redemocratização ocorridos nos anos 70. Finalmente, o texto analisa a estrutura da competição eleitoral a fim de colocar em relevo a moldura sócio-demográfica dessas mudanças que se realizam através do processo eleitoral.

Lamounier, Bolívar & Kinzo, Maria D'Alva G.

1978 "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil (1945-1978)". *BIB*, Rio de Janeiro, (5), pp. 11-32. Suplemento de *Dados*, Rio de Janeiro, (19).

Bibliografia sobre partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-1978, organizada em torno de cinco categorias principais: Paradigmas e principais fontes de referência; Representação: aspectos institucionais; Representação: recrutamento político e atuação parlamentar dos partidos; Partidos: organização e ideologia; Comportamento eleitoral e atitudes políticas.

Laranjeira, Sônia M.G.

1985 "O PCB na 'Oposição' (1950-1954)". *Revista UFRGS*, Porto Alegre, (13), pp. 287-302.

Procura definir o conteúdo das formulações político-ideológicas do Partido Comunista do Brasil (PCB), contidas nos documentos básicos do Partido, no período 1950-1954.

Lavareda, Antônio.

1989 "Governos, Partidos e Eleições segundo a Opinião Pública: O Brasil de 1989 Comparado ao de 1964". *Dados*, Rio de Janeiro, 32(3), pp. 341-362.

Lançando mão de dados inéditos de pesquisas realizadas pelo IBOPE nas principais capitais brasileiras em meados de 1963, e poucos dias antes do golpe militar de 1964, e estabelecendo comparações com a conjuntura política do final da Nova República, contradiz assertivas frequentes na literatura voltada para a análise da crise política experimentada pelo Brasil naquela fase. O artigo revela, também, que a maioria do eleitorado dos grandes centros urbanos optava pelos valores ideológicos de "centro", com as ambigüidades disso decorrentes, e que no pleito presidencial que deveria ocorrer em 1965, tal fato provavelmente se traduziria na vitória de Juscelino Kubitschek.

Lavareda, Antônio.

1990 "O Financiamento da Atividade Partidária. Eleitoral: Atitudes do Eleitorado". *Síntese*, Belo Horizonte, 17(48), pp. 47-57.

Verifica que um crescente segmento da opinião pública considera a crise moral das instituições estatais brasileiras como a principal explicação para todos os demais problemas do país, analisando até que ponto essa atitude ética é complementada por outros valores universais. Baseado numa pesquisa com amostragem de 1500 eleitores, aborda, especificamente, a questão do financiamento do processo eleitoral, envolvendo a origem, a quantia e a forma de utilização do "dinheiro político".

Lima Junior, Olavo B. de.

1978 "Evolução e Crise do Sistema Partidário Brasileiro: As Eleições Legislativas Estaduais de 1947 a 1962". *Dados*, Rio de Janeiro, (17), pp. 29-51.

Analisa o sistema partidário brasileiro a nível estadual, com base nos resultados eleitorais do período 1947-1962 para Assembleias Estaduais (número de votos e de cadeiras obtidas por partido). Reexamina a tese da decadência dos partidos conservadores; discute a distorção existente no sistema de representação; analisa a fragmentação progressiva dos partidos políticos em termos nominais. Observa que os resultados eleitorais de 1958 já delineavam a crise institucional dos anos setenta.

Lima Junior, Olavo B. de.

1982 "Realinhamento Político e Desestabilização do Sistema Partidário: Brasil (1945-1962)". *Dados*, Rio de Janeiro, 25(3), pp. 365-377.

Analisa o sistema partidário, a partir da noção de realinhamento político, buscando demonstrar que a instabilidade do sistema foi decorrência do número de partidos efetivamente relevantes e do padrão de distribuição das preferências eleitorais. Sugere que a instabilidade do sistema, no agregado, enquanto conjunto de alterações das preferências eleitorais, refletia o baixo grau de identificação partidária do eleitor. Demonstra que as grandes alterações por que passa o sistema não foram condicionadas quer pelo crescimento quantitativo do eleitorado, quer pela alteração de sua composição social. Sugere que a instabilidade do sistema refletia um processo duplo de realinhamento político: do eleitorado e dos partidos.

Lima Junior, Olavo B. de.

1982 "Um, Dois, Muitos Partidos". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 1(3), pp. 24-25.

Discute a reorganização do sistema partidário brasileiro que faz parte do projeto de democratização do país. Sugere que a primeira condição a ser preenchida pelo novo quadro partidário consiste em acomodar da melhor maneira possível as elites políticas existentes. A segunda, em garantir ao governo bases razoáveis de sustentação político-parlamentar.

Lima Junior, Olavo B. de.

1986 "Mudança Política, Sistemas Partidários e o Realinhamento do Eleitorado Carioca". *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1(2), pp. 71-80.

Análise dos dados de pesquisas sobre comportamento eleitoral realizadas nos dois meses que antecederem as eleições de 1978, 1982 e 1985, no município do Rio de Janeiro. Contextualiza essas mesmas eleições em funções dos sistemas partidários vigentes quando de sua realização. Discute a importância de identificação partidária e de fatores sócio-econômicos e políticos na determinação da intenção do voto indicada pelos entrevistados. Considera que o eleitor carioca defrontou-se com mudanças institucionais bastante acentuadas em um contexto de mudanças profundas no sistema partidário. Entende que essas mudanças dificultam a fixação da imagem pública dos vários partidos e levam ao realinhamento do eleitorado. Conclui que a identificação do eleitor com um partido tem sido, na maioria das vezes, apenas conjuntural, não refletindo o processo de aprendizagem e de convivência política.

Lima Junior, Olavo B. de.

1990 "Alienação Eleitoral e seus Determinantes: Nota de Pesquisa". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 5(14), pp. 68-72.

Discute o conceito de alienação eleitoral e os fatores que determinam esse tipo de comportamento, considerando que esses não são os mesmos no caso de absenteísmo eleitoral e na opção pelos votos branco ou nulo. Analisa dados de 1989 para as unidades da Federação, discutindo os determinantes de ambas as formas de comportamento eleitoral.

Lima Junior, Olavo B. de & Abranches, Sérgio H. de.

1983 "Representação Eleitoral: Conceitos e Experiências". *Dados*, Rio de Janeiro, 26(2), pp. 125-139.

Examina os termos em que vem se colocando a discussão sobre regime eleitoral no Brasil, identificando como problemas mais relevantes para o debate a maximização da justiça distributiva, a eficácia da representação, a fragmentação partidária e a estabilidade política. Ressalta a independência entre territorialidade e proporcionalidade e, em consequência, a falsa contraposição entre voto proporcional e voto distrital. Acentua que o ponto crítico na oposição entre regime majoritário e regime proporcional é o da justiça distributiva. Demonstra os equívocos empíricos existentes, apresentando dados referentes à evolução dos regimes eleitorais e a relação entre regime eleitoral e sistemas partidários nas democracias ocidentais estáveis. Ressalta a impropriedade em atribuir-se ao sistema eleitoral e partidário o monopólio da representação no Estado Moderno.

Lima Junior, Olavo B. de *et alii*.

1987 "Fragmentação Eleitoral e Radicalização no Rio de Janeiro: Impacto da Política Estadual na Política Nacional (1945-1964)". *Dados*, Rio de Janeiro, 30(2), pp. 169-186.

Analisa a lógica da competição político-partidária no município do Rio de Janeiro entre 1945/1964, bem como as implicações que a competição local produziu no sistema partidário nacional. Verifica que o padrão de competição política federal deixou-se conformar pelo impacto do aumento e da diminuição do peso das bancadas dos estados politicamente mais rele-

vantes. Evidencia-se, assim, o processo, anteriormente postulado de exportação dos estados para a União, tendo como mercadoria a lógica da competição partidária.

Maduro, Lídice Aparecida P.
1987 "O Poder Legislativo no Município do Rio de Janeiro: Atividade Parlamentar". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 30(2), pp. 25-58.

Elabora um estudo sobre o Legislativo Municipal e verifica como, naquele período, representantes do Município do Rio de Janeiro estavam desempenhando suas funções de vereança. Procura observar o tipo de trabalho realizado durante a primeira legislatura municipal, que abrangia o período de 1977 a 1980. Conclui que o trabalho dos vereadores cariocas é pouco representativo qualitativamente, em parte pelo próprio enfraquecimento do poder legislativo e, em parte, pela inexperiência dos legisladores municipais em seu primeiro mandato e pelas dificuldades da Câmara em sua primeira legislatura.

Maduro, Lídice Aparecida P.
1990 "Eleições Municipais: A Virada das Urnas". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 33(1), pp. 91-101.

Interpreta o resultado das eleições municipais de 15 de novembro de 1988, com ênfase no crescimento eleitoral do PT e do PDT e na derrota do PMDB nos grandes centros urbanos. Discorre sobre os resultados do pleito no Estado do Rio de Janeiro.

Maduro, Lídice A.P. *et alii*.
1978 "O Congresso Nacional no Atual Sistema. Político Brasileiro: Sétima Legislatura (71-74)". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 21 (n.º esp.), pp. 5-193.

Compara o discurso global e o programa dos partidos — ARENA e MDB — procurando verificar até que ponto os parlamentares, integrantes da sétima legislatura, representaram e defenderam as linhas de seu partido e, conseqüentemente, as aspirações do eleitorado. Conclui que tanto os parlamentares da ARENA quanto os do MDB seguiram, em seus pronunciamentos, o programa partidário, demonstrando fidelidade às suas respectivas agremiações. Nos posicionamentos das respectivas bancadas a ARENA e o MDB desempenharam seus papéis específicos no cenário político nacional: a primeira, assinalando e defendendo as diretrizes e realizações do governo, e o segundo combatendo e criticando o regime político e a ação governamental.

Marinho, José Domingos da S.
1986 "Poder Constituinte e Participação Popular". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 29(1), pp. 69-84.

Discute o que deve constar da Constituição a ser elaborada, apresentando três sugestões: a primeira refere-se à Constituição federal, que deve prever a eleição distrital majoritária como único sistema de escolha dos vereadores, deputados estaduais e federais. A segunda propõe que a Constituição crie o instituto da cassação popular do mandato eletivo, aplicável de início aos cargos de vereadores, prefeitos municipais, deputados estaduais e federais, estabelecendo o prazo de seis meses para a sua regulamentação por lei. A terceira considera que a aplicação desse instituto é viável também para os cargos de senadores e chefes do poder executivo estadual e federal desde que este tenha dado provas de adaptabilidade e funcionalidade.

Martins, Carlos E.
1983 "A Reforma do Sistema Eleitoral". *Dados*, Rio de Janeiro, 26(2), pp. 141-153.

Examina argumentos utilizados na defesa da adoção da fórmula mista para a representação proporcional e majoritária no Brasil. Demonstra o caráter misto do sistema de repre-

sentação eleitoral atual; a impropriedade de se atribuir à proporcionalidade a fragmentação do sistema partidário; o equívoco de relacionar a consolidação dos partidos com a inviabilidade do princípio proporcional; a superioridade deste princípio, em que pese as distorções existentes, na função de retratar as diferentes correntes de opinião e a improcedência de adscrição ao regime distrital da resolução dos problemas referentes às desproporções entre estados e entre partidos e ao fortalecimento dos vínculos entre representantes e representados. Propõe reformas eleitorais e extra-eleitorais de aperfeiçoamento do sistema proporcional.

Melo Franco, Afonso A. de.

1982 "Os Partidos Políticos Brasileiros". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 25(2), pp. 7-13.

Analisa as causas da debilidade do sistema partidário brasileiro, as diferenças entre partidos e grupos de pressão, e seu relacionamento e influências. Conclui que o restabelecimento da ordem constitucional daria ao Brasil a primazia no caminho da restauração democrática internacional; que o Brasil é latino-americano, mas continua a ser tão latino quanto americano; que os modelos políticos brasileiros devem ser hoje os da França, Itália, Espanha e Portugal, na medida em que eles diferem dos modelos americano-latinos.

Mendonça, Otávio.

1981 "Partidos Políticos Brasileiros". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 24(1), pp. 18-29.

Histórico da formação dos partidos políticos na Inglaterra, Estados Unidos e França. Relata que só depois da II Guerra Mundial é que os partidos políticos passaram a figurar nas constituições e que no caso do Brasil estes foram incorporados à Carta Magna a partir da Constituição de 1946, quando foram institucionalizados. Avalia os sistemas bi e pluripartidários, o voto majoritário e o proporcional.

Moniz Bandeira, Luiz A.

1978 "Origem e Evolução do PTB". *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, (4), pp. 95-116.

Estuda a trajetória dos movimentos de caráter trabalhista, socialista e comunista no Brasil. Observa que a legislação do trabalho e da previdência social se desenvolveu e consolidou nos anos de maior combatividade da classe operária (1931-36); que Vargas não outorgou a legislação social por generosidade: o proletariado se bateu por esta legislação até consolidá-la no impulso da Revolução de 30, na vigência das liberdades democráticas. Conclui que o PTB não surgiu de cima para baixo por uma simples determinação de Vargas, mas constituiu uma opção para os trabalhadores que não se filiaram nem ao PSD nem à UDN.

Muniz, Carmem Valéria S.

1988 "Condições para a Representação da Vontade Popular". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, Edição Especial, pp. 155-180.

Contrasta argumentos a favor e contra os sistemas eleitorais proporcional e majoritário, levando em conta a qualidade da representação por eles produzida no caso de serem adotados no Brasil. Conclui pela excelência da proposta de sistema misto, constante do anteprojeto constitucional produzido pela Comissão Afonso Arinos.

Muniz, 1988. Carmem Valéria S.

1988 "Estudo Sumário da Origem e Evolução dos Partidos Políticos Brasileiros". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 31(4), pp. 45-59.

Aborda os aspectos que demonstram a evolução dos partidos políticos brasileiros, desde nossas primeiras Constituições, não deixando de apurar suas falhas e omissões, assim como as

críticas a eles dirigidas. Perquirindo os aspectos negativos das organizações partidárias, cre que se poderão levantar as possíveis causas da atual crise do sistema político-partidário brasileiro.

Neves, Maria Manuela R. de N.

1989 "Ruptura Institucional e Consolidação Política: Mato Grosso e a Hegemonia Arenista". *Dados*, Rio de Janeiro, 32(3), pp. 363-388.

Utilizando as análises comparativas das eleições de 1966 a 1978 — Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso —, aponta a hegemonia da ARENA mato-grossense, durante o bipartidarismo, em todos os níveis de representação. O desempenho do MDB é qualificado como "desviante" em relação aos resultados emedebistas no quadro nacional, de forte conteúdo oposicionista. Tratando-se de um sistema de tradição competitiva na vigência do pluripartidarismo, a ponto de caracterizar-se pelo revezamento do PSD e da UDN no acesso ao poder, procura identificar as causas das suas transformações no modelo de partido majoritário refletido na ARENA.

Nunes, Edson de O.

1978 "Legislativo, Política e Recrutamento de Elites no Brasil". *Dados*, Rio de Janeiro, (17), pp. 53-78.

Análise do papel desempenhado pelo Legislativo Brasileiro como fonte de recrutamento e socialização da elite política, com base nos dados sobre Ministros de Estado e Governadores no período 1946-1974. Discute a questão da substituição da experiência legislativa pela competência técnica (experiência na máquina burocrática). Compara o papel do Legislativo (federal e estadual) no recrutamento das elites estratégicas em dois momentos distintos: 1945 a 1964 e no período pós-64. Observa que o Congresso em nenhum dos dois períodos deixou de aparecer como instância de recrutamento de elites estratégicas; no período pós-64 apenas teve mudada sua relevância para o acesso a determinados postos.

Oliveira, Francisco de.

1986 "Depois da Paz, a Guerra". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (16), p. 1.

Analisa os resultados da eleição de 15 de novembro de 1986 em relação à Constituinte, focalizando, principalmente, o anacronismo das relações entre economia e política.

Oliveira, Francisco de.

1986 "E Agora, PT?". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (15), pp. 32-43.

Aborda alguns aspectos da "novidade" que representa o Partido dos Trabalhadores em relação à política nacional. Considera que o PT não é o primeiro partido operário brasileiro, mas que apareceu como o continuador do PCB em sua versão inicial (anos 20). Entende que o exame da questão em torno da rejeição do partido à essa precedência fornece indicações para a compreensão de sua formação. Mostra que o motivo dessa rejeição por parte da base operária do partido, dos intelectuais e do setor saído das bases cristãs, reside na constituição de uma nova classe operária sem cultura política, refletindo a anticultura das sociedades de massa. Procura identificar o sentido do PT atualmente, sua função na representação e identidade das amplas massas trabalhadoras, sua perspectiva estrutural na sociedade brasileira e os problemas que enfrenta. Considera que a função do PT é forjar uma nova identidade da classe trabalhadora, promovendo uma mudança na tática e na estratégia do partido, através da via democrática e da proposta societária de seu programa.

Oliveira, Francisco de.

1987 "A Longa Espera de Giovanni Drogo". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (19), pp. 3-5.

Editorial avaliando a pouca clareza do quadro partidário brasileiro, em especial a falta de uma opção partidário-programática à esquerda, que atenda às aspirações da classe média. Concita à formação de tal partido a partir da reunião de algumas lideranças nacionais hoje no PMDB e PSB.

Oliveira, Francisco de.

1989 "Eleições, Mais que Simplesmente...". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (23), pp. 3-6.

Procede a uma avaliação das eleições municipais de novembro de 1988, identificando os esforços de redemocratização revelados pelo amadurecimento crescente do eleitorado. Registra como novidade nesse processo eleitoral a inclinação da balança para a esquerda (o PT apresentando um novo modo de se fazer política) e a construção moderna da representação. Explora o caráter "nacional" das eleições municipais, uma vez que a crise nacional redimensiona o discurso programático dos representantes locais que realizam, neste sentido, a articulação entre estrutura e conjuntura.

Oliveira, Francisco de.

1990. "O Marajá Superkitsch". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (26), pp. 5-14.

Avalia o resultado das eleições presidenciais de 1989 e o significado da vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello.

Oliveira, Nei Roberto da S.

1988 "A Problemática da Adoção do Parlamentarismo no Brasil". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, Edição Especial, pp. 207-291.

Apresentação de um levantamento sistemático de todos os pronunciamentos feitos por deputados e senadores no Congresso Nacional no período de 1979 a 1985, a propósito das formas de governo presidencialista e parlamentarista, incluindo pronunciamentos sobre os sistemas partidários que a eles se ajustariam.

Paz, Francisco M.

1990 "De Saquarema a Luzia: Sobre os (Des)Conceitos da Política". *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, 5(1), pp. 43-56.

Traça a trajetória dos partidos políticos brasileiros desde o Império até nossos dias, com o objetivo de inventariar as dificuldades e os problemas encontrados na análise institucional da política brasileira.

Pereira, Carlos A.A. *et alii*.

1985 "Imagem dos Partidos Políticos Nacionais entre Universitários: Novembro 1984". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 28(3), pp. 119-133.

Objetiva dimensionar a natureza afetiva do sistema de significados psicológicos atribuídos aos partidos políticos nacionais oficiais, em novembro de 1984. Pretende responder às seguintes questões: como são percebidos os partidos políticos (ou qual a "imagem" político-social dos partidos políticos nacionais, em novembro de 1984?); como os partidos políticos se delineiam frente às distintas dimensões psicológicas que os compõem?: dentre os partidos, qual o percebido mais intensamente potente, útil, ativo, sensível, bom, orientado, esperançoso, etc. frente a conteúdos político-sociais, em novembro de 1984?

Pereira Neto, André de F.

1983 "A Emergência do Chaguismo". *Ciência e Cultura*, São Paulo, 35(1), pp. 1608-1617.

Analisa de que forma o grupo político liderado pelo então Deputado Federal Chagas Freitas conquistou, entre 1966 e 1970, a hegemonia política do MDB — Seção Guanabara.

Para tanto procura resgatar a biografia política de seu líder, bem como compreender a conjuntura política do país no período.

Picaluga, Izabel F.

1980 "Notas Preliminares para um Estudo do Chaguismo". *Contraponto*, Rio de Janeiro, 4(4), pp. 71-81.

Analisa o chaguismo desde 1964. Considera uma variável importante para se compreender a posição de Chagas Freitas a existência dos jornais *O Dia* e *A Notícia*. Chagas Freitas foi beneficiário de vários eventos políticos, tais como: afastamento dos principais líderes populares, em 1964; rompimento Lacerda/Castelo; carreira política de Adhemar de Barros. História o processo eleitoral carioca entre 1958 e 1966, a implantação do chaguismo (1970/1974) e a alteração do quadro político carioca (1974/78).

Pierucci, Antonio Flávio.

1986 "Um Toque de Classe, Média-Baixa". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (14), p. 1.

Analisa o suporte social da candidatura vitoriosa de Jânio Quadros nas eleições de 1985.

Pierucci, Antonio Flávio.

1987 "As Bases da Nova Direita". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (19), pp. 26-45.

Identifica o conjunto de crenças das bases de apoio ativo das candidaturas de Jânio Quadros, em 1985, e de Paulo Maluf, em 1986. Apresenta alguns traços inéditos do atual perfil da "nova direita". Entre estes verifica um moralismo cristão, embora conservador quanto à família, que realça os valores de solidariedade e fraternidade social, os quais são bandeira da "nova esquerda".

Pierucci, Antonio Flávio.

1989 "A Direita Mora do Outro Lado da Cidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 4(10), pp. 44-64.

Retoma a questão das bases sociais do comportamento eleitoral, procurando identificar quem são — ou foram — os janistas e os malufistas em São Paulo nas eleições de 1982, 1985 e 1986. Revela que houve um núcleo de eleitores, geográfica e socialmente localizado, que optou, nas três eleições, pelo voto de "direita" expresso naquelas candidaturas. Mas, ao contrário de algumas interpretações, não localiza esse núcleo nos extremos sociais, nem nos espaços da periferia ou da zona "nobre" da cidade, e sim nos extratos sociais e bairros intermediários. Chama a atenção para a relevância explicativa de se introduzir na análise das escolhas eleitorais as variáveis de status e os fatores de estilo de vida.

Pinto, Celi R.J. & Noll, Maria I.S.

1978 "Eleições Municipais de 1976: Perfil da Campanha Eleitoral em Caxias do Sul". *Revista UFRGS*, Porto Alegre, (6), pp. 113-138.

Propõe que a campanha político-partidária desenvolvida no Rio Grande do Sul, com vistas às eleições municipais de 1976, esteve dividida em duas partes: (1) a que se iniciou nos últimos meses de 1975 e se estendeu até a data marcada para o começo das convenções municipais a 15 de maio de 1976; (2) e a que a partir desta data se estendeu até 12 de novembro, último dia da campanha segundo o calendário eleitoral. Conclui que a campanha eleitoral de 1976 no Rio Grande do Sul mostrou, por parte de ambos os partidos, a preocupação de ser exercida uma liderança firme que proporcionasse coesão de idéias em todo o Estado.

Porto, Walter C.

1983 "Partidos, Programas e as Eleições de 82". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (57), pp. 165-179.

Descreve a formação dos partidos depois da reforma partidária de 1979. Entende como diferença fundamental entre as agremiações a defesa de princípios liberais como a separação

de poderes (PDS e PP) e de uma ampla participação popular (PMDB e PDT). Destaca a possibilidade de um partido minoritário atingir a posição *pivot*, quebrando o instável equilíbrio decorrente da aproximação de forças do PDS e PMDB. Ressalta a importância das pesquisas e testes eleitorais como instrumentos de consulta à vontade popular.

Rios, José A.

1983 "As Eleições de 82 e os Pequenos Partidos". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, (57), pp. 187-216.

Examina a influência da anistia, voto vinculado e extinção do bipartidarismo sobre os resultados eleitorais de 1982. Analisa a distribuição de votos dos partidos, por estado, constatando o equívoco da identificação de dois Brasis: um desenvolvido, de tendência oposicionista, e outro tradicional, suporte do governo. Entende que o voto vinculado apresentou a marginalização eleitoral dos pequenos partidos num pleito em que os fatores de classe e ideológicos não foram determinantes. Ressalta a inviabilidade de formação de um pequeno partido de doutrina conservadora e democrática — típico de classe média. Considera que a derrota do PDS no Executivo de alguns estados não significou transferência de poder, dado que os governadores só podem introduzir modificações institucionais através das bancadas partidárias, o que se inviabiliza num legislativo predominantemente governista, e onde as oposições dificilmente conseguem atuar de forma unitária.

Santos, Wanderley Guilherme dos.

1989 "Sistemas Eleitorais e Democracia". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 6(33), pp. 63-65.

Apresenta alguns critérios para a avaliação da eficiência dos sistemas representativos que vigoram nas democracias indiretas típicas de sociedades complexas. São examinados o sistema de representação majoritário, o proporcional e o de pluralidades.

Soares, Gláucio A.D.

1979 "As Políticas de Cassações". *Dados*, Rio de Janeiro, (21), pp. 69-85.

Discute posições quanto à existência de política de cassações no Brasil pós-64 (visão maniqueísta centralizadora, e visão caótica). Observa que existe uma política de cassações mas que o arbítrio encontra campo livre em situações ditatoriais; que as primeiras cassações de deputados federais foram orientadas, em sua maioria, contra deputados nacionalistas e socialistas; que a partir de 1966 as cassações foram utilizadas para eliminar a oposição parlamentar mais ativa.

Soares, Gláucio A.D.

1983 "O Previsível Eleitor Brasileiro". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 2(9), pp. 26-32.

Procura demonstrar que, ao contrário do que muitos pensam, há no Brasil uma invejável estabilidade da opinião política que pode ser detectada com facilidade através da análise das eleições realizadas no país de 1945 até 1983. Verifica que os resultados das eleições em todos esses anos revelam uma extraordinária previsibilidade e uma série de relações estruturais que resistiram às mais variadas tentativas feitas pela elite de alterar a expressão eleitoral da opinião política por meio da constante mudança das instituições políticas e partidárias.

Soares, Gláucio A.D.

1984 "O Colégio Eleitoral e a Representação Política". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 2(11), pp. 76-78.

Procura avaliar a composição do colégio eleitoral e seu valor como instituição política. Considera que ponderar os votos no colégio eleitoral pela população ou pelo eleitora-

do seria uma forma de melhorar a eleição indireta, eliminando a discriminação entre os estados brasileiros, sem, porém, resolvê-la. Conclui que a eleição direta é a única maneira de acabar com a discriminação e de respeitar o desejo da maioria da população brasileira.

Soares, Gláucio A.D.

1986 "Quem Consente, Cala". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 5(26), pp. 60-65.

Procura mostrar como, no período do regime militar, a produção de leis era monopólio do Executivo e de que maneira, a partir do AI-5, a ARENA foi sendo utilizada pelo regime como instrumento de asfixia do Congresso, apoiando uma estrutura de poder que deixava seus deputados despojados de suas funções. Considera que a apatia da ARENA possibilitou ao MDB o domínio da atividade parlamentar. Verifica que a composição ideológica da atividade parlamentar não correspondia, na época, à composição partidária do Parlamento, que funcionou como órgão simbólico de oposição ao regime.

Soares, Gláucio A.D. & Silva, Nelson do V.

1985 "O Charme Discreto do Socialismo Moreno". *Dados*, Rio de Janeiro, 28(2), pp. 253-273.

Analisa os resultados eleitorais no pleito para a governança do Estado do Rio de Janeiro em 1982. É feita uma análise em que a utilização de métodos de regressão ecológica juntamente com variáveis associadas aos vieses de agregação espacial tenta minimizar os conhecidos problemas associados com a inferência ecológica. Os resultados sugerem que as clivagens raciais têm um papel importante e independente das clivagens de classe na determinação do voto ao candidato vencedor, Leonel Brizola, principalmente dentro da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. Considera que o conceito de carisma deve ser reelaborado em termos de uma relação que inclui respostas políticas estruturalmente determinadas.

Soares, Hugo P. *et alii*.

1986 "O Estado e os Partidos Políticos no Brasil". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 20(1), pp. 5-43.

Examina a origem e evolução da nova realidade política no Brasil, tentando evitar o erro de uma análise imediatista sem uma perspectiva que somente a experiência histórica pode dar. Considera que vivemos um momento político peculiar, na expectativa de uma Assembléia Constituinte; e que, nesta perspectiva, com o surgimento de novas legendas, redefine-se o quadro político-partidário, refletindo correlação de forças ainda não de todo consolidadas.

Soares, Mariza.

1985 "Os Crentes nas Eleições". *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 12(3), pp. 102-108.

Analisa o processo de construção da imagem dos "políticos evangélicos" que participaram, como candidatos, em todos os partidos, das eleições de 1982 no município do Rio de Janeiro. Os dados apresentados são o resultado de entrevistas, leituras do noticiário e acompanhamento direto de algumas campanhas. Entre outras, trata das seguintes questões: da "vocação" para a política; da política como "ministério"; e dos critérios de escolha dos candidatos por parte do eleitor. Constata a inexistência de vínculos ideológicos entre os candidatos, e a existência de uma ordem simbólica que permite o surgimento de um discurso político-religioso diante do qual vários setores se identificam.

Soares, Orlando.

1989 "Origens das Organizações Partidárias e os Partidos Políticos Brasileiros". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 32(4), pp. 35-57.

Apresenta uma visão panorâmica acerca das origens e evolução das organizações partidárias brasileiras. Procura demonstrar a índole eminentemente elitista da nossa organização partidária.

Souza, Amaury de.

1982 "Os Métodos de Pesquisa Eleitoral". *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, 1(3), pp. 26-27.

Faz um histórico do desenvolvimento dos métodos de pesquisa eleitoral.

Souza, Maria do C.C. de.

1983 "Eleições 82". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 2(1), pp. 2-7.

Analisa os resultados das eleições de novembro de 1982.

Tavares, José A.G.

1983 "Representação Majoritária e Representação Proporcional: A Controvérsia Teórica e o Impacto das Fórmulas Eleitorais sobre o Processo Político". *Dados*, Rio de Janeiro, 26(2), pp. 155-179.

Examina a controvérsia teórica clássica, marcadamente a que tem como protagonistas Bagehot e Stuart Mill, e os argumentos da controvérsia contemporânea sobre os princípios majoritário e proporcional de representação. Assume perspectiva histórico-comparativa, com base nos sistemas políticos inglês e norte-americano à época em que se travava a polêmica entre Bagehot e Mill. Propõe, no caso brasileiro, a adoção de projeto de engenharia eleitoral onde a opção pela representação proporcional concilie a expressão política do pluralismo das forças sociais com mecanismos limitados da excessiva fragmentação partidária. Acentua a necessidade do exame sistemático e comparativo da existência concreta das diferentes leis e fórmulas eleitorais, o que permite a compreensão não de uma bipolaridade, mas de um *continuum*, uma gradação de fórmulas eleitorais que se situam entre dois extremos — um de elevada concentração parlamentar e outro de equilibrada dispersão eleitoral entre os votos partidários.

Velho, Gilberto.

1990 "A Vitória de Collor: Uma Análise Antropológica". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (26), pp. 44-47.

Analisa as eleições presidenciais de 1989 e a vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello, enfatizando os aspectos culturais e simbólicos presentes na disputa.

Viola, Eduardo J.

1986 "As Eleições de 1985 e a Dinâmica do Sistema Partidário em Santa Catarina". *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, 1(1), pp. 21-38.

Analisa as eleições de 1985 para a prefeitura de Florianópolis, Santa Catarina. Traça um breve retrospecto do sistema partidário catarinense desde 1965 e faz uma análise da erosão do bloco de poder oligárquico no período de 1982-85. Discorre sobre a campanha eleitoral e o resultado das eleições em Florianópolis, bem como sobre o resultado em seis municípios do extremo-oeste. Elaborou algumas considerações prospectivas sobre a dinâmica futura do sistema partidário catarinense com respeito às eleições de novembro de 1986.

Zajdsznajder, Luciano.

1981 "Organização e Administração de Partidos Políticos". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 15(1), pp. 134-146.

Estuda partido político sob o aspecto organizacional, destacando suas funções na sociedade. Discute os ciclos da vida partidária e problemática organizacional externa e interna do partido político. Destaca que, embora haja questões comuns a todas as organizações políticas, a questão organizacional não é isenta de valores, objetivos e análises de situações histórico-sociais.

Recebido para publicação
em setembro de 1992.

O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos

Arabela Campos Oliven

A influência da religião e da comunidade na socialização escolar das crianças e jovens tem perdido espaço, desde o final do século passado, para políticas governamentais que procuram moldar os sistemas de educação a partir de necessidades definidas como nacionais. Vale dizer, o estabelecimento dos objetivos da educação de um país e a organização e manutenção de sistemas de ensino cada vez mais abrangentes, que vão da pré-escola à pós-graduação, têm sido responsabilidades assumidas por governos nacionais e regionais.

Com a expansão dos sistemas de ensino aumenta a complexidade dos mesmos e a necessidade de melhor conhecê-los. Desenvolve-se, assim, a Sociologia da Educação. A abrangência nacional dos sistemas educacionais faz com que a realidade de cada país, em termos da dinâmica da relação educação e sociedade, influencie o próprio rumo dessa disciplina. Torna-se importante, pois, a análise comparativa da Sociologia da Educação em diferentes países.

Neste artigo serão comparados os Estados Unidos e a Inglaterra no que diz respeito a características de seus sistemas educacionais e ao desenvolvimento da Sociologia da Educação.

O Sistema de Educação nos Dois Países

O sistema educacional inglês é bastante diferente do norte-americano, principalmente na sua estrutura, que reflete uma filosofia fortemente elitista.

Berço da Revolução Industrial e “Império onde o sol jamais se punha”, a Inglaterra até o início deste século teve na *Public School* (que, ao contrário do que o nome indica, é privada) um instrumento de ressocialização dos filhos da alta burguesia nos valores da aristocracia. Esse tipo de escola tinha a função de “casar a velha ordem social inglesa com a nova.” (Brogman, 1943, p. 56). Embora destinada aos filhos das classes altas, a *Public School*, geralmente sob a forma de internato, concedia um certo número de bolsas para alunos carentes. Nessas escolas os jogos eram atividades que faziam parte integrante do currículo, enquanto disciplinas mais modernas, ligadas às necessidades da indústria, eram opcionais. A prática do esporte era percebida como importante para desenvolver a disciplina e o espírito de equipe que contribuiria para “formar rapazes honrados, preparados a oferecer suas vidas inquestionavelmente para a expansão e preservação do império” (Mark, [Public Schools since 1860], *apud* Lawson & Silver, 1978, p. 345).

Após a Segunda Guerra Mundial, desenvolve-se na Inglaterra o *Welfare State* (que oferece uma série de benefícios sociais em áreas como saúde, habitação, educação etc.) e, a partir da Lei Educacional de 1944, o sistema escolar público que passa a oferecer, por intermédio da *Grammar School*, um tipo de ensino acadêmico, de nível médio, gratuito para um grupo seletivo de alunos.

O sistema público inglês, ao ofertar uma educação acadêmica aos mais bem-do-

tados filhos da classe trabalhadora, o faz dentro de um sistema tripartido de ensino em que, aos 11 anos de idade, com base numa bateria de testes, os alunos são alocados em diferentes escolas: a *Grammar School*, a *Technical School* e a *Modern School*. Essas escolas têm orientações diferenciadas e oferecem oportunidades educacionais de certa forma hierarquizadas. A *Grammar School*, a mais seletiva, tendo como base o seu currículo acadêmico prepara os alunos para a universidade e cargos governamentais, enquanto a *Modern School* se destina às massas, isto é, àqueles alunos que aos 11 anos fracassaram no processo de seleção (conhecido como o *eleven plus*) preparando-os para aceitarem as imposições do mercado de trabalho não ou semiqualeficado. Nesse sistema tripartido a escola técnica — *Technical School* — serve como uma escola tampão, ao amenizar as fronteiras entre a escola de elite e a de massas. Assim, no começo da escolaridade secundária, o sistema educacional inglês ao separar alunos “mais capazes” e “menos capazes” oferecia aos selecionados uma educação de primeira qualidade, com os melhores recursos materiais e humanos. A filosofia do sistema tripartido baseava-se numa “seleção pela diferenciação, que tomava o lugar da seleção por exclusão” (Lawson & Silver, 1978, p. 395).

A reorganização do sistema de ensino secundário levada a efeito mediante a implantação da escola tipo *Comprehensive*, que reúne crianças de todas as habilidades de uma mesma área, passou a ganhar impulso já na década de 50. No entanto, muitos diretores, pais de alunos e mesmo municipalidades dirigidas pelo Partido Trabalhista eram contra esse tipo de escola, uma vez que “havia uma visão amplamente sustentada de que as *Grammar Schools* ”poderiam e deveriam fazer uma importante contribuição, e tinham uma história e experiência solidamente enraizadas para serem sacrificadas por uma idéia nova e partidária”.¹

Ao contrário do sistema tripartido inglês, nos Estados Unidos a *High School* reúne todos os alunos em uma mesma escola

pública secundária, submetendo-os a um longo processo seletivo interno, escolhendo aqueles que irão continuar seus estudos.

Quanto ao nível superior, o sistema norte-americano oferece uma ampla cobertura, sendo, no entanto, bastante heterogêneo às suas pequenas faculdades confessionais, interiores, voltadas apenas ao ensino, e às grandes universidades, que reúnem milhares de alunos nos seus *campi* e desenvolvem pesquisas de ponta. O sistema inglês de educação superior é bastante excludente, com suas tradicionais universidades — que oferecem uma formação acadêmica de alto nível — e as politécnicas, mais voltadas às necessidades da indústria.

Uma descrição figurativa dos dois sistemas de ensino representaria a realidade educacional norte-americana como sendo uma corrida de resistência. A prova de São Silvestre presta-se a uma boa comparação, na medida em que é uma competição aberta. Independente de origem social, idade, gênero, nacionalidade e, até certo ponto, preparo físico, todos são iguais, pelo menos na partida. Realizada em 31 de dezembro, oferece aos competidores a oportunidade de se despedirem anonimamente do Ano Velho na esperança de que a glória da vitória possa ser desfrutada no Ano Novo. Já o sistema educacional inglês lembra mais uma corrida de 100 metros rasos, na qual poucos competem e aqueles que o fazem representam um grupo homogêneo quanto ao treinamento recebido. Tendo passado por uma seleção anterior, são todos atletas de elite. Os próprios locais onde se realizam as corridas também expressam diferenças significativas entre as duas competições. O trajeto que percorrem aqueles que disputam a São Silvestre faz parte do traçado das ruas da grande cidade. Do mesmo modo que os alunos da *High School*, os competidores da São Silvestre estão mais próximos do povo. Por seu turno, a *Grammar School*, como a corrida de velocidade, apresenta uma distância maior da comunidade, estando por isso mesmo, mais livre de ingerências externas.

Como se sabe, até a Primeira Guerra Mundial a hegemonia do sistema capitalista era da Inglaterra, apoiada, em grande parte, na exploração de suas colônias. Após a Segunda Guerra, a liderança do bloco capitalista passa para os Estados Unidos, que tem no seu mercado interno um grande fator de desenvolvimento.

Nesse contexto, as elites norte-americanas e inglesas cumprem funções distintas, o que se reflete nos objetivos dos seus sistemas educacionais. O conservadorismo do sistema tripartido de ensino secundário na Inglaterra, com a dramatização das técnicas de seleção aos 11 anos e a pureza da elite no seu processo de escolarização, enaltece valores de uma classe dominante imperial e pode ser visto como refletindo a luta para manter o *status quo*.² Os *civil servants* enviados às colônias tinham de se sentir muito puros na sua formação acadêmica e conscientes da sua superioridade diante do perigo de “contaminação” com os valores dos nativos. A socialização escolar oferecida aos ingleses na *Grammar School*, de orientação acadêmica, e na universidade, constituía um mergulho profundo nos valores do passado, formava o *gentleman*. Já nos Estados Unidos a socialização tendia a ser, comparativamente, mais aberta a influências dos próprios *peer groups* (grupos da mesma idade, em geral adolescentes) e incentivava a formação de novos valores, visando à manutenção do presente e à construção do futuro.

Não apenas as elites dos dois países refletiam visões de mundo diferentes, mas a própria formação da classe operária apresentou trajetórias específicas, que interferiram na dinâmica educação/sociedade.

Na Inglaterra a classe operária é relativamente homogênea na sua composição, possui não só maior tradição de luta e identidade de classe, como também uma cultura própria, transmitida de pai para filho, que rejeita com mais intensidade os valores burgueses.

Gareth S. Jones comentando a cultura operária inglesa no final do século passado salienta não apenas o quanto esta se diferen-

ciava da cultura da classe média mas, também, o quanto era resistente às tentativas dessa classe lhe dar o seu caráter e direção. “As suas instituições culturais dominantes não eram a escola, as aulas noturnas, a biblioteca, a sociedade de amigos, a igreja ou a capela, mas o *pub*, o jornal de esporte, as corridas de cavalo e os salões de música.” (Jones, 1974).

Ao contrário da classe operária inglesa, o trabalhador branco, nativo, norte-americano do século passado não teve de desenvolver os programas e as instituições políticas de origem classista para alcançar a democracia política, que resultou, mais que tudo, das peculiaridades do passado não-feudal, não-imperialista e da revolução de 1776 nos Estados Unidos. Assim, muito da política da classe trabalhadora, nesse período, foi “essencialmente defensiva, protegendo as primeiras conquistas da democracia republicana contra o que era percebido como sendo seus principais inimigos: monopólios, forças aristocráticas, estrangeiros católicos e, mais tarde, socialistas” (Hogan, 1982, p. 42).

No início do século XX, a presença do imigrante é intensa na composição da classe trabalhadora americana, como atestam os números: 58% dos trabalhadores das 20 principais minas e indústrias em 1909 tinham nascido no exterior — eles constituíam 48% da força de trabalho não-qualificada e 38% da semiqualificada. Grande parte desses imigrantes tinha planos de permanecer temporariamente na América onde, através de trabalho intensivo, poderiam economizar o suficiente para voltar aos seus países de origem e lá se estabelecer por conta própria. A emigração de volta à Europa durante o período entre 1915 e 1922 atingiu 53%; entre os italianos a taxa de retorno chegou a alcançar 73% (Hogan, 1982, p. 70).

O mercado de trabalho norte-americano apresenta-se bastante fracionado com segmentações profundas quanto a grupos étnicos, religiosos, de gênero, raça e às várias regiões. Essa realidade tem grandes reflexos tanto na identidade de classe dos operários,

como no significado que é atribuído à escola por diferentes grupos.

Muitos pais/trabalhadores imigrantes na América tinham grande ambivalência com relação à escola. Por um lado, assumiam uma atitude instrumental no seu desejo de favorecer a mobilidade social de seus descendentes; por outro, sentiam-se ameaçados pelos valores que eram transmitidos a seus filhos. Assim, no início deste século, esses pais culpavam a escola e o *peer group* pelo fato de seus filhos terem perdido o respeito pela autoridade paterna e a lealdade familiar.

Havia, também, entre os imigrantes, a preocupação com a ameaça de que a escola pudesse minar a identidade cultural do grupo de origem. Nesse sentido, os pais passavam a dar apoio às escolas paroquiais que, na sua função de instrumento de continuidade intergeracional, eram vistas como capazes de preservar, na América, os traços étnico-culturais e as filiações religiosas de seus habitantes.

A Sociologia da Educação nos Estados Unidos

O paradigma funcionalista de inspiração liberal-progressista foi o marco teórico que orientou a Sociologia da Educação norte-americana até há bem pouco tempo. Ele se apoiava nos princípios de igualdade, eficiência e racionalidade científica. De acordo com esse modelo, os entraves educacionais decorrentes de privilégios herdados deveriam ser combatidos, formas burocráticas de organização social, apoiadas e a ciência, percebida como o conhecimento capaz de apontar caminhos para a reforma social pacífica, estimulada. (Wexler, 1976, p. 6).

A igualdade era concebida no seu aspecto político, em termos de cidadania, isto é, igualdade diante da lei. A existência de desigualdades econômicas era um princípio aceito, desde que essas fossem baseadas nas qualidades individuais e não nos privilégios de berço.

Fazer aceitar as desigualdades econômicas como uma resultante de habilidades individuais adquiridas era percebido, inclusive, como função da escola. Conforme deixa cla-

ro Parsons, “[...] é essencial que a professora não seja uma mãe para os seus alunos, mas que insista em normas universalistas e nas recompensas diferenciais com base no desempenho” (Parsons, 1961, p. 444).

Concebendo igualdade em termos de meritocracia, considerando a burocracia sinônimo de eficiência e o conhecimento científico como algo poderoso e politicamente neutro, essa postura teórica expressava uma crença extraordinária na educação como um instrumento para assegurar a ordem social através de obtenção de consenso, bem como propiciar o desenvolvimento, traduzido em progresso técnico e crescimento econômico.

Grande parte dos trabalhos de pesquisa na área de Sociologia da Educação centrava-se na problemática da educação e igualdade social, análise da organização escolar e estudo do rendimento acadêmico. A educação era percebida como “meio de desenvolver talentos, selecionando os mais capazes para tomar decisões visando o bem comum.” Muitos dos sociólogos da educação norte-americanos não questionavam esse pressuposto básico, ao contrário, tentavam quantificá-lo a validá-lo em nome da ciência. Eles viam a solução dos problemas sociais na adaptação do indivíduo ao meio (Wexler, 1976, pp. 12-3).

Essa ênfase no processo de adaptação se explica, em grande parte, por características da sociedade norte-americana, formada por imigrantes das mais diversas origens, que trouxeram consigo uma variedade de costumes. Isso fez com que os Estados Unidos se tornassem uma nação eminentemente pluricultural. Diante do mosaico de etnias, com suas diferentes crenças e línguas de origem, que constituía a realidade norte-americana do início deste século, o Estado lançou mão da escola pública como instrumento para “americanizar o americano”. Ela funcionava como um *melting pot*, isto é, o local onde se procurava fundir as grandes diferenças de origem. Por isso, o americanizar-se significava, em grande parte, desenraizar-se.

O americano de elite, aquele da décima geração, podia na sua escola privada voltar-

se para o passado, para a sua herança européia e greco-latina a fim de assegurar e legitimar a sua posição de mando. Já o filho de imigrantes, fequentador da escola pública, por não receber dessa o legado cultural de seus ancestrais, tinha de contar apenas com suas próprias aptidões e manter aceso o sonho de “fazer a América”. Assim, os alunos das escolas públicas urbanas “porque não podiam mirar seu passado, não tinham nenhuma perspectiva a não ser aquela urgência terrível de seguir em frente, ou melhor, distanciar-se, sabendo apenas que aquilo que era seu por direito de berço é ruim e não americano, e o que NÃO era seu, o novo, devia ser americano e, portanto, bom.” (Mead, 1961, p. 423).

Não é por acaso que floresceu nos Estados Unidos a teoria funcionalista, que enfatiza o consenso como forma de manter a estabilidade e harmonia sociais. Os estudos de assimilação e aculturação tão ligados à tradição sociológica norte-americana, bem refletem o significado desses processos na consolidação do Estado nacional.

É importante salientar que o ideal de desenvolvimento social através da coesão foi sendo substituído por um modelo liberal de sociedade, de caráter mais economicista e técnico. O divisor de águas que marca dramaticamente essa mudança de rumo no campo da Sociologia da Educação foi o lançamento, em 1957, do primeiro foguete espacial, o *Sputnik*. Em pleno período da Guerra Fria, essa demonstração de supremacia soviética, serviu para justificar as reivindicações de lideranças, principalmente da área militar, para uma ênfase técnica na educação.

O treinamento, em vez do desenvolvimento do indivíduo, passou a ser o novo objetivo educacional. As escolas foram levadas a mudar o conteúdo curricular, as práticas pedagógicas e até o processo de avaliação, já que o novo ideal enfatizava mais a seletividade que a igualdade. Ao sistema de ensino, principalmente nos níveis mais altos de escolaridade, competia criar o tipo de elite, educada cientificamente, necessária à sobrevi-

vência nacional em termos de competição industrial e militar.

Tudo indica que a escola já havia cumprido a sua missão interna de homogeneizar a sociedade americana. Passava agora a cumprir uma missão externa, vale dizer, contribuir para a competição armamentista mediante a qualificação dos recursos humanos que melhor atendessem às necessidades do complexo industrial militar.

Essa reorientação do sistema educacional ganha uma fundamentação teórica mais elaborada com a teoria do capital humano desenvolvida por Theodore Schultz (1961). Para este autor, a recuperação econômica dos países que sofreram grande destruição durante a Segunda Guerra Mundial se deveu, em grande parte, a seus recursos em termos de pessoal qualificado.

A tese de que o progresso econômico dos países desenvolvidos era fruto do montante e das qualidades dos seus recursos humanos foi logo aceita e encampada por organismos internacionais. Nessa perspectiva, as nações do Terceiro Mundo eram pobres não em consequência da estrutura das relações econômicas mundiais, mas por causa de características internas, principalmente pelas suas carências em termos de capital humano. “A atenção era, dessa forma, desviada das variáveis estruturais para os indivíduos” (Karabel & Halsey, 1977, p. 15). Assim, muitos países do Terceiro Mundo, grande parte dos quais com financiamentos externos, procuraram expandir seus sistemas de educação, tendo como modelo os dos países desenvolvidos.

A aplicação da teoria na prática não surtiu o efeito almejado. O livro de Philip Foster, *Education in Ghana* (1965), cujo título, se traduzido para o português, teria um significado mais sugestivo que o original em inglês, mostra bem a falácia da teoria do capital humano. Essa teoria tem um forte apelo ideológico pró-capitalista na medida em que enfatiza que “o trabalhador é um possuidor de capital (incorporado nas suas habilidades e conhecimentos) e que ele tem capacidade de investir (em si mesmo). Assim,

em uma só cajadada conceitual, o **asalariado**, que não possui propriedade e não controla o processo nem o produto do seu trabalho, é transformado em **capitalista**.” (Karabel & Halsey, 1977, p. 13).

A disseminação da idéia de que não apenas “*time is money*”, mas que diploma é capital, faz com que a população supervalorize a importância econômica da escolaridade. Assim, o sistema educacional norte-americano expande-se, principalmente nos níveis secundário e superior. Os Estados Unidos é, atualmente, o país que possui a maior cobertura universitária do mundo em termos de percentuais de alunos matriculados no terceiro grau em relação à faixa etária correspondente.

Com a expansão das matrículas, acentua-se a segmentação do sistema universitário com os *Community Colleges*, de um lado, e as tradicionais universidades, de outro; criam-se, também, novos mecanismos de seletividade internos ao sistema educacional. Numa postura favorável à seletividade interna ao sistema, Clark afirma: “[A] democracia incentiva as aspirações e a expansão de matrículas permite ao estudante alimentar esperanças [...] A faculdade oferece a oportunidade para tentar, mas a habilidade do próprio estudante e os registros cumulativos do seu desempenho finalmente fornecem argumentos para que ele seja triado.” De acordo com o referido autor, se a seletividade não se dá na entrada do sistema escolar ela deve ocorrer dentro do mesmo ou seja, “entre as portas de entrada e saída, nas salas de aula, nos gabinetes de aconselhamento.” (Clark, 1962, pp. 79-80). Ele denomina esse processo como sendo de *cooling out*, ou seja, de esfriamento das expectativas dos estudantes, que ocorre de maneira mais explícita no nível universitário.³

Apesar da crença generalizada na igualdade de oportunidades, e mesmo de políticas educacionais compensatórias, a esperança liberal-progressista de uma competição justa e acima dos preconceitos jamais se concretizou na sociedade norte-americana. A escola parece ter sido mais eficaz em diminuir as dis-

tâncias culturais de origem familiar do que em eliminar as desigualdades sociais herdadas, tanto em termos de *capital cultural*, como de distribuição de renda.

Dois estudos importantes constatarem empiricamente as limitações do sistema educacional norte-americano de combater as desigualdades sociais. O Relatório Coleman (Coleman *et alli*, 1966), realizado para atender a uma solicitação do Congresso e da Presidência da República após a Lei dos Direitos Civis de 1964, comparou as condições materiais de cerca de 4 mil escolas representativas do país. Seus resultados surpreenderam ao mostrar um sistema educacional público relativamente homogêneo quanto aos recursos materiais disponíveis. O enfoque do relatório, mais político que acadêmico, não apresenta dados de pesquisa sobre o que se passava internamente nas escolas. Em estudo posterior, Coleman reelabora o conceito de oportunidades educacionais e distingue a noção relativamente passiva de igualdade de oportunidades de uma mais ativa em termos de igualdade de resultados (Coleman, 1968: 7-22).

O livro *Inequality*, de Jenks, também chama a atenção para o fato de que o sistema escolar, em si, pouco ajudaria para criar uma distribuição de rendas e oportunidades mais igualitárias na sociedade norte-americana (Jenks *et alli*, 1972).

O fracasso das políticas educacionais de orientação liberal incentivou pesquisas que procuraram encontrar em diferenças genéticas, medidas através do QI (quociente intelectual), as razões das desigualdades educacionais e sociais. Compartilhando essa mesma postura de justificar as desigualdades, outros autores apontavam o processo de socialização de diversos grupos sociais como causa das desigualdades, penalizando os pobres pelo seu fraco desempenho acadêmico, uma vez que seus valores não se coadunavam com aqueles esperados pela escola.

Por outro lado, outras pesquisas trazem à tona a questão da discriminação racial nos Estados Unidos, mostrando a fraca relação

entre o nível de escolaridade e o sucesso econômico entre os negros (Weiss, 1970).

Durante toda a década de 60 cresciam as críticas ao paradigma funcionalista, na medida em que este, na sua ênfase economicista, assumia uma versão mais conservadora. No final da década, minorias politicamente organizadas passaram a questionar não apenas o ideal de igualdade de oportunidades educacionais, mas, também, de forma mais abrangente, a própria sociedade da qual esse ideal era parte integrante.

A população negra atacava o modelo da meritocracia, baseado na igualdade de oportunidades individuais, como tendo em caráter falso e racista, que ajudava a manter e legitimar as desigualdades estruturais existentes. O seu discurso mudara: até o início dos anos 60 incentivara, predominantemente, a inclusão dos negros nas instituições vigentes e a não-discriminação, em outras palavras, propagara o discurso liberal da igualdade de oportunidades individuais. Mais tarde, em parte sob a influência da obra de Franz Fanon (1968), a solidariedade grupal e a luta social assumem significado de estratégia para se alcançar uma sociedade mais justa (Wexler, 1976, pp. 7-17).

Também as mulheres, que tradicionalmente eram consideradas como tendo o *status*-reflexo do pai ou do marido, passam a assumir uma atitude mais combativa, criticando a divisão social do trabalho baseada no gênero e a dominação masculina numa sociedade patriarcal. Elas mobilizam-se e organizam os movimentos feministas.⁴

No campo educacional, os universitários, em sua maioria brancos de classe média, que liam Marcuse, frustravam-se com a participação que possuíam num sistema de ensino superior massificado. A organização burocrática das grandes universidades era considerada alienante. Influenciados pelo movimento de maio de 1968 na França, também os universitários norte-americanos organizaram protestos nos seus *campi*. As orientações funcionalistas na Sociologia, cujo expoente máximo era Parsons, e *behaviorista* na Psicologia, que tinha em Skinner o seu

grande líder, bem como a suposta neutralidade das ciências exatas e naturais, pareciam-lhes interessadas apenas no controle e no domínio, tanto da natureza como do comportamento humano.

Simultaneamente, a classe média afluyente rejeitava as recompensas materiais da tecnologia e a eficiência do profissionalismo apolítico. Na sua percepção, o progresso tinha ajudado a desfigurar o meio ambiente, a racionalização burocrática tinha entorpecido os sentimentos (Wexler, 1976, p. 7).

Novos atores surgiam no cenário social e clamavam por mudanças. O movimento dos *hippies* pode ser visto como uma manifestação de desencanto dos valores prevalentes, que enfatizavam a competição, o progresso material e a corrida armamentista — pilares do imperialismo norte-americano. O *slogan* “faça amor não faça guerra” expressa bem o clima de repúdio dos jovens à política externa do período.

Foi, justamente, a guerra do Vietnã que deu margem ao ataque visceral aos valores da sociedade liberal-progressista. Protestos contra a guerra passaram a ser um elo de integração das críticas isoladas contra a desigualdade, racismo, sexismo e alienação. A ligação institucional entre o aparato militar e o universitário favoreceu uma análise mais global e um ataque constante à sociedade americana e seu sistema de ensino.

A partir de uma nova perspectiva crítica, a solução dos problemas educacionais não se encontrava na esfera das oportunidades educacionais, nem mesmo na estrutura organizacional, mas na sociedade como um todo. Os movimentos sociais dos negros, das feministas, dos estudantes, dos homossexuais reivindicavam um maior pluralismo não apenas no campo cultural, mas, também, no comportamental. A ciência, como único padrão válido de conhecimento, passa a ser questionada. Uma pluralidade de formas de apreender o mundo ganha aceitação e prestígio entre os jovens.

Esses questionamentos se refletem na Sociologia da Educação. Com a relativização

do conhecimento científico, os sociólogos passam a questionar o próprio conhecimento escolar. As formas mediante as quais se dá a institucionalização do conhecimento na escola passam, também, a ser objeto de estudo: currículos educacionais são comparados historicamente e seu conteúdo ideológico escrutinado; o currículo oculto desperta o interesse dos estudiosos; categorias de análise sociológica como classe social, raça e gênero ganham terreno nas novas abordagens teóricas.⁵

Esse novo clima expressa um claro desafio à noção de homogeneidade moral. Na área educacional, o ideal do *melting pot*, é substituído pelo da *mixed salad*, ou seja, pela salada mista onde cada ingrediente mantém o seu sabor peculiar; questiona-se a superioridade da cultura WASP (branca, anglo-saxã e protestante); desenvolvem-se programas de educação bilíngüe, onde se respeita a língua materna dos alunos no processo de alfabetização e o inglês é gradualmente ensinado às crianças que não o dominam. As próprias línguas dos antepassados, no caso de minorias étnicas que haviam imigrado há mais tempo e cujo domínio as gerações mais jovens haviam perdido, passam a ser oferecidas nos currículos de certas universidades. Um exemplo disso é o estudo, em cursos superiores, do iídiche, língua falada antigamente pelos judeus.

Respondendo a toda essa efervescência da sociedade norte-americana, duas vertentes teóricas ganham expressão.

De um lado, são realizados estudos que não só abrangem uma visão macroestrutural mas também salientam os condicionantes históricos que moldaram o sistema educacional americano. É o caso da obra de Bowles e Gintis, *Schooling in Capitalist America*, que examina as reformas educacionais e o processo de monopolização da economia nos Estados Unidos. Os autores enfatizam o princípio da correspondência entre as relações sociais que governam as interações pessoais no local de trabalho e no sistema educacional.

Essas semelhanças em termos de relações autoritárias/hierárquicas na sala de aula, estímulo à competição, recompensas individuais através de notas e graus obtidos no sistema educacional, que preparam o aluno para aceitar as características do sistema ocupacional, já tinham sido analisadas por Parsons em um enfoque estritamente funcionalista, Bowles e Gintis, no entanto, ao estudarem as reformas educacionais colocam-nas como intimamente relacionadas às exigências da sociedade capitalista estadunidense, em uma perspectiva crítica com embasamento teórico marxista, tecendo, ao final do livro, considerações sobre estratégias para a mudança social revolucionária com vistas à criação do socialismo democrático (Bowles & Gintis, 1976).

Outro autor importante que faz uma crítica à sociedade capitalista norte-americana é Martin Carnoy, que se detém mais nas relações externas de seu país com os do Terceiro Mundo em seu livro *Educação e Imperialismo* (Carnoy, 1978).

A partir de um enfoque teórico distinto, de análise microsocial, desenvolvem-se as correntes do interacionismo simbólico e da etnometodologia. Nota-se, aí, um resgate do indivíduo por intermédio de pesquisas qualitativas, com grande influência da Fenomenologia, da Psicologia Social e da Antropologia.

Passa a ser objeto de estudo a maneira como ocorre a interação humana, adquirindo maiores significados os aspectos simbólicos das relações sociais. Esses estudos, utilizando, entre outras técnicas, a observação participante e a introspecção empática, dão especial atenção ao conhecimento baseado no senso comum, às interpretações subjetivas, ao inconsciente, à forma como as instituições processam os que a elas estão afetos, às dramatizações das relações sociais, enfim, às atividades cotidianas (Meltzer et alii, 1975, p. 2).

Um exemplo clássico desse aporte teórico aplicado à pesquisa educacional é o livro de Cicourel, que analisa a influência dos orientadores escolares na trajetória educa-

cional dos alunos (Cicourel & Kitsuse, 1963).

Mais recentemente, trabalhos como os de Giroux têm criticado os aspectos funcionalistas das teorias neomarxistas e reprodutivistas presentes na Sociologia da Educação, introduzindo o conceito de contradição na análise da realidade escolar (Giroux, 1986). Ao desenvolver a teoria da resistência, que vê na escola um campo de luta, Giroux mostra-se bastante aberto a influências de fora, como de autores da Escola de Frankfurt e mesmo do Terceiro Mundo, como é o caso de Paulo Freire.

O interesse acadêmico nos Estados Unidos pelos trabalhos do autor de *Pedagogia do Oprimido* pode ser percebido como refletindo, em parte, o processo pelo qual a sociedade norte-americana está trocando de identidade. Com base no último Censo, um quarto da população define-se como hispânica ou não-branca. Persistindo as atuais tendências de imigração e as taxas de natalidade, no Censo de 2020 os residentes que fazem parte dessas categorias terão mais que dobrado o seu número, enquanto o crescimento da população branca permanecerá praticamente estacionado (*Time*, 1990, p. 2).

Como a cultura branca sempre foi a dominante, as formas de resistência aos valores WASP já se tornam bem mais visíveis e ameaçadoras aos grupos que detêm o poder. É importante ressaltar que a reconstrução dessa nova identidade passa, necessariamente, pelos bancos escolares.

A Sociologia da Educação na Inglaterra

Na Inglaterra, até a metade deste século, a Sociologia da Educação não existia como uma disciplina independente e regularmente oferecida nos departamentos de Educação ou cursos de Sociologia. O primeiro mestrado nessa área foi estabelecido no ano de 1964 (Bernstein, 1977, p. 161).

Os estudos sobre o sistema de educação na Inglaterra desenvolvem-se, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial e de uma forma indireta. Do ponto de vista acadêmico, a *London School of Economics and*

Political Sciences, sob a liderança de David Glass, realizou várias pesquisas — de orientação funcionalista e com forte influência demográfica — nas áreas de estratificação e mobilidade social. A educação entrava como uma variável importante a ser analisada.

Foram realizados, também, muitos levantamentos encomendados pelo governo, que faziam uma radiografia do sistema, apontando os determinantes sociais e culturais da escolaridade. Muito práticos, os ingleses estavam interessados em evitar o desperdício de talentos. Assim, “a desigualdade de oportunidades educacionais era criticada não simplesmente por ser injusta, mas, também, por ser ineficiente” (Karabel & Halsey, 1977, p. 10).

Os vários estudos que procuravam juntar “habilidades com oportunidades” se detinham na análise dos determinantes sócio-econômicos e demográficos da escolaridade. Esses levantamentos calculavam as chances das crianças de diferentes origens sociais quanto ao acesso a determinados tipos de escola. Conhecidos como **aritmética política** esses estudos serviam de subsídio ao planejamento educacional. Uma das políticas resultantes foi a de educação compensatória e discriminação positiva.

Durante a década de 60, a privação educacional em termos de classe social foi um dos principais focos de discussão. Já na década seguinte, a atenção voltou-se mais para a mensuração das desigualdades regionais.

Para Halsey, sociólogo inglês, as políticas de discriminação positiva deveriam procurar diminuir as desvantagens dos alunos provenientes de meios sócio-culturais empobrecidos. Assim, “tanto o homem como a mulher, o negro como o branco, o operário, o funcionário e o empresário, o habitante do campo e o da cidade etc. deveriam, em termos médios, apresentar o mesmo nível de escolarização, caso contrário teria havido injustiça.” (Halsey, 1972).

O fracasso das políticas de educação compensatória, as críticas ao sistema tripartite de escolarização secundária, bem como a

presença no governo do Partido Trabalhista, na década de 60, foram fatores que incentivaram a reorientação do sistema de ensino secundário e a conseqüente disseminação do tipo de escola *Comprehensive*, mais semelhante ao modelo norte-americano.

A partir do final da década de 60 e início da de 70 a Sociologia da Educação inglesa passa a ter um grande impulso, ganhando terreno, principalmente, na recém-criada *Open University*.⁶ Paralelamente a uma expansão quantitativa da disciplina, observa-se uma modificação qualitativa da mesma em termos de reorientação conceitual. São marcos importantes desse redirecionamento o Congresso de Sociologia da Educação, realizado em Durham, em 1970, bem como o livro editado por Michael Young (1971), onde são apresentadas novas direções para a Sociologia da Educação. A liderança dos estudos acadêmicos passa para o Departamento de Sociologia da Educação, do Instituto de Educação, da Universidade de Londres, chefiado por Basil Bernstein. Nesse período ocorre a institucionalização da disciplina, cujo desenvolvimento procura atender à demanda dos professores em treinamento e em processo de reciclagem (Barton & Walker, 1978).

A Nova Sociologia da Educação (NSE), como passou a ser conhecida, enfatiza a análise dos processos pedagógicos e critica a orientação funcionalista dos estudos que se limitavam a mapear o acesso de diferentes grupos sociais a determinados tipos de escolas. Ela foi, como bem reconheceram seus mentores intelectuais, “uma tentativa consciente de tornar a análise sociológica da educação mais diretamente relevante para o dia-a-dia de professores e alunos que a orientação tradicional havia sido.” (Young & Whitty, 1977). É interessante mencionar que grande parte dos pesquisadores que fizeram contribuições para a NSE tinham tido experiência anterior como professores de escolas secundárias.

A reorientação metodológica desse novo enfoque se baseia, principalmente, na fenomenologia social de Schutz (1962) e nas

idéias de Berger e Luckman (1967), autores que enfatizam a subjetividade na construção da realidade social. O homem é visto como ator e não como produto de determinações macroestruturais. É importante, também, nesse movimento, a influência do interacionismo simbólico, desenvolvido pelos autores americanos Cicourel e Garfinkel, várias vezes citados nos estudos que fazem parte do livro *Knowledge and Control*.

Na medida em que, para os interacionistas, a vida social é o produto de uma negociação constante entre atores portadores de diferentes interpretações da situação, a ênfase no subjetivismo e no relativismo passa a ser o ponto considerado mais vulnerável na Nova Sociologia da Educação. Para seus críticos, há um certo exagero entre os “teóricos da rotulação” pelo fato de estes tenderem a não aceitar o conteúdo real de muitos julgamentos escolares. O que no início era considerado positivo, ou seja, a valorização da subjetividade, ao assumir um peso predominante acabava por esvaziar o seu significado.

Se, por um lado, é importante reconhecer a força dos “rótulos”, ou seja, julgamentos pré-concebidos no desempenho dos alunos nas escolas, em termos da profecia que se cumpre, por outro, não se pode tomar todo e qualquer julgamento como algo tendencioso e nocivo.

O relativismo cultural parece ter conduzido a uma desorientação pedagógica: “Por que ensinar tal coisa e não outra?” “Por que ensinar alguma coisa e não nada?” (Forquin, 1983, p. 69).

Pode-se afirmar que a Nova Sociologia da Educação apresentou uma contribuição original ao estudo do fenômeno educacional, aprofundando as análises na área cultural. Ela, no entanto, “superestimou o poder de subversão pedagógica.” A ênfase nos estudos microssociais, tendo como objeto de análise a relação pedagógica, sem o contrapeso dos fatores macroestruturais, fez com que muitas das pesquisas “apresentassem a educação como sendo levada a efeito num vácuo social” (Young & Whitty, 1977).

A orientação teórica da NSE pode ser vista como complementar à anterior, na medida em que se prendem ao que se passa no interior do sistema educacional. Assim, do levantamento sobre o acesso a tipos diferentes de escolas, passou-se ao estudo do processo escolar. As relações estruturais entre sociedade e educação, no entanto, escapavam de grande parte das análises que privilegiavam a relação pedagógica.

A crítica mais contundente à NSE foi justamente a sua visão a-histórica da realidade educacional. A reorientação dos novos estudos se fez mediante o resgate dos determinantes macroestruturais à luz do marxismo.

Assim, a partir das críticas que lhes foram dirigidas, os sociólogos da educação ingleses que se identificavam com o enfoque da NSE passaram a assumir que a estratégia mais realística para alcançar uma mudança educacional radical envolveria “ligar a ‘política da sala de aula’ com a ‘política da luta de classes’.” (Young & Whitty, 1977, p. 269).

Uma interessante pesquisa, que relaciona a realidade microsossial com os fatores históricos que a condicionam, é o estudo etnográfico realizado numa *Modern Secondary School*, por Willis, que analisa a cultura antiescolar de um grupo de 12 estudantes brancos de origem social trabalhadora levando em conta, numa abordagem dialética, os fatores macroestruturais (Willis, 1991).⁷

Bernstein, sociólogo inglês com uma contribuição teórica das mais amplas e originais para a área da Sociologia da Educação, embora crítico da sociedade capitalista e usando a categoria de classe social nas suas pesquisas sobre códigos lingüísticos, é bem mais influenciado pelos sociólogos franceses, principalmente Durkheim e Bourdieu, do que por Marx. Ele desenvolve o conceito de código como sendo “um princípio regulador, tacitamente adquirido, que integra significados relevantes, a forma de sua efetivação e seus contextos evocativos.” (Bernstein, 1977, p. 180). Um código de conhecimento educacional varia de acordo com os princípios sociais que regulam a **classificação** e o **enqua-**

dramento do conhecimento que é tornado público nas instituições educacionais.

Para o referido autor, a classificação diz respeito à relação entre os conteúdos escolares, isto é, quanto mais forte a classificação, tanto mais delimitada a fronteira que separa os conteúdos entre si. O enquadramento refere-se aos limites do que pode e do que não pode ser transmitido na relação pedagógica. Dessa forma, “a distribuição de poder é inerente à classificação; o princípio de controle é inerente ao enquadramento.” (Bernstein, 1977, p. 181).

Os diferentes tipos de classificação e enquadramento do conhecimento educacional dão origem ao **código coleção** e ao **código integrado**. Bernstein detém-se mais na caracterização do código coleção, onde o conhecimento é visto como propriedade privada e passível de ser monopolizado e o currículo tende a ser rígido e hierárquico. As várias classes de conhecimento são bem separadas entre si; os processos de seleção e diferenciação dos alunos estão presentes desde o início do sistema educacional; a pedagogia atua a partir da estrutura superficial do conhecimento para a estrutura mais profunda. O conceito básico do código é a disciplina — trabalhar dentro de um esquema recebido e aprender o que pode ser questionado e quando. O código presta-se, assim, como instrumento para manter o *status quo*.

As preocupações de Bernstein, embora altamente teóricas, refletem bem o sistema educacional inglês. A forte demarcação das fronteiras quanto ao conteúdo do conhecimento educacional está presente não apenas na seleção que se faz dos estudantes para entrarem no sistema tripartite de escolarização média, mas, também, através dos exames gerais que são prestados no final do segundo grau. Nestes os alunos se submetem a provas de disciplinas a sua livre escolha — exames que podem ter níveis diferentes de exigência e oferecem certificados: *A level* (de nível mais avançado) e *O level* (de nível ordinário, ou seja, menos avançado). Os resultados obtidos nesses testes passam a ser credenciais que os aspirantes a uma vaga

na universidade ou a uma ocupação no mercado de trabalho apresentam.

Talvez seja por essa razão que Berstein afirme que o código integrado exista principalmente no plano da teoria. O código integrado refere-se a qualquer organização do conhecimento educacional que envolva uma tentativa de reduzir a força da classificação favorecendo a "subordinação de disciplinas ou cursos previamente isolados a uma idéia relacional, que rompe a barreira entre as disciplinas" (Bernstein, 1977, p. 43).

Com esse artigo pretendi comparar o desenvolvimento da Sociologia da Educação em dois países com sistemas educacionais, características e histórias diversas. De um lado, os Estados Unidos com sua sociedade pluricultural, seu ideário de igualdade e liberdade individual, o que confunde em parte as barreiras de classe social; um país mais voltado à construção do futuro, com um amplo sistema de escolas públicas pouco diferenciado em termos estruturais.

De outro, a Inglaterra, país mais voltado para o passado, com forte *ethos* elitista, que mostra com maior nitidez sua estrutura de classes reforçada pelo seu sistema de ensino, que pode ser visto como refletindo um

medo de "contaminação" pelos valores inferiores dos colonizados e da classe trabalhadora. Daí a necessidade de cooptar os alunos talentosos das classes dominadas, oferecendo-lhes bolsas de estudos em internatos de elite no século passado, e a presença das *Grammar Schools* gratuitas e altamente seletivas como parte do sistema público após a Segunda Guerra Mundial.

A indiferenciação da escola secundária norte-americana mostra uma crença na educação como uma verdadeira cruzada, onde todos os alunos, não importando o sexo, raça, religião ou origem social, deveriam ser "convertidos" ao credo liberal.

Procuramos mostrar como o desenvolvimento da Sociologia da Educação em diferentes países, embora tenha muito em comum, na medida em que se fundamenta em teorias sociológicas para explicar o fenômeno educacional, tem, também, significativas peculiaridades de caráter histórico. Isso faz com que cada país apresente questões, bem como formas de resolvê-las, que lhes são específicas, o que impregna de conteúdo as teorias mais gerais.

*Recebido para publicação
em junho de 1992*

Notas

1. As raízes históricas das *Grammar Schools* são, de fato, profundas. Já no século XII havia uma lei que obrigava cada catedral a manter um mestre escola e a função destas, assim chamadas, *Grammar Schools* era a de produzir um suprimento de funcionários que soubessem latim para ajudar nas celebrações religiosas; mais tarde essas escolas passaram a preparar estudantes para as universidades. A implantação das escolas do tipo *Comprehensive* era tida como uma idéia partidária por representar uma bandeira do Partido Trabalhista. Esse partido ganhou as eleições na década de 60 prometendo "por um fim no processo de seleção aos 11 anos e eliminar o separatismo na educação secundária". Em 1965, o Departamento de Educação e Ciência enviou a Circular 10/65 às autoridades educacionais locais com alternativas para reorganizar o sistema secundário através das *Comprehensive Schools*. O governo conservador eleito em 1970 revogou a referida circular. Em 1971 havia cerca de 1300 *Comprehensive Schools* na Inglaterra e País de Gales, com 35% das matrículas dos estudantes secundaristas. Muitas dessas escolas competiam com as *Grammar Schools* numa mesma localidade e passavam a ser consideradas como escolas de segunda categoria.
2. Uma das formas de manter a barreira entre as classes sociais na Inglaterra é o cultivo de diferentes formas de falar, que denotam a origem social. Em contraste com o sotaque da classe trabalhadora existe, na Inglaterra, a expressão *Oxbridge accent* para se referir à en-

- tonação distintiva daqueles que freqüentaram as duas mais tradicionais universidades inglesas, Oxford e Cambridge.
3. Sobre o processo de esfriamento das expectativas, ver Clark (1960, pp. 569-76).
 4. A literatura feminista ganha grande impulso nessa época, principalmente a partir do livro de Betty Friedman, *The Feminine Mystique*, de 1963, e que foi traduzido para o português, com o mesmo título *Mística Feminina* e publicado pela Vozes, em 1971, com uma nota na capa "O livro que inspirou a revolta das mulheres americanas".
 5. A obra de Apple é significativa nesse sentido. Ver, em português, Apple (1982) e Apple & Weis (1986, pp. 19-33).
 6. A *Open University* (Universidade Aberta) oferecia cursos de nível superior pela televisão educativa governamental.
 7. É interessante registrar que a escola estudada, uma *Modern School* só para meninos, passou a ser mista e do tipo *Comprehensive*.

Bibliografia

- Apple, Michael.
1982. *Ideologia e Currículo*. São Paulo, Brasiliense.
- Apple, Michael & Weis, Lois.
1986 "Vendo a Educação de Forma Racional: Classe e Cultura na Sociologia do Conhecimento Escolar". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 11, n.º 1.
- Barton, Len & Walker, Steve.
1978 "Sociology of Education at the Crossroads". *Educational Review*, vol. 30, n.º 3.
- Berger, Peter L. & Luckman, T.
1967 *The Social Construction of Reality*. Harmondsworth, Allen Lane, The Penguin Press.
- Bernstein, Basil.
1977 *Class, Codes and Control: Towards a Theory of Educational Transmission* (2.ª edição). London, Routledge & Kegan Paul, vol. 3.
- Bowles, Samuel and Gintis, Herbert.
1976 *Schooling in Capitalist America: Educational Reform and the Contradictions of Economic Life*. London, Kegan Paul.
- Brogman, Dennes.
1943 *The English People*. New York, Alfred Knopf, *apud* Turner, Ralph, "Modes of Social Ascent through Education: Sponsored and Contest Mobility", in Halsey, A. H. et alii (ed.), *Education Economy and Society: A Reader in the Sociology of Education*, New York, The Free Press, 1961.
- Carnoy, Martin.
1978 *La Educación como Imperialismo Cultural*. México, Siglo Veintiuno (1.ª edição em inglês 1974).
- Cicourel, A. V. & Kitsuse, J. I.
1963 *The Educational Decision Makers*. Indianapolis, The Bobbs-Merril Company, Inc.
- Clark, Burton R.
1960 "The Cooling out Function in Higher Education". *American Journal of Sociology*, n.º 65.

- 1962 *Educating the Expert Society*. San Francisco, Chandler, *apud* Karabel, J. & Halsey, A. H. (eds.), *Power and Ideology in Education*, New York, Oxford University Press, 1977.
- Coleman, James S.
1968 "The Concept of Equality of Educational Opportunity". *Harvard Educational Review*, n.º 38, *apud* Karabel, J. & Halsey, A. H. s.), *Power and Ideology in Education*, New York, Oxford University Press, 1977.
- *et alli*.
1966 *Equality of Educational Opportunity*. Washington, DC, U.S. Government Printing Office.
- Fanon, Franz.
1968 *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Forquin, Jean Claude.
1983 "La Nouvelle Sociologie de L'Éducation en Grande Bretagne: Orientations, Apports Theoriques, Evolution (1970-1980)". *Revue Française de Pedagogie*, n.º 63.
- Foster, Philip.
1965 *Education in Ghana*. London, Allen & Unwin. Friedman, Betty.
1963 *The Feminine Mystique [Mística Feminina]*. Petrópolis, Vozes, 1971]
- Giroux, Henry.
1986 *Teoria Crítica e Resistência em Educação*. Petrópolis, Vozes.
- Halsey, A. H. (ed.).
1972 *Educational Priority*. vol. 1, *apud* Flude, Michael and Ahier, J., *Educability, Schools and Ideology*, London, Croom Helm Ltd., 1974, p. 27.
- Hogan, David.
1982 "Education and Class Formation: The Peculiarities of the Americas", *in* Apple, Michael W., *Cultural and Economic Reproduction in Education: Essays on Class, Ideology and the State*, London, Routledge & Kegan Paul.
- Jenks, Christopher *et alli*.
1972 *Inequality: A Reassessment of the Effect of Family and Schooling in America*. New York, Basic Books.
- Jones, Gareth S.
1974 "Notes on the Remaining of a Working Class". *Journal of Social History*, Summer, *apud* Hogan, David, "Education and Class Formation: The Peculiarities of the Americas", *in* Apple, Michael W., *Cultural and Economic Reproduction in Education: Essays on Class, Ideology and the State*, London, Routledge & Kegan Paul, 1982, p. 75.
- Karabel, J. & Halsey, A. H. (eds.).
1977 *Power and Ideology in Education*. New York, Oxford University Press, Introdução.
- Lawson, John & Silver, Harold.
1978 *A Social History of Education in England*. London, Methuen.
- Mead, Margaret.
1961 "The School in the American Culture", *in* Halsey, A. H. *et alli* (ed.), *Education, Economy and Society: A Reader in the Sociology of Education*, New York, The Free Press.
- Meltzer, Bernard N., *et alli*.
1975 *Symbolic Interacionism: Genesis, Varieties and Criticism*. London, Henley and Boston Routledge & Kegan Paul.

- Parsons, Talcott.
 1961 "The School Class as a Social System: Some of its Functions in American Society",
 in Halsey, A. H. et alii (ed.), *Education, Economy and Society: A Reader in the Sociology of Education*, New York, The Free Press.
- Schultz, Theodore W.
 1961 "Investment in Human Capital". *American Economic Review*, n.º 51.
- Shutz, Alfred.
 1962 *Collected Papers: The Problem of Social Reality*. The Hague, Martinus Nijhoff.
- Time*.
 1990 "Beyond the Melting Pot". *Time*, abril.
- Weiss, R.
 1970 "The Effects of Education in the Earnings of the Blacks and Whites". *Review of the Economics and Statistics*, n.º 55, apud Bowles, Samuel and Gintis, Herbert, *Schooling in Capitalist America: Educational Reform and the Contradictions of Economic Life*, London, Kegan Paul, 1976.
- Wexler, Philip.
 1976 *The Sociology of Education: Beyond Equality*. Indianapolis, The Bobbs-Merrill Company, Inc.
- Willis, Paul.
 1991 *Aprendendo a ser Trabalhador: Escola, Resistência e Reprodução Social*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Young, Michael (ed).
 1971 *Knowledge and Control: New Directions for the Sociology of Education*. Londres, Collier — Macmillan Publishers.
- Young, Michael & Whitty, Geoff (eds.).
 1977 *Society, State and Schooling*. Guildford, The Falmer Press.

O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica*

Wilma Mangabeira

A década de 80 representa um momento decisivo na expansão do uso de computadores nas ciências sociais. Com a introdução dos micros IBM-PC e seus similares, relativamente baratos e de ambiente "amigável", os cientistas sociais puderam estender o uso de computadores além da análise estatística, adotando-os também no gerenciamento de textos, no registro do trabalho de campo, no acesso a redes de dados, na comunicação através de correio eletrônico e na preparação de aulas.(1)

Essa expansão vem sendo agora acompanhada pelo surgimento de programas e sistemas destinados a processar *dados qualitativos*. O final da década passada marcou o término de uma era em que os programas de computação eram território exclusivo da pesquisa quantitativa e os computadores lidavam apenas com dados numéricos. Não é fácil formular uma definição de "dados qualitativos", na medida em que existem conceitos alternativos que variam segundo a abordagem sociológica adotada (Halpenny 1979).

Neste artigo emprego uma definição principalmente metodológica: dados qualitativos são dados não-numéricos, não-estruturados e de tamanho variável.

Esses dados podem ser obtidos por uma grande variedade de métodos de pesquisa, in-

cluindo-se, por exemplo, entrevistas não-estruturadas ou semi-estruturadas, observação participante e o registro de histórias de vida.

O artigo aborda duas questões relativas à nova tendência delineada acima. Em primeiro lugar, ilustro as novas possibilidades abertas por esse novo desenvolvimento, através de um relato pessoal do emprego que fiz do programa *The Ethnograph*, em minha própria pesquisa de doutoramento. Em segundo lugar, analiso as possíveis implicações dessa nova tendência, tanto para os paradigmas sociológicos, quanto para a prática cotidiana de pesquisa.(2)

Argumentarei que o uso de programas de computação para a análise de dados qualitativos representa uma importante abertura para a pesquisa sociológica, pois não só aumenta a velocidade da análise, como oferece condições para o pesquisador "brincar com seus dados" e explorar diferentes interpretações acerca do seu material. Além disso, esses programas permitem o aperfeiçoamento do exercício comparativo, em virtude de seu sistema de classificação e recuperação de dados. Por outro lado, argumento também que, se a nova tendência não for suficientemente discutida pela comunidade acadêmica, ela poderá dar margem, no futuro, a alguns resultados indesejáveis.

* Esse artigo foi traduzido por Vera Pereira. A revisão técnica foi realizada pela autora.

O artigo divide-se em três seções. Na primeira, apresento um histórico da penetração do uso de computadores nas ciências sociais e faço alguns comentários sobre o que considero ser a fase mais recente desse processo, ou seja, a emergência de programas destinados à análise qualitativa.

Na segunda seção exemplifico as possibilidades de um programa específico denominado *The Ethnograph*, através de minha pesquisa de doutoramento, que se baseou em trabalho de campo entre metalúrgicos de Volta Redonda. Minha intenção é demonstrar as vantagens do uso de programas de computador para análise qualitativa em comparação com o procedimento manual tradicional. Na conclusão, ofereço uma avaliação das implicações positivas e negativas dessa inovação para a pesquisa sociológica.

1. O Uso de Computadores nas Ciências Sociais: Breve Histórico

O início do emprego de computadores nas ciências sociais pode ser localizado no final dos anos 50, quando começaram a ser desenvolvidas metodologias para as ciências sociais, com o apoio da informática. Os computadores eram principalmente usados para fins estatísticos, embora também houvesse outros usos. Predominavam, então, os equipamentos de grande porte. (3) Embora se encontrem algumas referências na literatura sobre a utilização desses equipamentos nas ciências humanas — especialmente na arqueologia e nos estudos lingüísticos —, o seu custo elevado de operação e seu ambiente não-amigável, desestimulavam os pesquisadores, que eram em grande parte “não-alfabetizados em informática”.(4)

Durante os anos 70, a redução de custos tornou os *mainframes* mais acessíveis a centros universitários, o que criou uma demanda de programas mais específicos para as ciências sociais. Um exemplo pioneiro, foi o advento do *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), hoje de uso generalizado na análise quantitativa, inclusive no Brasil. A criação de programas de banco de dados também expandiu a utilidade do computador como instrumento para as ciências so-

ciais. Apesar desses avanços, a comunidade de usuários na área de humanas permaneceu bastante reduzida até o final da década de 70.

No início dos anos 80, com a revolução da microeletrônica, a redução do tamanho dos computadores e a significativa queda nos preços tornaram o micro um bem de consumo cada vez mais acessível. A indústria de equipamentos, estimulada pela nova demanda, passou a investir em novos desenvolvimentos para os microcomputadores.(5) O resultante surgimento de programas baratos e de *uso genérico* aproximou os cientistas sociais do computador. Gerenciadores de arquivos, editores de texto, bancos de dados, organizadores de bibliografias e toda uma série de aplicativos de comunicação por computador, permitiram aos cientistas sociais o uso mais intensivo dos computadores, independentemente de sua orientação metodológica.(6)

Até esse momento, os pesquisadores interessados em dados qualitativos que haviam resistido — com toda razão, a meu ver — à “numerificação” de seus dados, eram marginalizados do acesso ao computador. Pode-se dizer que, até pouco tempo, o tipo de pesquisador “incompatível com computadores” ou “resistente ao computador” se localizava principalmente entre aqueles de orientação qualitativa, o que só reforçava os estereótipos de comportamento e uma rígida separação entre “pesquisadores quantitativistas” e “pesquisadores qualitativistas”. O aparecimento de micros acessíveis e a disponibilidade de uma grande variedade de pacotes de processadores de textos começaram a quebrar essa divisão; muitos qualitativistas tornaram-se “alfabetizados em computador”.

Quanto à análise de dados, contudo, os softwares disponíveis só aceitavam material numericamente codificado e altamente estruturado. Há descrições criativas de adaptações de *gerenciadores genéricos* de bancos de dados para a análise de dados qualitativos, em que se faz a “codificação” e a “busca” de dados textuais e não-estruturados.(7) Entretanto, os gerenciadores de banco de dados

podem ser considerados como um degrau inferior se comparados aos programas *especialmente desenhados* para análise qualitativa, do qual o *Ethnograph* é um exemplo.

A adaptação dos gerenciadores de banco de dados gerais para a análise qualitativa sofre de duas limitações. Primeiro, esses gerenciadores impõem ao pesquisador um gasto inicial de tempo a fim de “formatar” o programa para poder classificar os dados segundo a lógica desejada. Segundo, gerenciadores de banco de dados geralmente limitam o processo de codificação e indexação a palavras, em oposição a segmentos de texto maiores. Eles também não permitem a criação de códigos superpostos ou a marcação de segmentos de texto com fronteiras de códigos em comum.

Em comparação, quando se usa programas *especialmente elaborados* para análise qualitativa, o pesquisador só tem de inserir os dados no programa antes de rodá-lo. Esses programas, além de permitirem a codificação de segmentos maiores de texto, também localizam o contexto dos códigos, respeitando-se, assim, um elemento importante para a interpretação sociológica. Em resumo, uma importante vantagem dos programas *especialmente desenhados* para dados qualitativos, em relação aos gerenciadores de bancos de dados *genéricos*, é que os primeiros permitem dar um tratamento mais adequado à forma e ao conteúdo dos dados textuais.

Os programas *especialmente desenhados* para dados não-numéricos podem ser divididos em duas categorias. A primeira inclui os softwares especificamente criados para codificação e “busca” de códigos de dados qualitativos. Segundo Tesch, em 1990 existiam pelo menos cinco programas desse tipo no mercado.(8) Embora haja variação em alguns aspectos especiais desses programas, todos substituem a atividade manual básica da análise de dados qualitativos: *cortar e colar segmentos de texto*. Outra característica que reúne os cinco programas é a de terem sido formulados por pesquisadores de

orientação qualitativa, com habilidades diferentes no manejo do computador.

A segunda categoria de programa pertence ao ramo chamado de “expert-system” da inteligência artificial (IA). Esses sistemas são capazes de interpretar ou atribuir significados a um texto, ou fazer simulações ou previsões, de acordo com regras previamente especificadas (Hinze, 1987, Sproull, 1982). Em oposição, tanto aos programas de *uso genérico* encontrados no mercado, que têm um multiplicidade de usos dentro e fora do campo das ciências sociais, quanto aos “programas de análise qualitativa” acima citados, os “expert-systems” são elaborados por especialistas em informática em geral, para um projeto institucional com objetivos claramente definidos.(9)

Não irei me deter, no espaço deste artigo, sobre os diferentes tipos de programa, mas pretendo discutir sobre a utilização de um software particular, para a análise qualitativa, como apresento a seguir.

2. O Programa *The Ethnograph* e seu Emprego numa Tese de Doutorado

O *Ethnograph* (10) é um programa de computador que pertence ao primeiro grupo de programas mencionado acima. Foi criado por Seidel, Kjolseth e Seymour, todos três pesquisadores de orientação qualitativa. O programa substitui a tradicional atividade de “tesoura e cola” no momento da pesquisa em que as entrevistas ou observações de campo, por exemplo, já foram transcritas e a análise vai começar. No método tradicional, a análise se inicia pela classificação e codificação dos dados, fazendo-se diversas cópias do material e literalmente “cortando e colando” textos segundo categorias que vão surgindo ao pesquisador.

O procedimento básico para iniciar o trabalho com o *Ethnograph* é importar para o programa — através de um editor de texto — os dados qualitativos já devidamente transcritos. Cada arquivo de texto é importado para o *Ethnograph* através de um procedimento de conversão. O novo arquivo, convertido, chamado de *Ethno File*, é uma cópia

do arquivo de texto original, só que num formato aceito pelo programa.

No processo de conversão, pode-se renomear o arquivo original como recursos de proteção do anonimato dos informantes. Através do comando “numerar arquivos” (*number a file*), o programa enumera todas as linhas do arquivo, uma por uma, da primeira à última linha do texto (é permitido um arquivo com até 9999 linhas, apesar de não ser recomendável trabalhar com um arquivo tão grande).

O *Ethnograph*, então, imprime os arquivos, isto é, faz uma cópia impressa do arquivo com os dados, com as linhas numeradas uma a uma, deixando um espaço de três polegadas na margem direita para a colocação de códigos pelo pesquisador.

O programa não permite a entrada de comentários dentro do corpo original dos arquivos, uma vez que estes tenham sido convertidos em um *Ethno File*. Todas as alterações e notas sobre os dados devem ser feitas ou no arquivo original, antes da conversão para o programa, ou numa folha de papel em separado. Como a elaboração de comentários sobre os dados é, em si, um procedimento importante no processo de análise, a rigidez do programa nesse aspecto é uma limitação do *Ethnograph*.

Estando um arquivo com todas as suas linhas “numeradas” e impressas, pode-se partir para a classificação e codificação dos dados. Este é, sem dúvida, um primeiro passo do processo analítico da sociologia qualitativa. Nesta etapa, o pesquisador é convidado a sair da frente do computador, apanhar as cópias impressas e refletir sobre os dados no “modo tradicional”, isto é, com papal e lápis.

Assim, embora o programa tenha sido criado com o objetivo de eliminar tarefas mecânicas da análise qualitativa, a interação entre “pesquisador” e “dados”, nessa etapa classificatória, é feita por um procedimento manual. Essa é uma característica particular do *Ethnograph* e foi intencionalmente formulada pelos seus inventores. Segundo Seidel, “o pesquisador tem de envolver-se na manipulação dos dados a fim de ficar em

contato com eles”. (Seidel et al.: 1-3) Esse aspecto do programa foi bem recebido por alguns usuários e criticado por outros. Devido ao meu estilo pessoal de trabalho, sentime bastante à vontade com esse procedimento, na medida em que me permitiu uma “leitura” completa e comparativa dos arquivos impressos. Contudo, essa é uma opção muito individual; outros pesquisadores preferem que o processo de codificação se dê no monitor do computador, diretamente sobre o texto.

Uma vez terminado o primeiro processo de classificação e codificação manual, o pesquisador volta ao computador e digita os códigos referentes aos respectivos segmentos de texto. Os números que constam da cópia impressa, possibilitam que segmentos de texto sejam localizados e classificados com um ou vários códigos. Isso porque, como se sabe, na interpretação sociológica, um segmento de texto pode ter um ou vários significados.

A entrada dos códigos no programa se faz pela execução da opção “codificar os dados” (*code a file*), e a digitação dos números das linhas de texto e sua respectiva palavra-código ou palavras-códigos.

O programa é bastante aprimorado para permitir que cada segmento de texto possa conter até 12 diferentes códigos. Os segmentos de texto podem também ser sobrepostos ou embutidos um dentro dos outros até sete vezes.⁽¹¹⁾ O processo de recodificação dos arquivos também é muito simples, o programa permite mudanças nos códigos, bem como o acréscimo de novos códigos.

Durante o processo de entrada dos códigos no programa, o pesquisador fica inteiramente afastado do texto. O monitor funciona como uma “tela limpa”, que é ocupada pelos números das linhas e seu respectivo código ou códigos. Algumas críticas têm sido feitas ao procedimento com base na “tela limpa”, sob o argumento de que isso pode implicar a perda do contexto dos dados. (*Symposium on Qualitative Knowledge and Computing*, julho de 1989) Novamente, acredito que a avaliação depende do estilo pessoal de trabalho do pesquisador. De mi-

nha parte, achei que esse método me permitiu criar a distância necessária em relação ao material original. Além disso, o contexto do código é perdido apenas provisoriamente, pois é retomado quando se faz a “busca dos códigos” (*search for codes*) e se obtém um texto impresso contendo os resultados da busca.

Concordo com a idéia, discutida na literatura especializada, de que o processo de codificação é o momento culminante de dois movimentos que se dão ao mesmo tempo no processo de análise. De um lado, o pesquisador deve ter “amadurecido com os dados”, para citar uma expressão de Seidel, que aponta para a necessidade de uma profunda familiarização do pesquisador com seu material de pesquisa. De outro lado, o pesquisador deve ser capaz de manter um certo distanciamento dos dados originais, para que atinja algum nível de abstração e síntese.

Como sugeriu Sproull (1982:284), no processo de “categorizar” seus registros originais, o pesquisador acaba por descrever padrões recorrentes ou estabelecer sínteses. São essas categorias, suas recorrências e diferenças entre si, que se tornam a fonte da análise e não mais o material original. Os dados originais, na íntegra, são postos de lado para serem retomados na fase de redação, como “ilustrações”.

No *Ethnograph*, o processo de “localização de códigos similares entre arquivos diferentes” começa após a codificação e recodificação de dados, quando o pesquisador se considera minimamente satisfeito com a classificação elaborada. O “coração” do programa é o processo de “busca dos códigos” (*Search for codes*), quando o pesquisador pode passar a experimentar as múltiplas possibilidades de interpretação de dados, na busca de significados, padrões e regularidades. O programa permite a busca das ocorrências de um código isoladamente ou de múltiplos códigos simultaneamente. Pode-se também sofisticar a busca através das opções “e” e “não”.

O processo de “busca” pode ser enriquecido por outro recurso do programa, de-

nominado de “folha-de-rostos”, que oferece possibilidades analíticas muito mais complexas. No entanto, antes de passar a uma descrição detalhada desse processo, gostaria de dar uma idéia da minha própria pesquisa, como exemplo da utilidade do programa.

Principais Questões da Pesquisa de Tese

Minha tese de doutorado se intitula *Union Politics and Workplace Militancy: a case study of Brazilian Steelworkers in the 1980s* (Política Sindical e Militância na Fábrica: Estudo de Caso de Metalúrgicos Brasileiros nos anos 80) (Mangabeira, 1991). A tese analisa as relações entre a militância no interior da fábrica e a política sindical, no período posterior ao surgimento do “novo sindicalismo” no Brasil, na década de 80, e discute os problemas e dilemas enfrentados por esse novo tipo de sindicalismo. São dois os objetivos da tese. Primeiro, ela estuda em profundidade as relações entre a política no chão-de-fábrica e a política sindical numa usina siderúrgica. Segundo, faz uma avaliação do desenvolvimento do “novo sindicalismo” no Brasil, dez anos após seu nascimento. A tese discute se esse novo movimento significou, de fato, uma ruptura com os sindicalismos populista e burocrático, e favoreceu o surgimento de formas mais democráticas de política sindical ou se, com o passar do tempo, esse movimento teria sucumbido à “lei de ferro das oligarquias”.

Uma das metas declaradas do “novo sindicalismo” foi a de estreitar as relações entre os dois níveis de ativismo industrial — o sindicato e o chão-de-fábrica. A tese analisa que medida essa meta foi cumprida e discute a extensão em que a base operária passou a ser representada pelo “novo sindicato”. A discussão central da tese é o debate sobre a democracia sindical e os indicadores adequados para realizar esta avaliação. Meu esquema de análise se apóia em duas perspectivas teóricas: por um lado, o debate acerca da democracia sindical, encontrado na sociologia política e introduzido por Robert Michels (1959) e Roxborough (1984); por outro lado o conceito de Burawoy de *politics of*

production (1987) e as teorias sobre processo de trabalho.

No campo da sociologia política, a tese discute com a literatura sobre o “novo sindicalismo” e procura examinar o desenvolvimento de suas características gerais ao longo dos últimos dez anos. Dado que a literatura definiu esse tipo de sindicalismo como “novo” dentro do movimento trabalhista brasileiro, em virtude de sua militância mais ampla e da maior representatividade de sua liderança, o ponto de partida da tese foi a redefinição da política sindical, de modo a abarcar duas áreas da ação coletiva: o sindicato e o chão-de-fábrica.⁽¹²⁾ A primeira área focaliza as relações formais e institucionalizadas entre os operários manuais, como a base operária, e a liderança sindical. A segunda, analisa a *shop-floor politics*, enfocando, por exemplo, os conflitos cotidianos dos operários diante do processo de produção, das condições de trabalho, das políticas gerenciais e dos modos de mobilização e organização dos operários em torno de objetivos específicos.

Articulando esses dois aspectos da ação coletiva, a tese propõe uma perspectiva complementar, em que a ação política dos operários, no plano micro, fosse analisada junto com os aspectos institucionais do novo sindicalismo.

Dada a ênfase na relação entre liderança e trabalhadores, nos conflitos informais e nas organizações formais, o enfoque qualitativo pareceu mais adequado do que os métodos quantitativos, como, por exemplo, a pesquisa por questionário. Duas razões levaram a essa escolha. A primeira decorre da “natureza sensível” do tópico em questão.⁽¹³⁾ A segunda tem relação com a primeira e refere-se à natureza das respostas que buscava. Acredito que a opção por entrevistas em profundidade permitiu superar dois tipos de problema. Um foi a necessidade de quebrar com o discurso “pronto” de alguns líderes e ativistas politicamente articulados — que dificultava a compreensão de certas questões substantivas, tais como a natureza subjacente das divisões políticas ou os tipos de obje-

vos não-explícitos perseguidos pela liderança. Nesse sentido, as entrevistas em profundidade, orientadas por um roteiro flexível, permitiram-me voltar e, às vezes, insistir no esclarecimento de alguns pontos.

O segundo problema situava-se no outro extremo, nas entrevistas com pessoas pouco articuladas, não-organizadas e às vezes muito reticentes na verbalização de um assunto tão explosivo quanto a sua avaliação do sindicato e dos conflitos vividos ou observados no chão-de-fábrica. No caso desse grupo, entrevistas longas e abertas permitiram criar uma relação de “confiança” entre entrevistados e entrevistadora, bem como a utilização da própria linguagem e expressões dos operários, o que, de certa forma, facilitou a solução do problema de comunicação.

O trabalho de campo foi realizado entre um grupo de metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. O grupo foi escolhido para o estudo de caso por constituir um “caso crítico” de “novo sindicalismo”.⁽¹⁴⁾ Embora a fábrica em questão já estivesse em operação desde 1946, foi apenas depois da vitória da oposição sindical, em 1984, que ocorreu a primeira greve dos trabalhadores manuais. Desde então, houve dez greves na fábrica, com um nível de radicalização crescente. Em quatro ocasiões o Exército interveio para reprimir violentamente as greves e ocupações.

Eu vivi em Volta Redonda entre abril e julho de 1988 e voltei ao trabalho de campo entre janeiro e fevereiro de 1990. Durante esse tempo, realizei 72 entrevistas gravadas; 55 foram obtidas junto a metalúrgicos que, ou trabalhavam na fábrica, ou eram ativistas ou sindicalistas do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Cinco dessas entrevistas foram realizadas duas vezes com os mesmos informantes; as 12 entrevistas restantes foram feitas com gerentes da companhia, líderes da Igreja Católica, mulheres de metalúrgicos engajadas nos movimentos comunitários, um advogado e assessores do sindicato.

Dentre as entrevistas, 55 foram obtidas pela técnica da “bola de neve aleatória”, iniciada através de duas redes diferentes: contatos no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e na diocese da Igreja Católica local, que era ponto de encontro da “pastoral operária”.⁽¹⁵⁾ Essas duas redes iniciais depois se expandiram para outras três, baseadas nos bairros de moradia dos trabalhadores. As entrevistas apoiavam-se num roteiro, abarcando um conjunto de temas relativos à história do operário antes de ele entrar na Companhia Siderúrgica Nacional, o histórico de sua família no trabalho manual e como ele foi admitido na companhia.

Indagava sobre sua educação e treinamento, e solicitava uma descrição das suas tarefas atuais e passadas, a rotina do trabalho, sua percepção do conjunto do processo de produção — “você sabe como é que se faz o aço?” — e os níveis de autonomia e decisão experimentado no seu posto de trabalho. Solicitava também uma avaliação sobre seu trabalho, sobre o significado de trabalhar numa fábrica estatal, sobre as relações com os companheiros e a gerência. Um conjunto importante de perguntas destinava-se a obter informações sobre os conflitos no interior das seções no chão-de-fábrica de que o operário tinha conhecimento, ou dos quais tivesse participado — especialmente a natureza e a dimensão desses conflitos, seus protagonistas e como se encaminharam as soluções.⁽¹⁶⁾

Outro grupo de questões voltava-se para a participação do informante no sindicato e suas opiniões sobre este. Perguntava sobre a história da “sindicalização” e procurava reconstituir esse relato até os dias de hoje. Quando o entrevistado não era sindicalizado, eu tentava descobrir suas razões para isso. A presença cotidiana do sindicato na fábrica e o conteúdo da ação dos ativistas também eram explorados. Algumas perguntas buscavam saber as opiniões dos entrevistados a respeito das dez greves na companhia, após 1984, e sobre seu comportamento nessas ocasiões: de adesão ou rejeição.

Eram igualmente exploradas sua participação em associações não-sindicais, como a Igreja e organizações comunitárias, assim como as preferências políticas partidárias.

Finalmente, havia um conjunto de questões específicas, dirigidas aos operários que eram líderes. Procurei traçar a trajetória de sua “politização”, a sua afiliação a partidos políticos e organizações, quando era o caso, bem como preoquepei-me em obter um julgamento geral a respeito da administração sindical após o surgimento do “Grupo de Oposição Sindical”.

Tentei ainda explorar a posição dos entrevistados em relação às diferenças centrais de trabalhadores da época — a CUT e as duas CGT’s — além dos objetivos de curto e longo prazo dos líderes. Algumas perguntas foram formuladas envolvendo as diferentes facções dentro e fora do sindicato, tentando compreender a posição pessoal dos líderes acerca das divisões que se davam. Um outro grupo de questões referia-se à administração e ao cotidiano do sindicato, o processo decisório, as formas de prestação de contas à base operária e os modos de definição das prioridades.

A Codificação dos Dados Qualitativos

De volta a Londres, iniciei a difícil e trabalhosa tarefa de transcrição de todo esse material no computador. Usei o programa *The Ethnograph* para o grupo de 60 entrevistas com os operários metalúrgicos e sindicalistas. As 12 restantes foram deixadas de lado para serem tratadas como material complementar e para triangulação das informações. No processo de codificação das 60 entrevistas, criei 64 códigos diferentes. Após a codificação e a mudança das classificações tornou-se claro que esse processo guardava uma certa lógica subjacente, ainda que esta tivesse permanecido inconsciente.

O processo de classificação foi desenvolvido a partir de três níveis de abstração, produzindo três “tipos distintos de códigos”. O primeiro tipo pode ser chamado de “código de informação”, de nível muito concreto; tratava-se de segmentos de texto relativos a da-

tas, nomes de pessoas ou lugares e quantidades. O segundo tipo baseava-se nas categorias, percepções e crenças dos informantes. São os códigos baseados nas *categorias nativas* dos informantes. A categoria “peão” é um exemplo desse tipo de código: todos os trabalhadores se identificam com essa categoria. Isto é, todo trabalhador manual era um “peão”. Por oposição, apenas alguns operários eram “profissionais” e era esse o critério de diferenciação entre os “peões”.

O terceiro grupo de códigos pode ser chamado de *analítico* — e resultou das percepções da pesquisadora sobre os elos não-evidentes do material empírico, constituindo sínteses e abstrações. Prosseguindo no exemplo acima, “identidade” e “diferenciação” são códigos analíticos de “peão” e “profissional”. Outro exemplo de “código analítico” são os “tipos políticos” criados pela pesquisadora, que se sugere existir em outros contextos de “novo sindicalismo” no Brasil. Esses tipos são “o sindicalista paternalista”, o “radical reformista” e o “revolucionário”.

Vale notar que, na minha experiência, os tipos de código ligados a certos segmentos de texto mudavam conforme se desenvolvia a análise. Alguns “códigos de informações”, por exemplo, eram mais tarde transformados em “categorias” ou “códigos analíticos”. Um relato completo do processo de produção do aço elaborado por um informante, por exemplo, podia ser lido inicialmente como um “código de informação” mas também pode ser entendido como um saber estruturado a respeito do processo de produção e um indicador expressivo do nível de qualificação do trabalhador. Nesse caso, o mesmo segmento de texto, que fora definido como um “código de informação”, se torna também um “código de categoria”, refletindo uma nova compreensão da pesquisadora acerca dos mesmos dados.

Como foi dito anteriormente, o processo de codificação é uma primeira etapa da análise, que apesar de muito importante, deve ser seguida por uma segunda fase: a de “busca de ocorrência dos códigos” (*search for codes*). No processo de “busca”, o pes-

quisador pode testar a riqueza de um *insight*, os níveis de recorrência de padrões, o contexto em que esses padrões variam e as demais sínteses analíticas próprias do ofício do cientista social.

No processo de “busca”, o recurso da “folha-de-rosto” (*face sheet feature*), que o *Ethnograph* oferece, permite explorar variações nos dados através de variáveis nitidamente delineadas. Conforme assinala Seidel (1988: 14-s1), o recurso da “folha-de-rosto” permite que o pesquisador acrescente uma nova dimensão à análise de dados, complementando os códigos usados na definição dos segmentos de texto.

Para usar “folhas-de-rosto” no processo de busca, é necessário criar primeiro uma espécie de gabarito, ou seja, uma lista com os nomes das variáveis com que se deseja trabalhar, e detalhar se estas são numéricas ou textuais. Criado o gabarito, pode-se elaborar uma “folha de rosto” para cada um dos arquivos. Isso significa que o programa pedirá ao pesquisador para “completar” quais são os valores de cada variável, para cada um dos arquivos respectivos. Feito isso, a “folha de rosto” pode ser usada durante o procedimento de “busca de códigos” com até seis diferentes variáveis, aumentando assim, as possibilidades de análise.

Em minha pesquisa utilizei folhas-de-rosto com “variáveis”, tais como idade; anos de escolaridade; se o pai também foi trabalhador da CSN; nome do posto de trabalho atual do informante, seção em que trabalha na fábrica, etapa da linha de produção a que se liga o posto; se sindicalizado ou não, em quem votou na última eleição sindical; se recorreu à justiça do Trabalho contra a CSN, quantas vezes e quando; em quem votou nas últimas eleições nacionais e filiação partidária, se fosse o caso.

Um exemplo simples de busca seletiva com o emprego de variáveis de “folha-de-rosto”, seria “buscar” os segmentos de texto codificados como “participação sindical”, para cada informante, com a variável de “folha-de-rosto” para idade. Se poderia observar então, se, e em que medida, o aspecto gera-

cional ajuda a explicar o engajamento de alguns em atividades de militância sindical.

Os resultados do estudo de caso revelam que a contribuição do movimento do novo sindicalismo foi especialmente significativa no uso político da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho) e na forma inovadora com que se utilizou o antigo recurso à justiça do Trabalho. Essas duas práticas foram interpretadas como ilustrativas das tentativas de ampliação dos direitos dos trabalhadores, bem como da criação de novas bases de garantia de sua aplicação. O estudo de caso concluiu também que a dinâmica interna do movimento do “novo sindicalismo” ainda contém elementos que podem ser considerados antidemocráticos, e que isso se desdobra numa série de novos problemas e dilemas para o sindicalismo no Brasil nos anos 90.

Espero que essa breve descrição tenha demonstrado as enormes possibilidades abertas pelo uso de um programa de computador que respeita e potencializa as especificidades dos dados qualitativos. Penso que o programa *The Ethnograph* me proporcionou possibilidades de análise que teriam sido extremamente difíceis, ou mesmo impossíveis, caso tivesse de manipular artesanalmente as 60 entrevistas transcritas.

3. Conclusão

Este artigo ilustrou o uso de um software particular — *The Ethnograph* — para a análise de dados qualitativos numa pesquisa sociológica. Programas como este podem ser de grande utilidade para a análise de dados qualitativos, pois permitem o tratamento adequado de dados que são não-numéricos, não-estruturados e de tamanho variado.

O uso desse tipo de programa constitui, na minha opinião, não somente uma mudança de grau — no sentido de que o pesquisador pode experimentar mais livremente com seu material de pesquisa, livrando-se dos aspectos mecânicos e enfadonhos da análise —, mas representa também uma mudança de qualidade. Acredito que esse tipo de programa não só aumenta a velocidade e eficiência da análise, como oferece novos modos de o-

lhar os dados, já que permite ao pesquisador trabalhar simultaneamente com uma grande variedade de dados.

Finalmente, pode-se sugerir que a expansão do uso dos novos programas qualitativos possibilitará ampliar os exercícios comparativos entre monografias e estudos de caso, posto que a classificação e recuperação dos dados podem ser efetuadas com maior rigor e facilidade.

Já que indicamos vários aspectos positivos do advento desses programas para dados qualitativos, convém indicar alguns dos problemas que podem surgir com essa nova tendência.

O primeiro problema diz respeito às concepções do criador do software quanto ao ofício sociológico e seu modo de trabalhar, que não são evidentes para o usuário mas estão subjacentes na estrutura de uso do programa. No programa de Seidel, por exemplo, existe um “convite compulsório” para que o pesquisador saia do computador e classifique e codifique seus dados a partir de cópias numeradas dos mesmos. Similarmente, o processo de digitação desses códigos ao programa é feito numa “tela limpa”, longe das transcrições das entrevistas. O pesquisador pode também quantificar determinados aspectos de seus dados através do uso da “folha-de-rosto” e da atribuição de frequências.

Todas essas características retratam opções tomadas quando o software foi criado e refletem tendências e maneiras de trabalhar dos autores. Acredito que isso aconteça com todos os programas, mais ainda com os “expert-systems”, nos quais o próprio programa busca ter capacidade de interpretar e produzir inferências ou previsões.

Um dos possíveis problemas dos “expert-systems” é o de implicitamente impor à sociologia modelos de racionalidade próprios dos especialistas de informática, antes que estes sejam plenamente compreensíveis para a disciplina. Esse perigo se deve ao fato de os “expert-systems” trazerem “lógicas” subjacentes estranhas aos paradigmas sociológicos. Conceitos como os de “consis-

tência”, “inconsistência” e “contradições” possuem significados muito distintos para um sociólogo e um especialista em informática. A saída para esse problema parece encontrar-se no acesso a informações mais amplas acerca dos diferentes programas disponíveis e na discussão apropriada, no campo das ciências sociais, a respeito de suas vantagens comparativas.

Outro problema diz respeito ao risco de se cair num processo de “dominação do computador”. Refiro-me à situação quase caricatural em que a generalização do uso de programas qualitativos pelos cientistas sociais se torne uma “moda”, e as pesquisas que tiverem utilizado esses programas ganhem legitimidade imediata, em oposição ao que passaria a ser visto como uma análise manual “antiquada e tradicional”.

Sou favorável a uma abordagem pluralista, que sustenta a decisão do pesquisador de usar ou não o computador. É necessário também garantir a circulação de informação a respeito dessa nova tendência, seus sucessos e seus problemas, de modo a permitir que o pesquisador decida ou não pelo uso do computador, ou escolha o programa mais adequado para sua pesquisa. Na posição pluralista, as decisões são tomadas de acordo com critérios de rigor e qualidade no ofício de pesquisa, pois, como afirmaram Frantzich e Purtkitt (1987:501), a marca de um bom pesquisador é ele saber procurar o tipo mais adequado de instrumento de trabalho.

*Recebido para publicação
em maio de 1992.*

Notas

1. Este artigo é uma versão revista do trabalho que apresentei à Associação Internacional de Sociologia e que recebeu um prêmio da ISA na competição “jovens sociólogos”. Madrid, 1990.
2. Foi extremamente proveitosa minha participação no estimulante seminário sobre “Pesquisa Qualitativa e Computação”, realizado na Universidade de Surrey, em 11-12 de julho de 1989. O seminário foi organizado pelos doutores R. Lee e N. Fielding. Durante as sessões, vários pesquisadores da Inglaterra, Estados Unidos e Austrália tiveram oportunidade de debater e avaliar essa nova tendência. Veja livro, Fielding e Lee (1991).
3. Trata-se do *main-frame*. Refere-se aos grandes computadores desenvolvidos durante as décadas de 50 e 60. Esse também é o termo geral para computadores de uso múltiplo, destinados a atender às necessidades de uma grande empresa, em oposição aos computadores pessoais, de emprego mais limitado. Veja *QUE's Computer Dictionary* (1990, p. 285).
4. Para mais detalhes veja Evans e Bernard (1983); Patton e Holoien (1981) e Rahtz (1987).
5. Embora o microcomputador estivesse disponível comercialmente desde o início dos anos 70, a difusão de seu uso entre os cientistas sociais é um fenômeno mais recente. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma pesquisa realizada pelo American Council of Learned Societies, descobriu que em 1980 apenas 2% dos acadêmicos tinham acesso a um micro. Já em 1985, 95% passaram a utilizar um computador. Em Hinze (1987, pp. 440).
6. É importante ressaltar que existe uma resistência por parte de alguns pesquisadores, especialmente nos Estados Unidos, à expansão do emprego de computadores nas ciências sociais, já que se responsabiliza o computador pela excessiva ênfase na pesquisa quantitativa. (Sproull e Sproull, 1982, p. 288) É difícil comentar com mais detalhes esta reação. Purkitt (1987, p. 486), no entanto, sugere que a variável geracional pode explicar um aspecto dessa reação. Segundo o autor, os professores mais velhos resistem mais à difusão do computador do que seus alunos.

7. Alguns exemplos interessantes são relatados em Evans e Bernard (1983) e Garson (1986). Sobre experiências mais recentes, veja Guillet (1985), Hudson e Hudson (1986) e O'Neil (1987).
8. Os cinco programas, mencionados por Tesch, são: *The Ethnograph*, *Qualpro*, *TAP*, *Textbase* e *Hyperqual*. Todos eles importam textos de editores de texto e executam "buscas" de segmentos codificados. Mais detalhes desses programas são encontrados em Tesch (1991).
9. Dois exemplos dessa tendência incluem um programa denominado "N-ACT", que utiliza o modelo dramaturgico de Goffman para a análise da integração social, criado por Brent, E. (1986) e um programa incompleto criado por A. C. Finkelstein e M. D. Fischer (1989), que se propõe "a descrever comportamentos sociais e teorias sobre o comportamento social e a fazer previsões verificáveis a partir das descrições"; o programa foi aplicado a uma etnografia de uma comunidade punjabe no Paquistão. O primeiro projeto está ligado à Universidade de Missouri, Estados Unidos e o segundo vincula-se a uma pesquisa conjunta da Universidade de Kent e do Imperial College, de Londres.
10. O programa *The Ethnograph* roda em equipamentos IBM-PC, XT ou AT e compatíveis. Ele requer uma memória de 256K.
11. No *The Ethnograph* "segmentos sobrepostos" são trechos codificados que dividem uma ou mais linhas do arquivo de dados. "Segmentos embutidos" são trechos codificados que ficam completamente contidos dentro de um segmento codificado maior. Veja Seidel (et. al.), (1988, pp. 1-2).
12. Para fins deste artigo, apresento o debate de modo muito simplificado. O "novo sindicalismo" foi definido como um movimento militante: por sua maior propensão à atividade grevista, pelas formas de luta que escolhe, pelo uso politizado de canais legais e pela introdução de questões que atingem diretamente a organização da produção. Os sindicatos que integram esse novo movimento são definidos como mais representativos de sua base, como tendo propiciado a emergência de novos líderes e encorajado a representação nos locais de trabalho. Eles tentam alargar a base de participação e favorecem eleições mais competitivas. Foi assim que a literatura sobre o tema definiu e caracterizou o movimento. Veja em Alvaro Moises (1982), Humphrey (1980, 1982), Tavares de Almeida (1983) e Keck (1989), dentre outros.
13. Para uma definição detalhada de "tópicos sensíveis", veja Lee e Renzetti (1990).
14. "Caso crítico" (*critical case*) foi definido por Yin como uma situação empírica que atende a todas as condições de teste de uma teoria, quer ela seja confirmada, contestada ou estendida. Veja Yin (1989, pp. 47).
15. Para uma discussão detalhada sobre a técnica da "bola de neve aleatória", veja Biernacki e Waldorf (1981, pp. 155).
16. As entrevistas foram realizadas na casa dos trabalhadores, no sindicato e no escritório da Diocese. Foram entrevistas semi-estruturadas. O roteiro de entrevista foi mais usado como uma "lista de controle" das questões que eu gostaria de ver comentadas pelos entrevistados do que como um questionário de perguntas fechadas.

Bibliografia

- Alvaro Moises, José.
1982 "What is the Strategy of the New Syndicalism?". *Latin American Perspectives*. N.º 35, Vol.9 Fall.
- Biernacki, Paul. e Waldorf, Dan.
1981 "Snowball Sampling. Problems and Techniques of Chain Referral Sampling."

Sociological Methods and Research. Vol. 10, N.º 2, novembro.

- Burawoy, Michael.
1987 *Politics of Production*. Londres, Verso Press.
- Evans, M. e Bernard, R.
1983 "New Microcomputer Techniques for Anthropologists." *Human Organization*. Vol. 42, N.º 2, Summer.
- Fielding, Nigel. e Lee, Ray.
1991 *Using Computers in Qualitative Research*. Londres, Sage Publications.
- Garson, Elihu.
1983 "Computing in Qualitative Sociology: An Approach to Structures Text." *Qualitative Sociology*. N.º 9, Vol. 2, Summer.
- Guillet, David.
1985 "Microcomputers in Fieldwork and the Role of the Anthropologist." *Human Organization*. Vol. 44, N.º 4, Winter.
- Halfpenny, Peter.
1979 "Analysis of Qualitative Data." *Sociological Review*. Vol. 27, N.º 4.1.
- Hinze, Kenneth.
1987 "Computing in Sociology: Bringing Back the Balance." *Social Science Microcomputer Review*. N.º 5, Vol. 4, Winter.
- Hudson, R. e Hudson, N.
1986 "Computers for Anthropological Fieldwork." *Current Anthropology*. Vol. 27, N.º 5.
- Humphrey, John.
1980 "As Raízes e os Desafios do Novo Sindicalismo da Indústria Automobilística." *Estudos CEBRAP*, N.º 26.
1982 *Capitalist Control and Workers' Struggle in the Brazilian Auto Industry*. Princeton, Princeton University Press.
- Keck, Margareth.
1989 "New Unionism in the Brazilian Transition" in *Democratizing Brazil. Problems of Transition and Consolidation*. Alfred Stepan (ed.). Oxford, Oxford University Press.
- Lee, Ray. e Renzetti, Claire.
1990 "Problems of Researching Sensitive Topics." *American Behavioral Scientist*. Vol. 33, N.º 5, Maio-Junho.
- Mangabeira, Wilma
1991 *Union Politics and Workplace Militance: A Case Study of Brazilian Steelworkers in the 1980s*. Tese de Doutorado, London School of Economics and Political Science – LSE.
- Michels, Robert.
1959 *Political Parties*. Dover Publications, New York, (primeira edição 1915).
- O'Neil, D.
1987 "Anthropological Computing in the Mid- 1980s." *Social Science Microcomputer Review* 5:4, Winter.
- Patton, P. e Holoien, R.
1981 *Computing in the Humanities*. Hampshire, Gower Publishing.
- Purkitt, Helen e Frantzich, Stephen.
1987 "Computers in Political Science." *Social Science Microcomputer Review*, N.º 5, Vol. 4, Winter.

- 1990 *QUE's Computer User's Dictionary*. Indiana, QUE Corporation.
- Rahtz, Stephen. (ed.).
 1987 *Information Technology in the Humanities. Tools, Techniques and Applications*. New York, Halsted Press.
- Roxborough, Ian.
 1984 *Union and Politics in Mexico: The Case of the Automobile Industry*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Seidel, John Kjolseth, Rolf. and Seymour, Elaine.
 1988 *The Ethnograph. (Manual do Programa)*. Colorado, Qualis Research Associates (primeira versão de 1985).
- Sproull, Lee. Sproull, Robert.
 1982 "Managing and Analyzing Behavioral Records: Explorations in Non-numeric Data Analysis." *Human Organization*. Vol. 41, N.º 4, Winter.
- Tavares de Almeida, Maria Hermínia.
 1983 "Novas Demandas, Novos Direitos: Experiências do Sindicalismo Paulista na Última Década." *DADOS*. Vol. 26.
- Tesch, Renata.
 1991 *Qualitative Research. Analysis and Types of Software Tools*. London, Falmer Press.
- Yin, Robert.
 1989 *Case Study Research. Design and Methods*. London, Sage Publications.

RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO B I B

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

BIB 5

Bolivar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

BIB 6

Alba Zuhar Guimarães, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

BIB 7

Roque de Barros Laraia, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

BIB 8

Amaury de Souza, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

BIB 10

Lia F. G. Fukui, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil."

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Valladares e Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

BIB 12

Maria Tereza Sadek de Souza, "Análise

sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

BIB 17

Julio Cesar Melatti, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, "A Instituição Militar no Brasil".

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias

em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica”.

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, “Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 23

Roque de Barros Laraia, “Os Estudos de Parentesco no Brasil”.

BIB 24

Angela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira, “Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise”.

BIB 25

Giralda Seyferth, “Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia” e *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico”.

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e Licia do Prado Valladares, “Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura”.

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, “Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes” e *Cláudia Fonseca*, “A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar”.

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, “A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira”; *Anette Goldberg*, “Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político”; *Maria Cecília Spina Forjaz*, “Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)”

BIB 29

Emília Viotti da Costa, “Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha”, e *Berta G. Ribeiro*, “Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988”.

BIB 30

José Sávio Leopoldi, “Elementos de etnoastronomia indígena do Brasil: ”Um Balanço” e *Rafael de Menezes Bastos*, “Musicologia no Brasil, Hoje”.

BIB 31

Helena Hirata, “Elisabeth Souza Lobo 1943-1991”; *Elisabeth Souza Lobo*, “O Trabalho como Linguagem: o Gênero no Trabalho”; *Maria Helena Guimarães de Castro*, “Interesses, Organizações e Políticas Sociais” e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, “Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano”.

BIB 32

Angela M. C. Araújo e Jorge R. B. Tapia, “Corporativismo e Neocorporativismo: o Exame de Duas Trajetórias”; *José Ricardo Ramalho*, “Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: um Balanço do Debate” e *Marcos Luiz Bretas*, “O Crime na Historiografia Brasileira: uma Revisão na Pesquisa Recente”.

BIB 33

Paulo Freire Vieira, “A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 – 1990”; *Guia Grin Debert*, Família, Classe Social e Etnicidade: “Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

número 19 ano 7
junho de 1992
publicação quadrimestral

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ISSN 0102-6909

SUMÁRIO

-
- 5 PROBLEMATIZANDO UMA EXPERIÊNCIA DE GOVERNO
Contra a corrente no Ministério da Fazenda
Luiz Carlos Bresser Pereira
-
- 31 Reflexões sobre o depoimento de Luiz Carlos Bresser Pereira
Eli Diniz
-
- 34 Economistas e participação política no Brasil
Maria Rita Loureiro
-
- 37 Refletindo sobre o depoimento de um *decision-maker*
Angela de Castro Gomes
-
- 40 Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais:
A experiência dos anos 50
Maria Celina D'Araújo
-
- 56 Prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola
Jorge Zaverucha
-
- 66 O positivismo, na Argentina e no Brasil
Hugo Lovisolo
-
- 84 O segundo sexo do comércio: Camponesas e negócio no
Nordeste do Brasil
Marie-France Garcia
-
- 103 Resenhas
A cidadania ativa – Referendo, plebiscito e iniciativa popular, de
Maria Victoria de Mesquita Benevides
José Ribas Vieira
- Refazendo a fábrica fordista. Contrastes na indústria
automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha, de Elizabeth
Bortolaia Silva
Wilma Mangabeira
- Managing socialism. From old cadres to new professionals in
revolutionary Cuba, de Frank T. Fitzgerald
Gláucio Ary Dillon Soares
- Educação, Estado e democracia no Brasil, de Luiz Antônio Cunha
Carlos Benedito Martins
-
- 113 Resumos/Abstracts/Résumés
-
- 117 Contents
-
- 118 Sommaire

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

número 20 ano 7
outubro de 1992
publicação quadrimestral

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ISSN 0102-6909

SUMÁRIO

-
- 7 ELEIÇÕES: QUEM DECIDE O QUÊ
Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral
Mônica Mata Machado de Castro
-
- 21 Paradoxos do voto
Wanderley Guilherme dos Santos
-
- 24 Teorias axiomáticas e empiria
Marcus Figueiredo
-
- 26 Voto: racionalidade ou significado?
Moacir Palmeira
-
- 31 Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil
Eli Diniz
-
- 47 Economistas e elites dirigentes no Brasil
Maria Rita Loureiro
-
- 70 O 17 de outubro na Argentina: espaço e formação social do carisma
Federico Neiburg
-
- 90 Tradição e modernidade: João Paulo II e o problema da cultura
Paula Montero
-
- 113 A morte da "alegria do povo"
José Sérgio Leite Lopes e Sylvain Maresca
-
- 135 Reflexões sobre a pós-modernidade: o exemplo da arquitetura
Renato Ortiz
-
- 148 A nobreza em França: a tradição como crença
Monique de Saint Martin
-
- 163 Resenhas
Prendre pari – pour une sociologie historique du PCF,
de Bernard Pudal
Marcelo Ayres Camurça Lima
- O sindicalismo de Estado no Brasil. Uma análise crítica da estrutura sindical, de Armando Boito Jr.
Regina Reyes Novaes
- Sistema eleitoral brasileiro: teoria e prática, organização de Olavo Brasil de Lima Júnior
Maria Tereza Aina Sadek
-
- 170 Resumos/Abstracts/Résumés
-
- 176 Contents
-
- 177 Sommaire

B I B
BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DISTRIBUIÇÃO E VENDA

RIO DE JANEIRO

Dumará Distribuidora de Publicações Ltda.
Rua Barata Ribeiro, 17 –sl/202
Fone: (021) 542-0248 Fax: (021) 275-0294
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ

DTT – Distribuidora de Livros Ltda.
R. Voluntários da Pátria, 367, A
Fone: (021) 286-5756
22270-000 – Rio de Janeiro – RJ

Editora e Distribuidora Irradiação Cultural
R. Visconde de Santa Isabel, 46 – fundos
Fone: (021) 577-3522
20560-120 – Rio de Janeiro – RJ

SÃO PAULO

Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda.
R. Conselheiro Ramalho, 701 – Lj. 22
Fone: (011) 284-8155
01325-001 – São Paulo – SP

Primeira Linha Distr. e Represent. Editorial
R. Augusta, 2676/ Ap. 153
Fone: (011) 852-1275
01412-100 – São Paulo – SP

MINAS GERAIS

Distribuidora KLS Ltda.
R. Tupinambás, 1045 – Conj. 303
Fone: (031) 201-9221 e 201-0353
30120-070 – Belo Horizonte – MG

ESPÍRITO SANTO
Representação Paulista Ltda.
R. Nestor Gomes, 265
Fone: (027) 227-5933
29015-150 – Vitória – ES

PARANÁ

Aramis Chaim/Distribuidora Nova Ordem
R. General Carneiro, 441
Fone: (041) 264-3484
80060-150 – Curitiba – PR

RIO GRANDE DO SUL

Livraria Palmarinca Ltda.
R. General Vitorino, 140 – 1.º andar, sl. 14-A
Fone: (0512) 24-5133
90020 – Porto Alegre – RS.

DISTRITO FEDERAL

Letra e Arte Comércio e Representação Ltda.
SCS – Quadra 01 – Ed. Baracat, sl. 602
Fone: (061) 321-5009
70309-900 – Brasília – DF

IMPRESSÃO:

markgraph

Tel.: (021)551.9242

O **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Sociais
Editoria do **BIB**

Largo de São Francisco, 01/sala 408
20051 Rio de Janeiro – RJ